

HIRÃO FERNANDES CUNHA E SOUZA

**A SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS:
NOMES DE AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES
EM UMA SOCIEDADE ABOLICIONISTA DO SÉCULO XIX**



Pedro & João
editores

**A SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS:
NOMES DE AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES EM UMA
SOCIEDADE ABOLICIONISTA DO SÉCULO XIX**

HIRÃO FERNANDES CUNHA E SOUZA

**A SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS:
NOMES DE AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES EM UMA
SOCIEDADE ABOLICIONISTA DO SÉCULO XIX**

Copyright © Hirão Fernandes Cunha e Souza

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

CUNHA E SOUZA, Hirão Fernandes

A Sociedade Protetora dos Desvalidos: nomes de africanos e seus descendentes em uma sociedade abolicionista do século XIX. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 210p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1274-6 [Digital]

1. Sociedade Protetora dos Desvalidos. 2. Racismo Estrutural. 3. Irmandades. Sociedade Patriarcal. 5. Antropônimos neológicos. I. Título.

CDD – 305.896081

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

Para Clarice Fernandes Cunha e Mozart Fernandes de Souza,
meus queridos pais.

Para minha amada Luzinha (Lucinéia Rocha Machado) e para o
meu Sol, minha filhinha Júlia Maria Fernandes Rocha (Pilares de
minha existência).

Para minhas irmãs Cristina Fernandes e Édila Fernandes. Para
todas as minhas amigas e amigos da UNEB e da UFBA.

e, por fim,

a todos os nomes.

AGRADECIMENTOS

São tantos e tão especiais...

A Deus, razão de todas as coisas.

À Professora Doutora Rosa Virgínia Mattos e Silva (*In Memoriam*), a lenda em Linguística Histórica no Brasil, pioneira das pesquisas no *Programa para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR).

À Professora Doutora Juliana Soledade Barbosa Coelho, razão maior para a existência deste Livro. Suas orientações e conselhos foram fundamentais para o nascimento desta obra, fruto de minha Tese de Doutorado.

Ao Professor Doutor Klebson Oliveira (*In Memoriam*), pelas referências, pelas conversas proveitosas na sala do PROHPOR e, principalmente, por ter sido o veículo de acesso a valioso acervo da *Sociedade Protetora dos Desvalidos* e proporcionar-me a honrosa oportunidade de hoje fazer parte, com muito orgulho e satisfação, da Sociedade.

Ao Professor Doutor Américo Venâncio pelas orientações na Graduação e também no **Projeto DEPARC** (*Dicionário etimológico do português arcaico*).

Ao Professor Doutor Dante Lucchesi, por seu conhecimento indispensável para quem trabalha com o português brasileiro.

Ao sempre amigo Luís Gomes, pelos conselhos valiosos durante a Graduação, o Mestrado e o Doutorado.

Ao sempre amigo Rudival Rodrigues, pela amizade construída desde o primeiro dia de matrícula na Graduação da UFBA.

Ao sempre amigo Lucas Campos pelos valiosos debates sobre Linguística.

A meus alunos e alunas da Plataforma Freire (Letras e Pedagogia) da UNEB.

A minhas alunas e alunos também da Anhanguera e da UESSBA, Polos de Irecê.

[...] o nome de pessoa [...] é um manancial rico para conhecimento não apenas da língua, mas também permite apreender um pouco da cultura, religião e até ideologia do povo que o criou em determinada época, uma vez que a língua mantém intactos nos nomes de pessoas as partículas mínimas de significação (semas), preservando os [...] aspectos ideológicos, de fé ou simplesmente contando a história da denominação humana.

Patrícia de Jesus Carvalhinhos (2007, p. 21).

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Fachada da <i>Sociedade Protetora dos Desvalidos</i> (SPD)	17
Figura 02 Exemplo de uma Corporação de Ofício	18
Figura 03 Foto do interior da SPD, retirada em 2015	24
Figura 04 Lista de sócios da SPD	25
Figura 05 Fotografia do Requerimento da SPD	29
Figura 06 Fotografia do Requerimento da SPD	30
Figura 07 A capa de um dos livros do século XIX	31
Figura 08 Dados demográficos de Mussa	38
Figura 09 O Comércio, na <i>Cidade Baixa</i> , visto da <i>Cidade Alta</i>	39
Figura 10 Igreja da Sé	54
Figura 11 Igreja da Vitória	55
Figura 12 Igreja da Conceição da Praia	58
Figura 13 Igreja de São Pedro	60
Figura 14 Igreja do Carmo	64
Figura 15 Igreja de Santana	66
Figura 16 Igreja do Passo	68
Figura 17 Igreja de N. S de Brotas	72
Figura 18 Igreja do S. S. do Pilar	74
Figura 19 Igreja da Penha	75
Figura 20 A cadeirinha, de acordo com a pintura de <i>Debret</i> , de 1839	79
Figura 21 Fotografia de um Requerimento e de parte de uma Ata da SPD	101
Figura 22 Fotografia de um Requerimento da SPD	107
Figura 23 Fotografia de um Requerimento da SPD	113
Figura 24 Fotografia de um Requerimento da SPD	116
Figura 25 Fotografia de um Requerimento da SPD	118
Figura 26 Fotografia de um Requerimento da SPD	122

SUMÁRIO

1	PALAVRAS INICIAIS	15
2	A SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS	21
3	A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA CIDADE DE SALVADOR	33
4	OS SOTEROPOLITANOS NO SÉCULO XIX	43
5	DIVISÃO GEOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA DA CAPITAL	51
5.1	AS FREGUESIAS	51
5.2	DAS FREGUESIAS AOS BAIRROS	87
6	FONTES ESCRITAS PARA A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	99
6.1	SÓCIOS E NOMES: A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	105
6.2	A DINÂMICA LEXICAL DOS ANTROPÔNIMOS	125
6.3	O QUE NOS DEIXAM VER OS NOMES DOS SÓCIOS NA BAHIA DE OUTRORA	133
6.4	INDIVÍDUOS À MARGEM, NOMES AO CENTRO: A HERANÇAPORTUGUESA NOSNOMES DE AFRICANOS E AFRODESCENDENTES DA SPD	138
7	INOVAÇÕES ANTROPONÍMICAS: OS PRIMEIROS PASSOS DA NEOLOGIA DE NOMES DE PESSOASNA BAHIA OITOCENTISTA	143
7.1	OS ANTROPÔNIMOS NEOLÓGICOS DA SPD E SEUS PROCESSOS FORMATIVOS	150
7.2	O QUE OS DADOS REVELAM ACERCA DA ESTRUTURA DA FRASE ANTROPONÍMICA	182
8	PALAVRAS FINAIS	189
	REFERÊNCIAS	195

1. PALAVRAS INICIAIS

As irmandades, a exemplo da *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, doravante SPD, eram associações formadas para cultuar um determinado santo, e cada uma delas era estruturada de acordo com o grupo social interessado em criá-las e é por essa razão que foram surgindo diversas irmandades nos territórios colonizados pela Coroa portuguesa.

Como faziam parte de um amplo projeto, essas associações construíam igrejas, organizavam procissões para cultuarem os seus santos, além de outros eventos religiosos. A criação estatal dessas irmandades tinha finalidades bem definidas, já no seu nascedouro, pois, segundo Oliveira (2006), a própria manutenção desumana do sistema escravocrata era uma delas, já que, ao darem uma certa autonomia aos escravizados, criava-se um começo de liberdade ilusória, contendo possíveis revoltas.

Uma outra justificativa dada por Oliveira (2006) era o próprio interesse da Coroa portuguesa em burlar o contrato em que se comprometia na construção de igrejas, assim, a criação das irmandades funcionava como compromisso cumprido.

E, por fim, a última era a própria segregação racial, pois não era do interesse dos brancos dividirem seus espaços sociais, demonstrando a presepça do *racismo estrutural* implantado há centenas de anos na sociedade brasileira e que perdura, infelizmente, até os dias atuais.

Dentre essas irmandades, fundada em 16 de setembro 1832, com o nome de *Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos*, surge a SPD, situada no *Largo do Cruzeiro de São Francisco*, nº 82, na antiga Praça Anchieta, no *Centro Histórico*, uma entidade que se mantém viva até os dias atuais.

O Bairro do *Centro Histórico*, com base em dados recolhidos do IPHAN - *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (<http://portal.iphan.gov.br>) é, atualmente, um dos mais

importantes pontos turísticos de Salvador. Com sua riqueza histórica e cultural, foi inscrito no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* em 1984. Em 5 de dezembro do ano seguinte, sua inscrição na *Lista do Patrimônio Mundial* foi ratificada pela *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (Unesco).

Com seus espaços públicos, tais como: a *Praça Municipal*, o *Terreiro de Jesus*, o *Caminho de São Francisco*, o *Largo do Pelourinho*, o *Largo de Santo Antônio* e o *Largo do Boqueirão*, decorrentes dos traçados de suas ruas, ladeiras e becos, formam um dos mais ricos conjuntos urbanos de origem portuguesa. Indo a Salvador, é fundamental conhecer essa riqueza cultural. E é nessa beleza arquitetônica que está situada a sede da SPD, fundada no século XIX.

É preciso que se destaque que a SPD foi fundada por 19 libertos africanos¹, como informa Oliveira (2006, p. 139):

Aos dez dias do mês de setembro de mil oitocentos e trinta e dois, Manuel Vitor Serra, negro africano liberto, junto com dezoito outros amigos, também africanos alforriados, faz, na Capela dos Quinze Mistérios, uma reunião preliminar para a fundação da irmandade.

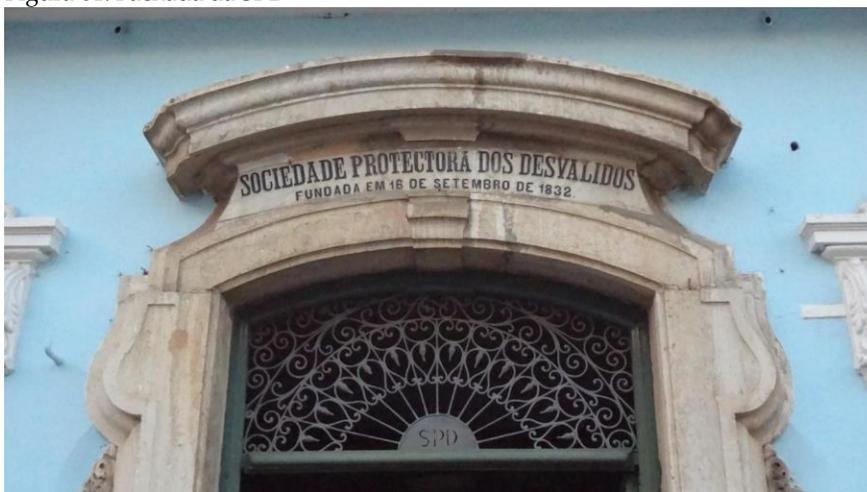
A meta inicial desses indivíduos era acumular riquezas suficientes para criarem uma irmandade focada na ajuda aos seus pares, através de atitudes filantrópicas, com os escopos de

¹ Verger (1987, p. 517 - 518 *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 139 - 140), ao traçar um perfil dos fundadores da SPD, nos apresenta seus nomes, os quais, embora se tratem de indivíduos africanos, pertencem à tradição antroponímica portuguesa: “Manoel Victor Serra, africano, ‘ganhador’ [...] Manoel da Conceição (marceneiro) [...] Luiz Teixeira Gomes (pedreiro) [...] José Maria Vitela [...] Gregório M. Bahia, marceneiro, [...] Ignácio de Jesus e Barnabé Álvaro dos Santos, cuja profissão não conhecemos; Bernardino S. Souza e Pedro Fortunato de Farias, pedreiros; Gregório de Nascimento, carroceiro, que era rico; Balthazar dos Reis e Manoel Sacramento Conceição Roza, marceneiros; Theotônio de Souza que fazia vinagre; Francisco José Pepino, calafate; Daniel Correa, do ‘canto’ do Pilar; Roberto Tavares, que era carregador de água e possuía um asno para transportá-la; José Fernandes do Ó, vendedor de toucinho e, enfim, Manoel Martins do Santo, que trabalhava no ‘porto da lenha’.

Sociedade de Previdência, Assistência Social, Pécúlio e Fomento Econômico e Social. Essas iniciativas demonstravam uma preocupação dos sócios em aliviarem as agruras trazidas pelo sistema colonial, desigual e injusto com os escravizados e seus descendentes.

Veja-se a imagem do prédio da SPD na atualidade:

Figura 01: Fachada da SPD



Fonte: elaboração do autor.

Segundo Russel-Wood (1981), a criação dessas associações com o propósito de fornecer ajuda mútua entre seus associados não era novidade nas novas possessões sob o jugo de Portugal. Desde o século XV (um século antes da chegada dos portugueses em terras brasileiras), de formas diversas, tanto na Europa, quanto nos espaços colonizados, essas instituições de caridade surgiam como parceiras do Estado.

Desde o início, essas organizações, além de contribuírem para o povoamento do território, também colaboravam para manter a paz e conservar o estado das coisas, isto é, a subordinação e a obediência dos mais pobres e excluídos socialmente. E, no século XIX, essa prática se expande, pois, segundo Van Der Linden (1996, p. 13), é a partir do início dos oitocentos que se começa a observar um

fenômeno muito comum, qual seja, “a abertura de sociedades de auxílio-mútuo [...]. Entre outros objetivos, elas eram formadas, voluntariamente, com o objetivo de promover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade”.

Alguns autores, a exemplo do próprio Van Der Linden (1996), defendem a hipótese de que houve um processo de “substituição” das anteriores *Corporações de Ofício*, na Idade Média, surgidas a partir do século XII, para regulamentar o processo produtivo nas cidades.

Figura 02: Exemplo de uma *Corporação de Ofício*



Fonte: <https://www.educamaisbrasil.com.br>

Essas *Corporações de Ofício* surgiram no medievo e tinham como função a produção, dando sinais de mudanças na sociedade feudal, com um princípio de urbanização e o surgimento gradativo dos burgos. Esses burgos, pequenas aglomerações, próximas aos feudos, com incipientes relações comerciais, posteriormente,

transformaram-se em pequenas cidades, surgidas com o renascimento do comércio na *Idade Média*, gerando a palavra *burguesia*.

Os burgueses, isto é, os comerciantes da época e, nesse período, é fundamental frisar, está ocorrendo a passagem da *Idade Média* para a *Idade Moderna*, com a ampliação das relações comerciais e o conseqüente surgimento do *capitalismo comercial*. Logicamente, fala-se de anos, décadas e séculos, já que a mudança no processo histórico não acontece de forma abrupta, a sua transformação vai surgindo através de um *continuum* de mudanças sociais.

No caso específico das *Corporações de Ofício*, esse processo de mudança se dá, no decorrer dos séculos, por meio da laicização das associações de apoio, organizando-se em torno de identidades profissionais.

Segundo Boschi (1986), grande parte das confrarias teve origem nos ofícios, naqueles casos em que o caráter devocional era mais marcante. No entanto, o autor faz a ressalva de que, “deve ficar claro, porém, que confraria não era sinônimo de corporação. Quando muito, poderia ser a face religiosa desta última (...)” (BOSCHI, 1986, p. 13). Na realidade, o que houve foi uma transformação naquilo que Mac Cord (2012) chamou de “sobrevivências corporativas”, fazendo relação com um estudo feito sobre a *Sociedade de Artes Mecânicas*, associação de artífices de Pernambuco, criada em 1841, por integrantes da *Irmandade de São José do Ribamar*. Pelas conclusões do autor, percebeu-se que “por mais que a Constituição de 1824 tenha desmontado o aparato legal que privilegiava as corporações de ofício, todos os seus costumes e práticas culturais ainda estavam vivos nos corações e mentes daqueles mestres carpinteiros” (MAC CORD, 2012, p. 11).

Reis (1991) traz um peculiar exemplo dessas confrarias, a da *Bandeira do Glorioso São José*, fundada no século XVIII, na Sé. Com base no seu regimento de 1780, mostrando uma natureza mista, trazendo um cunho tanto religioso, quanto econômico, situação em que “seus confrades se encontravam obrigados igualmente à promoção do ofício e à expansão da irmandade, em nome de cujo

padroeiro deveriam desfilar bandeiras nas procissões da Câmara” (REIS, 1991, p. 55).

Um século depois, nasce em Salvador, a *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, em 16 de setembro de 1832.

2. A SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS

Neste momento, é imprescindível falar sobre as irmandades, particularizando uma delas, por sua importância para a história dos movimentos sociais no Brasil. Nascida em 1820, doze anos antes da SPD, na *Igreja da Barroquinha*, com o principal de seus objetivos culturais Nossa Senhora, surge a *Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte*, formada unicamente por mulheres.

Segundo Tavares (1964), com os objetivos bastante próximos das irmandades daquele século, pois, também praticava empréstimos e auxílios financeiros, doações e, principalmente, a compra de alforrias para as escravizadas; em casos de falecimento das associadas, a irmandade se responsabilizava pelos sepultamentos e missas.

Essa irmandade está sendo focada, em especial, porque não era comum, em pleno século XIX, dentro de uma sociedade patriarcal, extremamente machista e calcada no racismo estrutural, a criação de uma irmandade unicamente formada por mulheres escravizadas, ex-escravizadas e libertas, tendo como uma de suas metas a compra de alforrias, isto é, uma postura abolicionista na luta pelo fim do sistema escravista. Nas demais irmandades, quando havia mulheres na sua composição, essas tinham uma participação bem menor em relação aos homens. “Cabia-lhes apenas a organização das festividades religiosas da Igreja, a participação nas mesmas e os serviços de caridade aos irmãos necessitados” (TAVARES, 1964, p. 335).

Era o racismo mostrando suas garras odiosas em um processo de preconceito racial e de gênero. Sendo assim, é também oportuno falar de uma *Maria*, em especial, a maranhense *Maria Firmina* (Maria Firmina dos Reis), nascida em 1822, dez anos antes da criação da SPD. *Maria Firmina* foi considerada a primeira escritora de romances do país. Como uma das grandes mulheres de sua época, foi uma questionadora do sistema escravista, expressando isso com muita maestria em seu mais conhecido romance intitulado *Úrsula*, ao fazer uma crítica fervorosa

contra a escravidão. Segundo os estudiosos do século XIX, *Maria Firmina* atuou também na educação, criando, em 1880, a primeira *Escola Mista* e gratuita do país (escola feita para meninas e meninos estudarem em um mesmo espaço escolar). É a mulher, com sua força, lutando por seu lugar de fala na sociedade. Esses fatos nos fazem lembrar com alegria os poemas do saudoso Drummond (2003, p. 47), com seu belo poema a *Flor e a náusea*, ao dizer que “Uma flor nasceu na rua...Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”.

Na esplêndida *Irmandade da Boa Morte*, as mulheres tinham total liberdade para decidirem e organizarem as festividades, já que os homens não faziam parte da composição do grupo religioso. Segundo Nascimento (1986, p. 14), muitas dessas mulheres se destacaram por seus feitos na sociedade soteropolitana e brasileira (chegando, em algumas situações, a se tornarem mulheres de posses) e faz referência a parte delas, a exemplo de “Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata; Eugênia Anna dos Santos, conhecida como Mãe Aninha; Maria Bibiana do Espírito Santo, conhecida como Mãe Senhora; Satira; Juliana; Sabina; Caetana; Maria José; Apolinária; Justiniana; Xandinha; Zina; Maria de Melo; Sinhá Abale e Maria Agda de Oliveira”.

Doze anos depois, em meio às lutas das irmandades, surge a SPD, dentro desse contexto entre as relações espirituais e econômicas, pois, mesmo nela, percebeu-se a dificuldade de se “estabelecer com precisão a linha divisória entre mutualidade espiritual e as beneficências e auxílios mútuos temporais” (BOSCHI,1986, p. 13).

Frisa-se que, considerando a transição entre as antigas corporações de ofício e as surgidas irmandades de ajuda mútua, em um processo de laicização das instituições, frutifica a esperança dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados e também dos libertos de conquistarem melhores espaços na sociedade e, principalmente, o desejo cada vez mais crescente, no Brasil do século XIX, em abolir a escravidão.

Nesse século, momento histórico da SPD, como aos africanos e seus descendentes era apenas permitido associarem-se a

organizações religiosas, essas pessoas batalhadoras e obstinadas, em um constante processo de adaptação a um meio injusto e hostil, instituíram uma devoção na *Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios*, a qual deram a denominação da *Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos*.

Dentro dessa lógica, nascida em meio a uma sociedade desigual e que tinha como seu ponto culminante a escravidão, a SPD surge como contraponto a um ambiente de injustiças e privilégios.

Tudo quanto não pertencesse à elite representava perigo para as classes dominantes, preocupadas com as rebeliões e a perda constante e paulatina de suas vantagens.

Comandada inicialmente por *Manoel Victor Serra*, ganhador domiciliado na *Preguiça*, um dos pontos de reunião em Salvador (em busca de contratação de serviços), a irmandade foi consolidando o seu objetivo original, prosseguindo em sua meta de trabalhar em seu programa social de ajudar os seus companheiros que estivessem passando por situações difíceis, além da promoção de políticas abolicionistas, através de lutas e revoltas que contribuíram para extirpar a triste realidade da escravidão no país.

A *Sociedade Protetora dos Desvalidos* teve, no passado, entre seus incontáveis préstimos, a compra de alforria de muitos escravizados, evidenciando a luta que se travava em nosso meio em favor da retardada abolição da escravatura, já que o Brasil, vergonhosamente, a partir de 1854, tornou-se a única nação escravista do continente sul-americano.

Segundo Mattoso (1992), a SPD foi criada com um propósito de cunho religioso e assistencialista, com o pagamento das mensalidades, chamadas de “jóias”, que eram revertidas em auxílio a familiares órfãos, viúvas e em cartas de alforria. Os primeiros documentos da SPD denunciam alguns procedimentos administrativos da irmandade: estabelecimento do depósito a ser feito (as primeiras jóias), a necessidade de existência de eleição para a Mesa, definição do destino do cofre da instituição; a fixação da disciplina das sessões, a imposição de multas para os faltosos (tanto

no âmbito financeiro, quanto no que diz respeito à indisciplina), e, por fim, a indicação de que, um ano depois da fundação da irmandade, seguia a deliberação sobre o seu Compromisso.

Figura 03: Foto do interior da SPD, retirada em 2015.



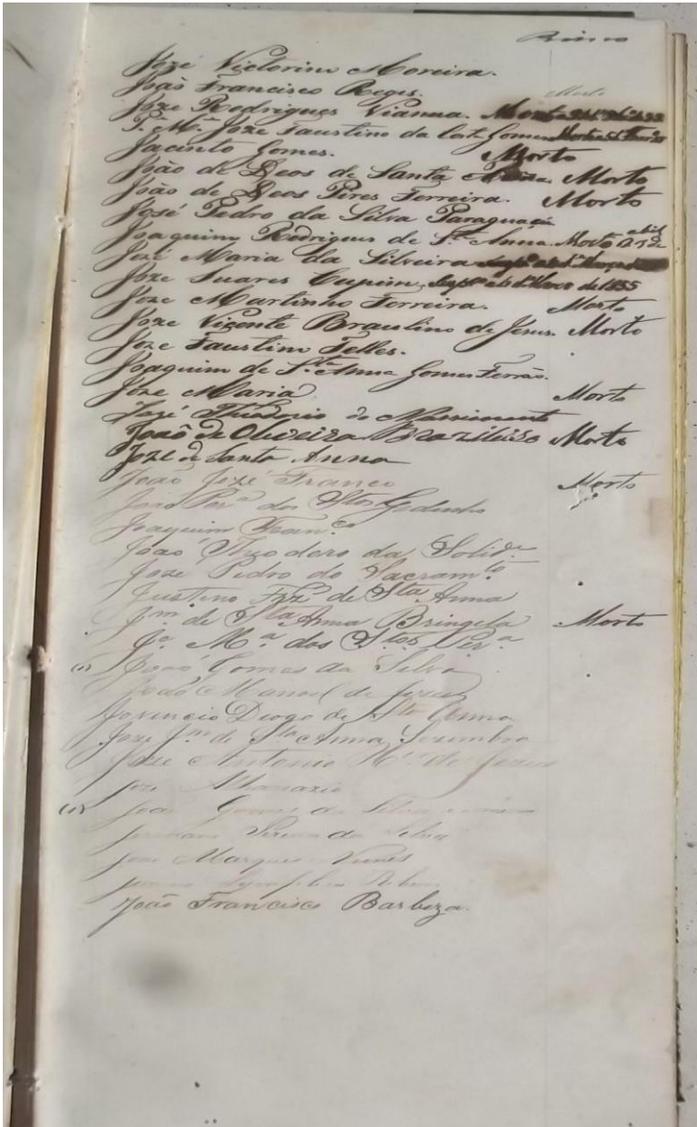
Fonte: elaborada pelo autor

A figura mostra a parte interna da SPD, local onde os sócios realizavam suas reuniões, elaboravam suas atas e aprovavam ou desaprovavam a entrada de novos sócios com a análise dos requerimentos de solicitação para fazerem parte do quadro de membros da Sociedade. Documentos de grande interesse para as diversas áreas do saber, a exemplo da História, da Sociologia, da Geografia, da Antropologia e, como não poderia deixar de ser, a escrita contida nesses documentos podem trazer informações muito importantes para os estudos lingüísticos, especialmente, no que diz respeito à formação do português popular brasileiro.

São procedimentos que mostram uma estrutura organizada e, dentro dos compromissos estabelecidos, cada membro admitido como integrante da sociedade recebia, de pronto, algumas obrigações, dentre as quais a exigência de que o membro pagasse, em período de tempo estipulado, mensalidades, designadas na documentação.

Veja-se na figura uma lista de sócios da SPD:

Figura 4: Lista de sócios da SPD



Fonte: elaboração do autor.

Para a obtenção dos recursos necessários a fim de executar os seus programas sociais, a SPD, além de receber as Jóias dos sócios, funcionou por um tempo como Casa de Empréstimos a Juros, operando com Penhores, Hipotecas de imóveis e também Loterias. Foi a partir do ano de 1851 que a SPD assumiu a sua função de *Sociedade Protetora dos Desvalidos*.

Em 1883, através do acúmulo financeiro adquirido com suas transações, a sociedade comprou um sobrado situado no *Largo do Cruzeiro de São Francisco*, no *Centro Histórico* de Salvador, já mencionado, anteriormente, imóvel onde se encontra domiciliada, até os dias atuais.

Segundo Oliveira (2006), as *Jóias* eram encaminhadas para um cofre que, em festas solenes, era aberto, e o dinheiro arrecadado era direcionado a determinados fins: acudiam-se as viúvas, amparavam-se os órfãos e os idosos, prestava-se socorro aos irmãos doentes e que, conseqüentemente, não podiam mais trabalhar.

Dentro dessa lógica estrutural da SPD entrava também a exigência de confecção de um *Requerimento* para os pretendentes interessados em fazer parte do quadro de sócios. Esses requerimentos eram redigidos com o pedido do cidadão soteropolitano para se tornar um novo sócio da irmandade. Falava-se cidadão porque a SPD não aceitava a entrada de escravizados. Nas palavras de Oliveira (2006, p. 141):

Requeria-se de um indivíduo, para se tornar membro da SPD, que fosse cidadão livre, o que significa dizer que se constituiu em uma irmandade que não admitia a entrada de escravos. Ser negro alforriado ou livre era, dessa forma, critério capital para tornar-se sócio da associação.

A SPD estava imersa em um momento histórico do Brasil regencial, com grande agitação e o acontecimento de diversas rebeliões geradas também por motivações diversas: A *Revolta dos Malês*, na Bahia (1835), a *Cabanagem*, no Pará (1835 – 1840), a *Guerra dos Farrapos*, no Rio Grande do Sul (1835 – 1845), a *Sabinada*, também na Bahia (1837 – 1838) e a *Balaiada*, no Maranhão (1838 – 1841).

Muitas delas sem nenhuma preocupação com a situação injusta e cruel vivida pelos escravizados nas fazendas e nas cidades por todo o país.

Na década de 1830, do século XIX, a escravidão ainda acontecia de forma relativamente regular. Era um funcionamento relativo porque, mesmo ainda legalmente aceita no país, os protestos e movimentos contra o cativeiro iam, gradativamente, tomando corpo. O baiano *Castro Alves* é um bom exemplo, por ter se envolvido bastante com a causa abolicionista, ganhando o título de *Poeta dos Escravizados*, ao externar esse sentimento através da escrita, com o seu celebre poema *O Navio Negroiro*. A *Praça Castro Alves* e o *Teatro Castro Alves*, atualmente, em Salvador, foram nomeados em homenagem ao notável poeta.

Destarte, as irmandades irão desempenhar um papel importante na vida dos escravizados, pois, por conta de suas atuações sociais e o momento histórico vivido, elas passaram a ter o poder de comprar os escravizados postos à venda pelos seus donos para alforriá-los. Além disso, um de seus propósitos de cunho abolicionista era criar uma espécie de “junta que, com sistema de créditos, assistia, sobretudo, parentes e amigos dos associados que ainda estavam em cativeiro” (OLIVEIRA, 2006, p. 139).

Como era um período de movimentos abolicionistas, a repressão estatal e a fiscalização das ações sociais da população ficaram cada vez mais veementes, inclusive no que diz respeito às associações nas irmandades. Naquele momento, era de total interesse das elites, donas dos escravizados, saber o que estava acontecendo com suas “propriedades”, isto é, com suas “posses humanas”, e reprimi-las cada vez mais. Nas palavras de Soares e Gomes (2001, p. 44):

Não vimos a Bahia ainda há pouco ameaçada de uma medonha insurreição africana? Não sentimos aqui também os mesmos receios? Nada, nada disto é bastante para nos desenganar que estamos continuamente com o pé sobre um vulcão (Diário do Rio de Janeiro, 1º out. 1836).

No caso da irmandade de *São José do Ribamar*, já referendada, anteriormente, as mudanças promovidas em 1838 no seu Compromisso, em função da Constituição de 1824, importaram igual vedação à matrícula de escravizados. “O mesmo documento impunha restrições aos cativos já ligados à irmandade, que a partir dali seriam alijados do exercício de qualquer poder representativo na confraria dos carpinas” (MAC CORD, 2005, p. 57).

A sociedade de artífices de 1841, por sua vez, repetiria o dispositivo do Compromisso de 1838, não admitindo a associação daqueles “sem uma conveniente personalidade jurídica”.

Como o escravizado era considerado por seu proprietário como “coisa” e não como pessoa, não entrava na classificação de cidadão detentor de direitos e obrigações na ceara jurídica. Diz ainda o autor que, “em meio à circulação de ideias sobre modernização e futuro”, a “criação de uma Sociedade poderia fazer com que os pioneiros cerrassem filas entre os ‘civilizados’ e os ‘reorganizados para o futuro’”. Escravizados não constavam desses planos (MAC CORD, 2005, p. 72).

Como a história não é estática, surgem os ideais do *Iluminismo*, difundidos no século XVIII, condenando o *Mercantilismo* e tecendo fervorosas críticas ao *Absolutismo*. Esses questionamentos trouxeram novas formas de ver o mundo e as relações sociais. Dentro desse grande contexto, a palavra de ordem, na entrada do século XIX, para a realidade das colônias, a exemplo do Brasil, era dizer não ao sistema escravista. Os grandes proprietários estavam assustados com essas mudanças manifestadas, gradualmente, no país, no que diz respeito ao cruel status de um Brasil ainda calcado na escravidão, especialmente, na segunda metade do século XIX.

Voltando aos Requerimentos, estava incluso dentro do ato de inscrição, após apor o seu nome, indicar a sua profissão, fato fundamental para a honra das mensalidades cobradas posteriormente.

Serão os nomes presentes nesses Requerimentos desses moradores da cidade de Salvador, no século XIX, solicitando a entrada

como membros da SPD, o objeto de análise do presente Livro. Veja-se o requerimento a seguir, aleatoriamente chamado de **A**:

Figura 05: Fotografia do Requerimento A da SPD

405
Ilmo Ex^{ma} Sr^o Presidente Abis Abis de
Conselho da Sociedade Protectora dos Desvalidos

40 43 digo 4042

João Luis de Santa Luzia official de pedreiro
natural da B. sertão morador na rua da independen-
cia com 35 annos de idade e seja por esta
nsta digna Sociedade com submissamente pido
e lido para como for de justiça em vista dos estatutos
do estatuto e seja esta Sociedade de cuja graca

E. R. M.^o
Bahia 24 de Junho de 1885

João Luis de Santa Luzia

Fonte: elaboração do autor.

REQUERIMENTO A

DATA DO REQUERIMENTO: 24 de junho de 1885

NOME: João Luis de Santa Luzia

COR: Preta

IDADE: 35 anos

NATURALIDADE: Brasileiro

ESTADO CIVIL: Casado

PROFISSÃO: Oficial de Pedreiro

NÚMERO DE FILHOS: 5

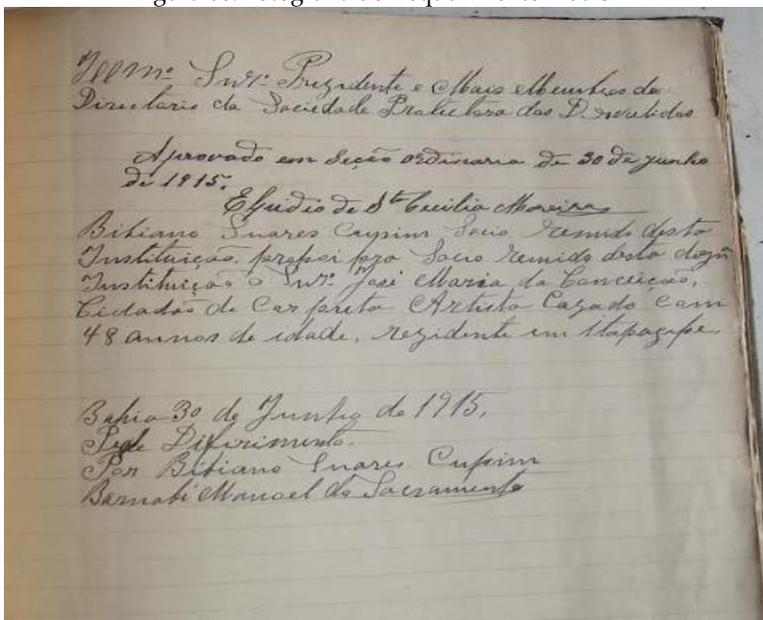
RESIDÊNCIA (FREGUESIA): Rua da Independência

OBSERVAÇÃO: O requerente foi aprovado no dia 07 de julho de 1885.

Fonte: elaboração do autor.

João Luis é o nome de um dos muitos soteropolitanos do século XIX (do século XX e também do século XXI), candidato a sócio da *Sociedade Pretora dos Desvalidos*, um símbolo de força e resistência que suportou todas as dificuldades encontradas nessa longa jornada de séculos. Veja-se um outro exemplo:

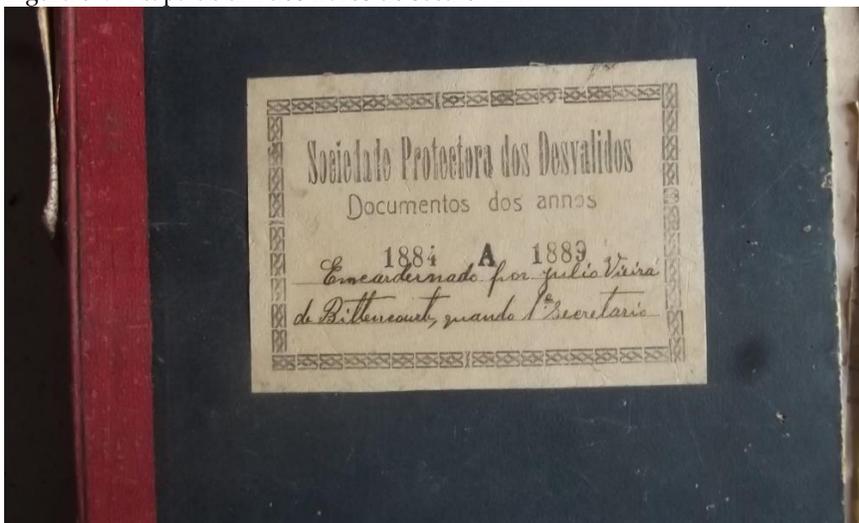
Figura 06: Fotografia do Requerimento B da SPD



Fonte: elaboração do autor.

Esse outro exemplo de Requerimento, aleatoriamente chamado de **B**, mostra a resistência e durabilidade da SPD, datado de 30 de junho de 1915, em pleno século XX, com quase 100 (cem) anos de existência. E isso se deu graças à organização e perseverança de seus corajosos sócios. Veja-se a próxima figura:

Figura 07: A capa de um dos livros do século XIX



Fonte: elaboração do autor.

Uma sociedade bastante criativa e bem estruturada, com *Planejamento, Organização, Direção e Controle*, garantindo a eficiência e a eficácia de seus atos.

Desde aquela época, a SPD estava focada em seus objetivos bem definidos: realizar eleições para compor a Mesa, confeccionar e organizar seus documentos, definir o destino dos recursos da Sociedade, fixar a disciplina das sessões e a imposição de multas para os faltosos (tanto no âmbito financeiro, quanto no que diz respeito à indisciplina), são exemplos que demonstram a *Estrutura Organizacional da Sociedade Protetora dos Desvalidos*.

3. A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA CIDADE DE SALVADOR

A história de Salvador começa praticamente no mesmo período em que começa o processo de ocupação do Brasil pela Coroa portuguesa. Segundo Arruda e Piletti (1996), já em 1534, a parte da costa do território brasileiro foi dividida em 15 *Capitanias Hereditárias*. Como ficavam muito isoladas umas das outras, as capitanias não tiveram muito sucesso. Por essa razão, o rei português nomeou um *Governador-Geral* com o propósito de centralizar um pouco mais as terras conquistadas e melhorar a administração. Nesse momento, a região do *Recôncavo*, dentro do contexto histórico de organização das possessões portuguesas, começa a entrar para os registros da Coroa, com a escolha da capitania da *Bahia de Todos os Santos* como sede para o Governo Geral. *Tomé de Sousa*, nomeado como primeiro Governador-Geral, fundou Salvador², a primeira cidade brasileira, onde estabeleceu seu governo, em 1549. Veja-se na citação de Afonso (1975, p. 41):

A cidade do Salvador, fundada em 1549 para abrigar a sede do Governo Geral, passou a ser o maior pólo econômico e demográfico do século XVI. Assentada no cimo da colina à vista da enseada aberta para o mar, logo expandiu-se para o norte, até o ponto onde os jesuítas haviam erigido seu colégio e a capela. Pelas fraldas estendia-se a cidade baixa com sua comprida Rua da Praia e seus becos de comerciantes, no alto fincavam-se os prédios da administração, e no todo, o casario esparramado sinuosamente como exigiam

² Em 29 de março de 1549, segundo Afonso (1975), uma frota de colonos portugueses chegou, pela Ponta do Padrão, chefiada por Tomé de Sousa e comitiva, em seis embarcações: três naus, duas caravelas e um bergantim, com ordens do rei de Portugal de fundar uma cidade-fortaleza chamada "do São Salvador". Nasceu, assim, a cidade de Salvador, já cidade, já capital, sem nunca ter sido província, e foi por muitos anos a maior cidade das Américas e rapidamente se tornou o principal e importante centro da indústria de açúcar e do comércio de escravizados.

os caprichos das falhas geológicas ou das elevações intransponíveis. Em 1585 Anchieta destampava: "está mal situada em um monte".

Por ocupar uma posição favorável na topografia da região, a cidade foi crescendo sobre sua abundância de montes e ladeiras. A sede portuguesa nas Américas fora erguida paralela ao mar e, na Cidade Baixa, com os aterramentos, formou-se a área que hoje corresponde ao Bairro do *Comércio*, com suas ruas e praças. Inclusive, esses aterramentos do passado, com as mudanças climáticas, podem gerar preocupações para a população soteropolitana no futuro.

Naquela época, os viajantes eram unânimes em descreverem a cidade como belíssima, "com o seu casario batido pelo sol no alto da montanha, na entrada de uma das mais bonitas baías do mundo" (NASCIMENTO, 2007, p. 33).

Estrategicamente construída, começava da ponta da baía, intitulada de *Baía de Todos os Santos* por ter sido descoberta no dia primeiro de novembro, na *Barra*, seguindo pela área da antiga *Vila Velha*, subindo em direção à Cidade Alta ou continuava pela praia rumo à Cidade Baixa. Daqui em diante, desembocava-se no interior da baía até a *Península de Itapagipe* e as áreas que, atualmente, representariam o Bairro do *Bonfim* e o Bairro de *Montserrat*.

Salvador, topograficamente falando, fora construída "sobre uma costa rochosa, verdadeiro promontório com setenta metros de altura, que fecha e domina uma ampla baía semeada de ilhas e ilhotas" (MATTOSO, 1992, p. 41).

Mesmo antes da fundação de Salvador, foi erigido o *Forte de Santo Antônio da Barra*, em 1534, mais antiga edificação militar do Brasil, mostrando a preocupação portuguesa em salvaguardar suas possessões. No século seguinte, em 1698, no finalzinho do século XVII, foi instalado o farol original (hoje internacionalmente conhecido como *Farol da Barra*, cartão postal da cidade), sendo na época a primeira luz guia náutica de toda a América.

É em 1549, portanto, que se inicia efetivamente o processo de colonização do Brasil. *Thomé de Sousa*, em 29 de março,

desembarcou com sua comitiva no *Porto da Barra*, dando início à construção da cidade com o propósito de administrar e controlar interesses de Portugal aqui no Brasil. Veja-se na Carta Régia trazida por *Tomé de Souza*:

Ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda as outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que competirem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes; e por ser informado que a Bahia de todos os Santos é o lugar mais conveniente da Costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do ponto e rios que nela entram, como pela bondade e abundância e a saúde da terra e por outros respeitos, hey por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento e para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições, e tudo mais que for necessário (PERES, 1999, p. 109).

Nesse mesmo ano, Salvador já possuía pelo menos cinco igrejas: *Graça*, *Vitória*, *Conceição da Praia*, *Ajuda* e *Escada*. A *Igreja da Ajuda*, por ocupar uma posição privilegiada, situando-se dentro da cidade fortaleza, três anos depois, em 1552, adquire a posição de *Primeira Catedral do Brasil*.

Seguindo essa linha de raciocínio, é também em 1549 que começa a história religiosa do Brasil, com a vinda do padre *Manoel da Nóbrega*, primeiro jesuíta a pisar na colônia. A *Companhia de Jesus*, liderada por ele, tinha como principais propósitos fundar as missões, nas aldeias dos povos originários, e também um propósito pedagógico com a organização de colégios³, para a transmissão do

³ Falando, rapidamente, também do surgimento de *São Paulo*, com base em Arruda e Piletti (1996), o padre *Manuel da Nóbrega*, após 5 anos de atuação religiosa na colônia, ordena, em 25 de janeiro de 1554, a construção de um barracão no alto de uma colina entre os rios *Anhangabaú* e *Tamanduateí*. Com a construção, a meta era converter os povos originários da região de Piratininga ao Cristianismo através da catequese. A prática reiterada de atividades de conversão dos nativos aos valores religiosos deu origem ao colégio intitulado *Colégio de São Paulo de Piratininga*. Com o passar do tempo, casas vão sendo construídas ao redor do ginásio, dando origem à *Vila de São Paulo de Piratininga*. Da vila surgiu a cidade de *São Paulo*, elevada a

conhecimento na colônia. Em 1552, instalou-se o primeiro bispado em Salvador para melhor dirigir seus propósitos em território brasileiro.

Com a chegada forçada dos primeiros escravizados africanos, a cidade ampliou gradativamente seus contornos, com a pulsante mobilidade econômica desenvolvida nos portos. Alguns cronistas da época, com evidente intenção de exaltar a nova terra aos olhos da metrópole, criaram belas imagens da paisagem. Uma das razões para isso foi o fato de que, no século XVI, não foi tão fácil para Portugal encontrar pessoas interessadas em desbravarem as novas terras em busca de uma nova vida, a não ser uma parte da população que se encontrava em difícil situação financeira ou social na metrópole.

Como esse contingente populacional não era muito grande e a área a ser desbravada era bastante extensa, a Coroa portuguesa tentava encontrar interessados através de promessas de futuro e também através de propagandas, pautando-se nos elogios daqueles que já haviam estado na colônia.

Em torno de 1570, Gândavo (1980, p. 2), por exemplo, observando as opiniões trazidas em documentos da época, explicita os elogios que eram declarados sobre a terra e sua gente, ao dizerem que os moradores do Brasil "tratam-se muito bem e são mais largos que a gente deste Reino, assim no comer como no vestir de suas pessoas, e folgam de ajudar uns aos outros com seus escravos e favorecem muito os pobres que começam a viver na terra".

É por essa razão que se mantém a palavra *escravo* na citação de Gândavo (1980) ao invés de *escravizado*, assim como a palavra *índios*, ao invés de *povos originários*, em outras partes do presente Livro, para respeitar a originalidade e a época do material consultado escrito pelos diversos autores.

essa categoria no início do século XVIII, em 1711. Atualmente, segundo o IBGE (2010), São Paulo é a capital mais importante, economicamente, da América Latina.

Voltando às palavras de Gândavo (1980), em sua citação, tem-se a ideia da importância do contingente escravizado trazido do continente africano para cá com um propósito definido: trabalhar duro, sofrer todos os tipos possíveis de violações, tanto físicas, quanto psicológicas, e, em muitos casos, morrer a serviço de seus “donos”. A partir desse período, a quantidade de escravizados trazidos das várias regiões de África vai aumentando de forma acelerada. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, milhões de pessoas, vindas da mãe África, foram forçadas a desembarcarem no Brasil para trabalharem de forma compulsória. Assim, a presença africana em território brasileiro vem desde o começo da colonização, como assinala Andrade (1980, p. 87):

[...] desde os primeiros tempos, houve sempre a importação de africanos para o Brasil, e escravidão negra e indígena coexistem desde o início da colonização uma vez que o próprio Duarte Coelho, já em 1542, solicitava ao Rei autorização para importar negros da África. [...] Na realidade, o negro, representante de uma civilização agrícola e já acostumado ao regime servil na África, oferecia maior produtividade no trabalho que o indígena. Daí preferirem os proprietários, apesar do alto preço, adquirir escravos negros a escravizar índios para o trabalho.

Sobre o contingente populacional escravizado, é preciso destacar que é a partir de 1549 que o tráfico negreiro para o Brasil passa a ser regular, tendo como respaldo o alvará de D. João III que legitimava aquisição de até 120 escravizados de origem africana para cada engenho estabelecido no território. Portanto, é a partir desse ato oficial que o número de escravizados no Brasil passa a uma escala crescente. Veja-se na tabela demográfica elaborada por Mussa (1991):

Figura 08: Dados demográficos de Mussa

Etnias	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p.163).

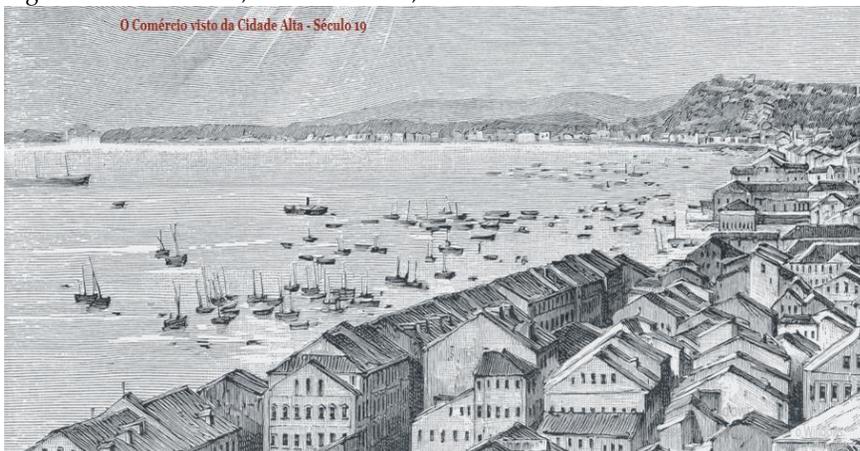
Entre os séculos XVI e XVIII, pode-se perceber que o número de africanos escravizados terá grande participação na população presente no território brasileiro, correspondendo a 20%, no século XVI, 30% no século XVII e 20% no século XVIII. Por sua vez, o número de afrodescendentes nascidos no Brasil terá um pequeno acréscimo entre os séculos XVII e XVIII, tendo sua presença numérica reduzida nos séculos subsequentes em face da miscigenação que dará origem a uma grande massa populacional que, como bem atesta a tabela acima, será a etnia definida por Mussa (1991) de maior representatividade entre a população brasileira no século XIX.

Sendo Salvador a principal porta de entrada para a escravidão no Brasil, deve-se considerar que esses dados demográficos que dizem respeito ao panorama da realidade brasileira afetam particularmente a cidade da *Bahia de Todos os Santos*. Salvador, no século XVIII, mais especificamente em censo trazido por Reis (2003, p. 22), realizado em 1775, mostra que a cidade contava com 35.253 pessoas, assim distribuídas: 12.720 brancos (36%), 4.207 mulatos livres (12%), 3.630 negros livres (10%) e 14.696 escravizados negros e mulatos (41.7%). Pelos dados apresentados, Salvador já era, em finais do século XVIII, uma cidade povoada por africanos e seus descendentes: os brancos compunham 36% da sua população e os africanos e afrodescendentes, entre livres e escravizados, correspondiam a 64% do contingente populacional,

trabalhando nas mais diversas frentes de trabalho da cidade, carregando e vendendo produtos.

Particularmente, no século XIX, momento histórico de maior interesse, foi o período em que a SPD foi criada, a população baiana, era, segundo Reis (2003), predominantemente, africana e afrodescendente. Essa população era a responsável pela dinâmica comercial da cidade, em um leva e traz de diversos tipos de mercadorias, transportados através de sua força física, nas diversas fregusias de Salvador, entre a *Cidade Baixa* e a *Cidade Alta*.

Figura 09: O Comércio, na *Cidade Baixa*, visto da *Cidade Alta*



Fonte: <http://www.cidade-salvador.com/seculo19/elisee-reclus/comercio>

O próprio Reis (2003, p. 22), adentrando sua pesquisa para o século XIX, atesta que, no ano de 1807, Salvador já contava com 51.112 habitantes.

Mesmo não distinguindo os livres dos escravizados, o censo do referido autor aponta os seguintes números: 15.260 brancos (28%), 25.502 negros (50%) e 11.350 mulatos (22%). Sendo assim, os brancos se situavam à volta dos 28%, enquanto os africanos e seus descendentes perfaziam a grande maioria, com 72% dos seus habitantes.

Com a *Lei Eusébio de Queiroz*, em 1850, proibindo o tráfico de escravizados para o Brasil, ocorre uma diminuição do número de

escravizados na cidade, como mostra o censo de 1855, quando havia 27,46% da sua população vivendo em regime de escravidão.

Segundo Barreto (2013), a eclosão da epidemia de cólera em 1855, que teria atingido mais africanos e seus descendentes, foi outro fator que abalou a vida dos moradores da capital baiana, determinando um decréscimo ainda maior na população escravizada. A morte de muitos escravizados, responsáveis pelo pesado transporte de mercadorias, exigindo muita força física dos trabalhadores, repercutiu sobre o comércio da cidade.

Mattoso (1992, p. 119), ao mostrar o censo oficial de 1872, consagra, em definitivo, Salvador como uma cidade de predominância afrodescendente. Segundo as palavras do autor, entre a população livre, os negros e mulatos contavam 60.2% da população, os povos indígenas e caboclos, 3.6% e os brancos, 24.0%. 12.2% de negros e mulatos, sempre com base nos dados e expressões lexicais dos autores da época, compunham a população do Brasil no século XIX. Portanto, 72.4% dos habitantes da cidade era de ancestralidade africana.

Em suma, nos quatro séculos em que o tráfico de escravizados foi permitido no Brasil, Salvador se portou como um importante centro comercial, com significativo mercado importador e exportador, desempenhando considerável função no abastecimento, redistribuição e embarque de mercadorias para os demais continentes.

As mulheres, em especial, trabalhavam em diferentes atividades nas ruas e praças de Salvador, nas diversas freguesias distribuídas em toda a cidade. Muitas eram *lavadeiras*, *fiandeiras*, *costureiras*, *padeiras* e *tintureiras*. Essas guerreiras montavam suas tendas ou seus tabuleiros para venderem *bolos*, o *cafezinho* da manhã (hoje popularmente chamado de *menorzinho*), *sal*, *rolos de fumo* (vindos do Recôncavo). E, nas residências, trabalhavam pesado como *cozinheiras*, *arrumadeiras* e *babás*.

Esse “[...] trabalho de rua passa a ganhar impulso com a intensificação e posterior desestruturação do sistema escravista africano, a partir do século XVIII e XIX, com o paulatino

crescimento das cidades” (DURÃES, 2006, p. 67). Com a constante migração campo – cidade, amplia-se o número de pessoas a procura de trabalho, especialmente, nas ruas e praças da Cidade Baixa, ponto principal de embarque e desembarque de mercadorias.

Uma cidade próspera para a realidade da época. E essa prosperidade, com o conseqüente enriquecimento de alguns, era mantida pela força de trabalho e pela dor de muitos: *africanas, africanos e seus descendentes*.

4. OS SOTEROPOLITANOS NO SÉCULO XIX

Salvador, durante o período colonial, era uma das mais importantes cidades do Brasil, com a observação oportuna de que ela ocupou a posição de capital do país e participou diretamente da história política e econômica do Brasil, nos primeiros três séculos do sistema colonial, até que, no ano de 1763, segunda metade do século XVIII, a sede foi transferida para o Rio de Janeiro.

No século XIX, mesmo sendo a última centúria do período colonial, Salvador ainda contava com fortes vestígios de uma estrutura do período. Segundo Katia Mattoso (1992), a cidade ainda não detinha iluminação pública até 1826. Três anos depois, em 1829, foram instalados os primeiros lampiões a óleo de baleia e, finalmente, na segunda metade do século XIX, em 1862, a iluminação a gás carbônico foi distribuída pela cidade, tornando-a bem mais iluminada.

Além disso, permanecia constituída numa sociedade latifundiária, escravista, racista, machista e desigual. A divisão social do trabalho estava relacionada com a organização econômica que ali foi se formando desde a sua fundação. Então, estavam presentes no motor pulsante da economia os comerciantes locais, o clero, os militares, os escravizados e os alforriados, compondo o mosaico social da época.

Segundo Nascimento (1986), em Salvador, concentrou-se a nascente indústria baiana de médio e pequeno porte, ligada ao setor agrícola, aos bens de consumo, aos serviços e mesmo ao ramo farmacêutico. Dentro dessa complexa realidade, a paisagem sempre foi fortemente marcada pela presença do africano e do afrodescendente, transeuntes frequentes em suas ruas e praças.

A organização do trabalho vai assumindo formas de acordo com a estruturação econômica que irá se moldando ao longo do século. O *Elevador Lacerda* que, segundo Sampaio (2005), antes chamado de *Elevador Hidráulico da Conceição*, foi construído já no

final do século, em 1871, e para um público bastante seletivo, a elite soteropolitana. Para os africanos e afrodescendentes era um subir e descer de ladeiras íngremes e de difícil acesso, ligando a *Cidade Baixa* à *Cidade alta*. Nas palavras de Mattoso (1992, p. 494):

Essa gente zanzava o dia todo, ladeira abaixo, ladeira acima, os tabuleiros sempre harmoniosamente arrumados – equilibrados na cabeça, roupas de cores vivas, porte altaneiro, língua afiada [...]. Vendia-se de tudo nas ruas de Salvador, de carvão a legumes. Especialistas em quitutes de proveniência africana não faltavam em nenhum bairro.

Esses trabalhadores dinamizavam a circulação de mercadorias, fazendo com que, nas ruas da cidade, a escravidão ganhasse contornos urbanos, ao estabelecer um comércio de ganho que movimentou a economia. "Vender era de longe o ofício mais praticado na Salvador do século XIX" (MATTOSO, 1992, p. 490).

A título de esclarecimento, a atividade laborativa dos escravizados estava estruturada em três modalidades principais: escravizados de ganho, escravizados de aluguel e escravizados domésticos.

Segundo Costa (1989), tal categorização é apenas uma aproximação da realidade, pois, no dia a dia, um escravizado de ganho, por exemplo, podia ser alugado por um determinado tempo, transitando facilmente de uma categoria para outra ou desempenhar os mesmos papéis diferentes.

Da mesma forma, um escravizado doméstico podia trabalhar apenas na residência do seu senhor, ou também no ganho ou ser alugado por um período determinado, a depender das condições do mercado de trabalho, pois o que importava para o "proprietário" era o lucro auferido com sua mão-de-obra.

A diferença entre os escravizados de ganho e os escravizados de aluguel está no fato de que, na atividade laborativa do ganho, o escravizado podia se apropriar de uma parte da renda (utilizada muitas vezes até para a compra de sua liberdade), não acontecendo o mesmo para o escravizado de aluguel.

Segundo Mattoso (2001[1982], p. 142-143), o canto de ganho, isto é, o ambiente de trabalho dos ganhadores, funcionava da seguinte forma:

É um ângulo ou um cruzamento de ruas onde forros e escravos do mesmo ofício e da mesma ‘nação’ aguardam a clientela, enquanto tecem chapéus de palha ou fazem pequenos cestos, trançam correntes de fio de ferro para os papagaios, fazem gaiolas para os passarinhos, pulseiras de contas, objetos de couro com inscrutações de conchas. Consertam os valiosos guarda-chuvas, aos quais têm direito, segundo o costume africano, aqueles negros que foram ‘grandes’ em sua terra: o amarelo do seu pano acrescenta sua nota alegre às mil cores das ruas. Os alforriados de um mesmo ‘canto’ obedecem a um chefe chamado ‘capitão do canto’. Ali ficam, à espera, sentados em pequenos tamboretas de três pernas. Os barbeiros ambulantes vêm fazer-lhes a barba, as negras lhes vendem grandes canecos de mingau de milho e de tapioca, que os ‘ganhadores’ engolem com pão ou arroz preparado à maneira africana, com carne seca frita e molho de pimenta, ou ainda pedaços de inhame e de carne de baleia grelhada. Aos forros juntam-se sempre os escravos do mesmo ofício e as amizades assim forjadas no trabalho, entre os membros de uma mesma etnia, são sólidas, duradouras e estão na origem de inúmeras sociedades de alforriamento e confrarias religiosas, laços da ajuda mútua e da solidariedade entre os escravos da cidade.

Como era muito vantajoso para o proprietário colocar parte de seus escravizados no ganho, o próprio Estado tinha interesse em legitimar a atividade, já que os benefícios do empreendimento se ampliavam também para o município. “Ganhador era aquele indivíduo que vivia literalmente ganhando a vida, dia a dia, sol a sol, em atividades de rua” (DURÃES, 2006, p. 69).

Para exercer a atividade era necessário um documento legal, isto é, uma licença emitida pelo Estado, com exigências feitas ao proprietário do escravizado, a exemplo de informações sobre sua residência, informações também sobre, dentre eles, quantos e quais escravizados seriam colocados para exercerem a atividade de ganho. Após definir a quantidade e os escravizados que se tornariam ganhadores, como etapa final, esses dados, junto com os seus prenomes e os lugares onde as atividades seriam desempenhadas, eram passados para os registros da prefeitura. O

negócio era tão vantajoso para o proprietário que, em poucos anos, o capital investido na compra do escravizado era recuperado.

Os “donos” de escravizados tinham o total interesse em colocá-los para trabalharem como ganhadores, pois, a atividade dispensava instrução especial, bastando apenas investir na compra de um único escravizado para se obter uma fonte de renda. Nesse momento, justifica-se o porquê das aspas colocadas em palavras como *dono*, *proprietário*, pois, não é racional a ideia de um ser humano ser dono (proprietário) de outro ser humano.

Andrade (1980), em pesquisa feita sobre a vida desses indivíduos na Bahia, no período que vai de 1811 a 1860 e com base, sobretudo, em inventários e testamentos de senhores depositados no *Arquivo Público do Estado da Bahia*, reúne 82 (oitenta e duas) profissões exercidas por um número de 3.168 (três mil cento e sessenta e oito) escravizados. Em sua grande maioria, trabalhavam no *serviço de casa*, no *serviço da roça* ou no *comércio das ruas*.

Inicialmente, ganhador representava apenas os carregadores (homens), mas ao longo do século XIX, principalmente a partir de 1870, com o declínio da economia açucareira, bem como, o declínio do tráfico de africanos para o Brasil, amplia-se a denominação de ganhador, que passa a incorporar também profissionais especializados, como pedreiro, marceneiro, ferreiro, padeiro, carpina (carpinteiro), entre outros, e a incorporar mulheres, as ganhadeiras. Estas não como carregadoras, mas normalmente como vendedoras das mais diversas iguarias de origem africana. Isso termina por dar uma dimensão ampliada aos cantos, que passam a funcionar como uma espécie de agência de trabalho, de concentração de vários tipos de atividade ou qualquer trabalho (DURÃES, 2006, p. 77).

Mesmo havendo alguns poucos escravizados que trabalhavam como *carpinteiros*, *pintores*, *marceneiros*, *charuteiros*, *pedreiros*, *tamanqueiros* ou até mesmo outras profissões que requeressem um conhecimento mais específico, a maioria esmagadora realizava trabalhos braçais ou aqueles que não exigiam muito conhecimento técnico. A exemplo dos *aguadeiros* (carregadores de água), carregadores de mercadorias, carregadores de bagagens, aqueles que carregavam a *Serpentina*, mais simples, e

a *Cadeira de Arruar* (uma cadeira usada para os escravizados levarem as elites locais).

Uma atividade específica realizada pelas escravizadas era ser *Ama de Leite*, segundo pesquisas realizadas pelas Professoras *Karoline Carula* e *Marília B. A. Ariza* e externadas na Coletânea organizada por elas, intitulada “ESCRAVIDÃO E MATERNIDADE NO MUNDO ATLÂNTICO: CORPO, SAÚDE, TRABALHO, FAMÍLIA E LIBERDADE NOS SÉCULOS XVIII E XIX”, publicada em 2023, pela Editora da *Universidade Federal Fluminense* (Eduff), no Rio de Janeiro. Onze estudos foram reunidos tratando dos desafios da maternidade escrava e sua relação com o *corpo*, a *saúde* e o *trabalho*. A Coletânea faz referência à *Casa dos Expostos* — uma instituição de herança ibérica, local onde eram abandonados os bebês rejeitados. As crianças abandonadas precisavam ser alimentadas para, posteriormente, serem enviadas para novas casas, como uma espécie de adoção realizada naquele período. Enquanto isso não acontecia, alugavam-se *amas de leite* (por um determinado preço acertado com seus “donos”), mulheres negras escravizadas que deram à luz recentemente, para amamentá-las.

Segundo Oliveira (2006), o que definia a atuação dos escravizados nas praças de Salvador era o interesse específico de cada senhor, ou seja, sendo um traço do escravismo a propriedade da força de trabalho, determinava o senhor quem, dentre os escravizados, exerceria determinadas atividades, como as exerceria, onde as exerceria e sob que condições as exerceria.

É na base dessa injusta divisão de afazer que está a renda auferida pela exploração da mão-de-obra escravizada, moeda que, aos poucos, tijolo a tijolo, irá erigindo a cidade e enriquecendo, fatalmente, os mais ricos.

É oportuno falar sobre a baiana *Hilária Batista de Almeida*, soteropolitana, nascida em 1854, já citada por Nascimento (1986, p. 14), devido ao fato de *Hilária Batista* ter sido uma grande líder religiosa, mãe de santo, e que ficou muito conhecida como *Tia Ciata*. Foi para o Rio de Janeiro, aos 22 anos, e trabalhou nas ruas e praças

vendendo *bolos, cocadas, doces* e muitas outras iguarias trazidas de sua vivência em sua terra natal, Salvador.

Com os cantos de ganho, além do trabalho, fazia-se também amizades e alianças responsáveis pelas formações de grupos, de associações e de sociedades, comportamentos que, para Reis (1991), serviram para uma maior proteção do grupo contra as imposições estatais. “Para ser preso bastava estar na rua e ser negro, mestiço ou estar inserido em atividades ditas perigosas, no caso, nas atividades de ganho” (DURÃES, 2006, p. 82).

Esse Poder de Polícia imposto pelo Estado provocou muita insatisfação popular, afinal, os ganhadores, com o seu trabalho árduo, dinamizava o comércio, fazendo a economia da cidade crescer. E essa repressão aos ganhadores estava acontecendo em um momento histórico favorável a mudanças, principalmente, na segunda metade do século XIX.

Coerente com o exposto acima sobre a luta contra a escravidão, também o soteropolitano *Luís Gama* (Luís Gonzaga Pinto da Gama), poeta satírico, com seu pseudônimo de *Afro*, usou seus conhecimentos de jornalista, poeta e advogado para a causa abolicinista, libertando mais de 500 (quinhentos) escravizados. Segundo ele, quando um escravizado mata o seu algoz (o seu “dono”), independente da circunstância, sempre mata em legítima defesa.

Luís Gama foi contemporâneo de *Castro Alves* (também conhecido como o cantor dos escravizados), e de muitos outros personagens extraordinários, mulheres e homens, que contribuíram para *a flor furar o asfalto e vencer o ódio*, como disse *Drummond* (2003), abolindo a escravidão em terras brasileiras, em 13 de maio de 1888. O ódio foi vencido com muita luta. Isso porque não havia nenhum plano, nenhum projeto estatal, para melhorar a situação de vida dos libertos na assinatura da *Lei Áurea* pela Princesa Isabel.

Não foi um presente, um ato de bondade, um entendimento pacífico, mas sim as fugas dos cativeiros, a formação cada vez mais crescente dos Quilombos (a exemplo de *Palmares*, liderado pela coragem e força, inicialmente, de *Ganga Zumba* e, posteriormente,

de Zumbi, na Serra da Barriga, no atual município de União dos Palmares, em Alagoas). Inclusive, o dia 20 de novembro passou a ser feriado nacional, com a Lei 14.759, de 2023, considerado o *Dia da consciência negra*, em homenagem a Zumbi dos Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695.

Junto a isso, tem-se a constante pressão da Inglaterra, interessada em ampliar seu mercado consumidor de produtos industrializados, além das diversas lutas travadas contra a opressão e as inúmeras manifestações da sociedade civil, clamando pela abolição da escravidão no Brasil e também por uma melhor qualidade de vida para todo esse contingente populacional. Os civis abolicionistas contribuíram muito para o movimento republicano, a exemplo do baiano Ruy Barbosa (o Águia de Haia), ao participar ativamente das grandes questões de sua época, dentre elas, as campanhas abolicionistas. Contribuiu também para a formação de um novo governo e na elaboração da nova Constituição, promulgada em 1891.

Nesse momento histórico, em finais do século XIX e início do século XX, tem-se a grandiosidade de *Henriques de Lima Barreto*, ou *Lima Barreto*, atualmente; muito conhecido e estudado na literatura brasileira, porém, foi um escritor que sofreu muito com o racismo estrutural implantado no país. Publicou *Sátiras*, *Contos* e muitos *Romances*, tais como *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Clara dos Anjos* e *O homem que sabia Javanês*. No entanto, seu trabalho, infelizmente, só foi reconhecido e conhecido amplamente pelo público após o seu falecimento.

Outra personagem marcante do século XIX foi a carioca *Chiquinha Gonzaga* (Francisca Edviges Neves Gonzaga), neta de escravizados, tornou-se instrumentista e maestrina. Em 1884, estreia a opereta "A Corte na Roça", sob sua regência e isso a tornou a primeira maestrina brasileira. Com base no *Site Brasil Escola*, *Chiquinha Gonzaga*, além de uma formidável pianista, foi compositora de muitas músicas populares e foi reponsável pela criação da primeira marchinha de carnaval *Abre alas!* (em 1899), inclusive, essa marchinha faz sucesso até os dias atuais.

Adentrando o século XX, nasce a catarinense *Antonieta de Barros*, em 1901, a primeira mulher negra a ser eleita pelo voto direto no Brasil. A professora, jornalista e advogada nasceu em Santa Catarina, em uma localidade de topônimo *Desterro* que, posteriormente, passou a ser chamada de *Florianópolis*. *Antonieta* ficou conhecida em todo o Brasil e também no exterior por lutar pelos direitos das mulheres. Em 1934, representando a causa feminina, em uma sociedade excludente e com forte preconceito de gênero, foi eleita a primeira deputada estadual no estado de Santa Catarina.

5. DIVISÃO GEOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA DA CAPITAL

Salvador, em seu nascedouro, como todas as outras cidades criadas durante o Império português, recebeu um “termo”, trazendo a sua divisão espacial, cuja composição, isto é, sua divisão foi feita desde o início em freguesias, conforme exigência da carta régia trazida por *Tomé de Souza*, já referendada anteriormente.

Destarte, a cidade herdou o modelo português de estrutura administrativa cujos sistema e organização foram transplantados para cá. Segundo Nascimento (2007), assim como as cidades que seguiram os projetos medievais, a estrutura criada tinha como principal meta garantir a segurança contra ataques externos.

Formou-se, então, fechada por suas muralhas, mas aberta para o mundo, constituindo-se na cidade referência entre a América portuguesa e as outras terras de além-mar. Ao longo dos séculos de colonização, a cidade expandiu-se para além dos muros da fortaleza construída por *Tomé de Souza* a mando do rei de Portugal. Trazendo para a atualidade, em 2022, segundo dados do *Site* do IBGE (2022), a cidade possui, aproximadamente, 2.417.678 pessoas e densidade demográfica de 3.486,49 habitantes por quilômetro quadrado. Seus moradores são chamados de soteropolitanos, gentílico criado a partir da tradução do nome da cidade para o grego: *Soterópolis*, significando "Cidade do Salvador".

5.1 AS FREGUESIAS

As freguesias, dentro desse contexto, divididas com circunscrição não muito precisa e com papel principal nas ordenanças, construíam-se enquanto circunscrições eclesiais que formavam paróquias, sede da igreja paroquial e sede da administração civil.

Dentro dessa lógica, a cidade de São Salvador, trazendo uma divisão administrativa vinda de séculos anteriores, estava, no século XIX, subdividida em 10 (dez) freguesias urbanas e 07 (sete) freguesias rurais. Com base nos dados expostos por Nascimento (2007), no ano de 1871, oriunda do desmembramento das paróquias do *Pilar* e de *Santo Antônio*, foi criada a freguesia urbana dos *Mares*, passando a existir um total de 18 (dezoito) paróquias, sendo 11 freguesias urbanas e 7 freguesias suburbanas. Observa-se, de pronto, que a expressão *Rural* ou *Suburbana* é apenas para situá-la geograficamente do seu núcleo de investimentos.

Freguesias Urbanas

1. São Salvador da Sé;
2. São Pedro Velho;
3. Santíssimo Sacramento de Santana;
4. Nossa Senhora da Vitória;
5. Nossa Senhora da Conceição da Praia;
6. Santíssimo Sacramento do Pilar;
7. Santíssimo Sacramento da Rua do Paço;
8. Nossa Senhora dos Mares;
9. Santo Antônio Além do Carmo;
10. Nossa Senhora da Penha de Itapagipe;
11. Nossa Senhora de Brotas.

Freguesias Suburbanas

1. São Bartolomeu de Pirajá;
2. Santana da Ilha de Maré;
3. Nossa Senhora da Piedade de Matoim;
4. Nossa Senhora da Conceição de Itapuã;
5. São Miguel de Cotegipe;
6. Nossa Senhora da encarnação de Passé;
7. Nossa Senhora do Ó de Paripe.

O núcleo matriz da cidade do Salvador, se se falar apenas das freguesias urbanas, passaria a se configurar em duas partes

distintas. Situando a cidade em uma área montanhosa, devido à sua topografia irregular, em declive, tem-se: a “Cidade Alta”, centro administrativo, político e religioso, assim como de residências e; em um outro patamar, a “Cidade Baixa”, com as praias, o porto de embarque e desembarque de mercadorias e os estabelecimentos comerciais (os armazéns), demarcando a influência religiosa na distribuição do espaço.

Esse projeto de cidade, com uma parte alta e outra baixa, era amplamente utilizado em Portugal e assemelhava-se a cidades como *Porto* e *Lisboa*, estruturadas, assim como Salvador, em “Cidade Alta” e “Cidade Baixa”. Dentro desse espaço, adequadamente, dividido de acordo com os interesses da Coroa, estavam as freguesias, criadas no decorrer do período colonial.

Segundo Nascimento (2007), o item lexical paróquia já vem desde a *Idade Antiga*, na época da expansão do *Império Romano*, e traz sua origem etimológica do grego “parochos”, via latim, com o significado de repartidor ou hospedeiro, como um local de acolhimento para as pessoas.

Na origem, o termo está relacionado com apoio, com suporte, especialmente, para abrigo e alimentação. Dessa forma, Paróquia fazia referência ao ato de servir a um hóspede (alguém com alguma necessidade), toda a provisão necessária para seu sustento. Essa prática ampliou-se e tomou corpo na formação de Portugal, com o processo de desenvolvimento de seus ditames legais. Assim, as *Ordenações do Reino* determinaram que as freguesias e outras várias formas de administração iriam aparecer e funcionar até a promulgação, em 1828, no Brasil, da Lei sobre as *Câmaras Municipais*.

Nessa perspectiva organizacional, em pleno século XIX, a cidade de Salvador estava dividida em diversas freguesias, como espaços materiais limitados.

Tal divisão administrativa coincidia com a religiosa, que, na realidade, havia tomado a iniciativa dessa classificação primitiva da cidade, adotada pelo Estado.

Assim, como divisão administrativa e religiosa de Salvador, nessas freguesias estavam localizados os habitantes, inclusive os requerentes da SPD, ligados às suas igrejas matrizes. Nesses espaços, os africanos e afrodescendentes realizavam suas solenidades, adoravam os seus santos, realizavam seus batizados, casamentos e enterravam os seus mortos.

Iniciaremos falando especificamente das freguesias da *Sé* e da *Vitória*, por serem as mais antigas, ambas criadas no começo da segunda metade do século XVI. **Então, vamos a elas:**

A Freguesia da Sé

Figura 10: Igreja da Sé



Fonte:<http://ahistoriapresente.blogspot.com.br>

Segundo Nascimento (2007), a Freguesia da *Sé*, a mais antiga de todas e a primeira iniciativa administrativa para a divisão topográfica de Salvador, criada por *D. Pero Fernandes Sardinha*, em 1552, foi o primitivo núcleo da antiga cidade, e seu começo se deu nas portas de São Bento, estendendo-se até o Beco do Ferrão, onde se delimitava com a Freguesia do Passo.

Nessa florescente freguesia, figuravam a Igreja de São Pedro dos Clérigos, o templo da Sé Catedral, fazendo frente para o mar, a Santa Casa da Misericórdia, o convento de São Francisco, a Ordem

3ª de São Francisco e de Santa Isabel, a capela de São Miguel, a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a ordem 3ª de São Domingos e a Igreja dos antigos padres da Companhia de Jesus.

A freguesia de Nossa Senhora da Vitória

Figura 11: Igreja da Vitória



Fonte: <http://ahistoriapresente.blogspot.com.br>

A Freguesia de *Nossa Senhora da Vitória*, da mesma forma que a Freguesia da *Sé*, teve seu início no bispado de *D. Pero Fernandes Sardinha*. Pelas informações de Nascimento (2007), a Freguesia da Vitória surgiu nove anos depois, em 1561. Localizada um pouco afastada do centro, foi nessa freguesia que surgiram as primeiras moradias, com o primeiro núcleo de povoadores.

Estavam nos seus limites os últimos vestígios da *Vila Velha*, fundada pelo donatário da Capitania, e as casas dos descendentes do *Caramuru*.

A título de esclarecimento, *Caramuru* é *Diogo Álvares Correia*, o *Caramuru*, nascido em Viana do Castelo, norte de Portugal. Uma das explicações para o termo *Caramuru* é a de que os povos originários *Tupinambá* deram a ele esse apelido em referência a um peixe comum no Recôncavo baiano.

Além do nome do peixe presente nos rios, semelhante a uma *moreia*, *Caramuru* pode ter surgido também, segundo os historiadores, devido ao fato de *Diogo Álvares* ter disparado uma

arma de fogo, artefato desconhecido pelos povos originários, passando a chamá-lo de *Caramuru*, com o significado de *Filho do fogo*, *Homem do Fogo*. Dados históricos relatam que, em 1509, sua embarcação naufragou nos recifes próximos à região que hoje está situado o Bairro do *Rio Vermelho*.

Logicamente, fala-se de um período em que a literatura era considerada *Literatura Informativa*, isto é, para informar, para descrever o território, através de um olhar eurocêntrico. Nesses textos não havia a preocupação em retratar e, menos ainda, valorizar os diversos povos e culturas aqui existentes. Por isso é uma *Literatura sobre o Brasil*. A Coroa portuguesa patrocinou as *Grandes Navegações* com o intuito de saber as possibilidades, para invadir e obter as vantagens econômicas na exploração do território.

O interesse era conhecer as riquezas, em especial, a presença de ouro, metal muito valioso para a Europa mercantilista, em pleno século XVI. Em suas 27 páginas, a carta de *Pero Vaz de Caminha*, endereçada ao el-rei de Portugal, D. Manuel, conhecido como o venturoso, foi um manuscrito (texto escrito à mão por *Caminha*), considerado como uma espécie de *Certidão de Nascimento do Brasil*. Dentro da Literatura, a carta é enquadrada com a função de apenas informar, sem haver uma preocupação com o fazer literário, com a produção artística. A título de comparação, a carta não é um texto escrito no estilo do mineiro *Darcy Ribeiro*, da cearense *Raquel de Querosz*, do gaúcho *Érico Veríssimo*, dos baianos *Pita Paiva* e *Celito ReGmendes* (meus conterrâneos de Uibaí), de *Jackson Rubem* (de Irecê), de *Carneiro* (de Canarana) e de *Antônio Régie* (de São Gabriel) que, com suas poesias, pinturas, esculturas, contos ou seus romances falam de sua terra, de sua cultura e de sua gente, com um lindo sentimento de pertencimento.

A carta de *Caminha* usa, de propósito, a expressão “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”, originando a popularizada frase “em se plantando tudo dá”, deixando bem claro o interesse de Portugal em implantar aqui uma Colônia de Exploração.

Dentro desse ganancioso projeto exploratório, essa riqueza foi desprezada pelos portugueses, de forma intencional, facilitando e favorecendo o genocídio de milhões de pessoas, com o triste extermínio de suas línguas e culturas e, com elas, também, a destruição de uma sofisticada dinâmica da fala presente na narrativa oral desses povos que já viviam aqui há milhares de anos.

Puxando o debate para a atualidade, infelizmente, a ganância material ainda impera e repete os interesses do passado, a exemplo do assassinato do indigenista brasileiro *Bruno Araújo Pereira* e do jornalista inglês *Dom Phillips*, por contrariarem interesses econômicos no *Vale do Javari*, localizado nos municípios de topônimos *Atalaia do Norte* e *Guajará*, no oeste do estado do Amazonas.

Todavia, “Para não dizer que não falei das flores”, como um dia escreveu o paraibano *Geraldo Vandré* (Geraldo Pedrosa de Araújo Dias), também conhecida como *Caminhando*, linda canção concorrida no *Festival Internacional da Canção*, em 1968, praticamente, o nosso segundo hino nacional nas lutas travadas contra as injustiças sociais desse nosso desigual país, essas flores, quando se fala dos povos originários, estão brotando aos poucos. Isso em forma de atos de resistência, a exemplo da *Rede de sementes do Xingu*, de fácil acesso no Site (<https://sementesdoxingu.org.br>), com a catalogação e a recuperação das sementes nativas, em um processo de reflorestamento e proteção do meio ambiente, como reconhecimento e valorização dos povos originários nessa importante ação de salvamento das sementes ancestrais das matas.

A luta contra a invasão e desmatamento de suas reservas, além do cambate ao garimpo ilegal (uma atividade que provoca danos irreparáveis para o *Meio Ambiente*), e a valorização dos povos originários, como integrantes da sociedade brasileira, com a eleição, em 05 de outubro de 2023, do escritor e ativista ambiental *Ailton Krenak* para a cadeira 5 da *Academia Brasileira de Letras*. Somado a isso, tem-se também o reconhecimento da obra do escritor paraense *Daniel Munduruku*, nascido em Belém, filho do povo originário *Munduruku*, localizado na região do *Alto Tapajós*.

Daniel Munduruku é formado em Filosofia, com Licenciatura em História e Psicologia e integrou, por um período, o *Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social* na USP, são exemplos de lutas travadas para o reconhecimento e respeito aos verdadeiros donos da terra, pois, já eram moradores deste território há milhares de anos antes da invasão dos colonizadores.

Voltando para a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (após essa breve abordagem sobre os povos originários), segundo os historiadores, até hoje não se pode fixar a época do levantamento da primeira capela de N. Sra. da Vitória. Nem tão pouco quem a construiu.

Há pesquisadores que afirmam ter sido feita por *Diogo Álvares*, o mesmo que edificou, anteriormente, a de N. Sra. das Graças, antencipando-se à chegada de *Pereira Coutinho*, atribuindo, outros, ao donatário da Capitania da Bahia, o levantamento do oratório de Vila Velha.

A Freguesia da Vitória dividia-se de *Brotas*, no *Rio Vermelho*, em extensão, seguindo a beira mar e subindo a colina, chegando até *São Pedro*, nas *Mercês*, no convento das Ursulinas, e até as *Pedreiras*, dividindo-se da *Conceição da Praia*.

A freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Praia

Figura 12: Igreja da Conceição da Praia



Fonte:<http://ahistoriapresente.blogspot.com.br>

A Freguesia de *Nossa Senhora da Conceição da Praia*, localizada também a beira-mar, limitava-se de um lado com o *Pilar* e do outro com *São Pedro* e *Vitória*. Diferente das anteriores, a Freguesia da Conceição da Praia foi criada pelo bispo *D. Marcos Teixeira*, na primeira metade do século XVII, em 1623.

Dividia-se de São Pedro pela Ladeira da Preguiça e por uma pracinha no fim das Pedreiras; da Freguesia da Sé, pelas ladeiras da Misericórdia e do palácio; da *Vitória* nas Pedreiras, e do *Pilar* pela Praça do Comércio. A *Ladeira da Preguiça* ganhou esse nome porque os escravizados subiam, vagarosamente, por ser íngreme, carregando uma grande quantidade de peso nas costas.

Baseado em Nascimento (2007), nessa Freguesia da Conceição da Praia estavam contidos os quartéis, a Fortaleza do Mar, o Tribunal do Comércio, a Alfândega, a Mesa do Consulado e trapiches. Tinha duas capelas: a de Santa Barbara e a de São Pedro Gonçalves, mais conhecida como do Campo Santo.

Após ser elevada à Matriz da Nova Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, em 1623, as confrarias do Santíssimo Sacramento da Imaculada Conceição decidiram por fazer uma grande igreja. Isso no ano de 1736. Não havia recursos suficientes até que a família Saldanha Albuquerque resolve proporcioná-lo e, em 1739, as obras de construção tiveram início.

A freguesia de São Pedro Velho

Figura 13: Igreja de São Pedro



Igreja de São Pedro (antiga) - 1907

A Freguesia de São Pedro Velho foi criada pelo arcebispo *D. Gaspar Barata de Mendonça*, em 1679. Com base nos dados de Nascimento (2007), conforme nota de um pároco do século XIX, a referida freguesia limitava-se com a Sé, pelas portas de São Bento, e nas Hortas; com a *Vitória* nas *Mercês* e nas Pedreiras próximas ao *Unhão*; com Santana, nos locais citados, com a Conceição da Praia pelo princípio das Ladeiras Preguiça, e da Conceição, e em uma pracinha próxima às Pedreiras, ficava no largo de São Pedro, apenas um alargamento da rua do mesmo nome. As origens da Igreja de São Pedro, em Salvador, remontam ao século XVI. A primitiva capela de São Pedro foi construída em 1554, por ordem de *D. Pero Fernandes Sardinha*, o primeiro bispo do Brasil. Ficava junto ao Forte de São Pedro, cujo nome herdou daquela Capela.

Em 1679, foi criada a Paróquia de São Pedro Velho, fora dos muros da Cidade, pelo arcebispo *Dom Gaspar Barata de Mendonça*. Ainda com base nas informações de Nascimento (2007), em 1691,

iniciou-se as negociações para a construção da igreja matriz da *Freguesia de São Pedro*. Em dezembro de 1692, o rei de Portugal, *Dom Pedro II*, ordenou a construção do segundo templo, no local onde hoje fica o monumento ao *Barão do Rio Branco*, no Calçadão de São Pedro. Foi inaugurado no início do século XVIII, recebendo o altar da antiga capela, que foi, então, demolida em 1723. Em 1912, o governador *J. J. Seabra* desapropriou a Igreja para abrir a *Avenida Sete de Setembro* (a nossa bastante popular *Avenida Sete*).

A triste demolição começou em maio de 1913. A expressão triste foi colocada propositalmente aqui porque essas transformações na cidade seguiam a um projeto ambicioso e segregador relacionado com a divisão de classes. A reforma urbana de Salvador tinha por finalidade organizar suas ruas e praças, especialmente, as centrais e mais urbanizadas, para o convívio e bem estar das pessoas “de família”, expressão usada pelo próprio *Seabra*, no momento em que dá início às reformas. Segundo Leite (1996), as décadas iniciais do século XX serão marcadas pelo ordenamento dos espaços e o controle social dos transeuntes, isto é, dos afrodescendentes e suas famílias, considerados, pelas elites, como inconvenientes moradores dos arredores da cidade. Veja-se na citação:

As ações dos governantes baianos, voltadas para o controle social das camadas populares são sistematizadas e respaldadas pelo Código Penal da República, resultando no reordenamento do cotidiano das ruas soteropolitanas, onde emanava uma cultura popular afrodescendente, viva e presente nas comidas vendidas por mulheres negras, nos festejos populares, na ginga dos ‘capoeiras’ que das ruas faziam o seu território (LEITE, 1996, p. 8-9).

Essas comidas eram vendidas nas ruas e praças pelas ganhadeiras, a exemplo de *frutas*, *peixes* e *carnes*. Trazendo para a atualidade, quem conhece Salvador já experimentou o delicioso *acarajé* vendido pelas *Baianas de Acarajé*. Comercializado em um tabuleiro, junto com a *passarinha*, o *abará*, o *pé-de-moleque*, o *lelê*, a *cocada* e muitas outras opções de comidas para os soteropolitanos,

em seu cotidiano na cidade, e também para os turistas. O *acarajé* foi citado, junto com essas outras iguarias porque, em 2012, o ofício da *Baiana do Acarajé*, com seu tabuleiro, a indumentária e os alimentos, tudo, foi tombado pelo Governo do Estado.

Fazendo referência a comidas típicas e trazendo para o *Território de Identidade de Irecê* (TII), tem-se uma pequena cidade chamada *Uibaí* (minha terra natal), em um dos seus povoados, o *Caldeirão*, local em que é produzido um delicioso doce conhecido como *Doce de Leite do Caldeirão*, já com muita aceitação no TII, por ser considerado muito bom, inclusive já está sendo vendido para outras áreas fora do território. Além disso, o *Quilombo Caldeirão*, em *Uibaí*, foi certificado como remanescente de quilombo pela *Fundação Cultural Palmares*, em 13 de dezembro de 2006.

Contam os pesquisadores, a exemplo do Livro intitulado *Canabrava do Gonçalves: uma vila do baixo-médio São Francisco*, escrito em 1988, por *Oswaldo de Alencar Rocha* e *Edimário Oliveira Machado*, que, em 1844, em pleno século XIX, a localidade que viria a se chamar de *Uibaí* foi descoberta através da bravura de um escravizado chamado *Vicente Veloso* que, ao matar o seu dono, livrou-se das algemas e fugiu para uma terra fértil de *Serra Azul* e com bastante água, onde hoje se encontra a sede do município de *Uibaí*. A palavra *Uibaí* vem dos povos originários, do tronco lingüístico *Tupi*, significando *flecha n'água*. Da mesma forma, a palavra *Irecê*, segundo o pesquisador *Teodoro Sampaio*, em seu livro *O Tupi na Geografia Nacional*, de 1901, afirma que o topônimo *Irecê* também vem do *Tupi*, significando *sobre águas, pela água*. Significa sobre águas porque o seu subsolo é rico em lençóis freáticos, tornando seu terreno muito apropriado para a plantação de grãos. O Livro intitulado *História de Irecê*, do escritor *Jackson Rubem Alves dos Santos*, retrata muito bem a história sobre o antigo *Arraial de Caraíbas*, passando à *Vila de Irecê* e, atualmente, o *Município de Irecê*, cidade centro de nossa região.

Voltando para as freguesias de Salvador, tem-se que os interesses das elites estavam entrando em conflito com a presença dos africanos e afrodescendentes nas ruas da cidade.

Segundo o pensamento das elites da época, era necessário criar uma linha divisória, um hiato, separando as consideradas “pessoas de bem”, no caso específico, as pessoas de posses, da cultura popular. Era necessário, naquele momento, na visão da elite segregadora, racista e cruel, estabelecer uma linha divisória, mesmo que tênue, entre os detentores do poder e do prestígio sociais, dos mais pobres. Novamente com Leite (1996, p. 11):

Neste espaço, historicamente considerado como privilegiado pela criminalidade, encontramos pobres e pretos, homens e mulheres, mendigos e vadios, mestiços e por que não dizer afrodescendentes que, ao construírem nos espaços citadinos seus domínios, conheciam bem a linguagem cartográfica das ruas soteropolitanas: agência de resistências e encontros sincréticos.

Nesse momento, amplia-se o processo de favelização da cidade, já iniciado no século XIX. Livres das algemas, as populações mais pobres passaram a necessitar de um espaço para viver. Fora das fazendas, sem condições econômicas e desprezadas pelo poder público, milhares de pessoas, aos poucos, em um processo de migração campo – cidade (principalmente do recôncavo), foram ocupando os espaços considerados menos nobres pelas elites locais. São as relações de poder definidas por Foucault (1996) em que um determinado grupo impõe seus interesses.

A ocupação dos *Alagados*, em *Itapagipe*, é um exemplo desse processo, no atual Bairro do *Uruguai*, na Cidade Baixa, iniciada em 1953, ocupando grande parte da *Enseada dos Tanheiros*, com a construção de centenas de palafitas. As palafitas eram casas e pontes, sobre a água, feitas de madeira e sem nenhuma assistência estatal. Posteriormente, houve uma retirada dessa população para outras áreas, melhorando um pouco mais a situação de vida daquelas pessoas. Isso porque, ainda hoje, a população reclama da necessidade de acompanhamentos mais adequados, a exemplo de atendimento adequado à saúde, acompanhamentos educacionais mais bem estruturados e organizados, além de uma melhor estrutura de locomoção para outros bairros da cidade.

Dentro desse contexto, tem-se que a reforma segregadora estabelecida pelas elites que dominavam a cidade e impregnara um forte discurso ideológico. Junto às pessoas “de família”, como observou *Seabra*, estavam os pobres, também reivindicando seus espaços e demarcando as linhas divisórias entre o projeto civilizatório das elites, detentoras do poder econômico, e a população (carente de amparo estatal) que, da rua, com seu trabalho, com sua *comida*, com sua *música*, com sua *dança*, com sua *indumentária*, com sua *religião*, com a *capoeira*, com as *conversas* (e as histórias contadas através da *oralidade*), na luta do dia a dia, tirava o seu sustento).

A *capoeira*, atualmente, é reconhecida como patrimônio imaterial do Brasil. É imaterial porque não é palpável, é algo que vem do nosso sentimento e valorização da nossa cultura. O *Cristo Redentor*, no Rio de Janeiro, seguindo essa mesma lógica de raciocínio, também é outro exemplo bastante oportuno, pois, é reconhecido e valorizado como patrimônio material do Brasil, porque você pode visitá-lo e tocá-lo, por ser um patrimônio palpável, concreto da nossa cultura.

A freguesia de Santo Antônio Além do Carmo

Figura 14: Igreja do Carmo



Fonte:<http://ahistoriapresente.blogspot.com.br>

A Freguesia de *Santo Antônio Além do Carmo* fora criada pelo bispo *D. Pedro da Silva Sampaio*, em 1646, sendo uma das maiores em extensão, e, estando dividida em dois distritos: o urbano e o rural.

Como Salvador, nessa época, ainda possuía muita área verde e inexplorada, comercialmente, ainda existiam muitas roças, fazendas e chácaras, nos entornos da cidade, favorecendo essa situação de divisão rural/urbano para algumas freguesias.

Dentro dessa lógica geográfica, seus limites eram definidos como sendo a Freguesia Rural de São Bartolomeu de Pirajá, pela Freguesia de Nossa Senhora de Brotas, a Freguesia do Passo, a Freguesia do Pilar, a Freguesia de Santana e a Freguesia de Itapoã. Mais especificamente, os limites do Carmo se inicia na Cruz do Pascoal e vai até o largo de Santo Antônio Além do Carmo, oficialmente, chamado de *Largo do Barão do Triunfo*. O termo Além do Carmo refere-se às portas da cidade do Salvador que, no primeiro século de habitação, tinha uma entrada no Convento do Carmo. Portanto, a Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo traz no nome a ideia do crescimento urbano da cidade, pois, foi construído para além das Portas do Carmo.

O fato mais relevante dessa freguesia é o de que, como diferenciação social, a classe mais abastada de Salvador aí habitava, detentora das residências mais suntuosas para a época, destacando-se os pequenos negociantes e os que seriam, atualmente, com uma definição aproximada, os servidores públicos.

A freguesia de *Santana do Sacramento*

Figura 15: Igreja de Santana



Fonte: <http://ahistoriapresente.blogspot.com.br>

A Freguesia de *Santana do Sacramento*, antiga Freguesia do Desterro, foi criada por alvará da Mesa de Consciência e Ordens no governo do arcebispo *D. Gaspar Barata de Mendonça*, em 20 de julho de 1679. Dividia-se das Freguesias de Santo Antônio Além do Carmo, Sé e Passo pelos limites já citados, de São Pedro na ladeira das Hortas e no quartel da Polícia, no Largo da Lapa e no Castanheda; da Freguesia de Brotas no *Dique do Tororó* (atualmente outro belo Cartão Postal da Cidade, com seus 8 Orixás: *Oxum, Ogum, Oxóssi, Xangô, Oxalá, Iemanjá, Nanã e Iansã*).

Nela existiam dois bairros: o da *Palma*, com as Capelas de Nossa Senhora do Rosário do Regimento Velho, e Santo Antônio da Mouraria, o *Bairro da Saúde*. A matriz de Nossa Senhora de Santana, vizinha do Convento do Desterro, foi construída no século XVIII. A Igreja de Sant'Ana foi levantada no alto de uma elevação em frente ao pantanal do riacho das Tripas, que depois passou a se chamar *Rua da Vala* e bem posterior *Rua Dr. J. J. Seabra* ou *Baixa dos Sapateiros*

como é mais conhecida (pelo grande número de pessoas que trabalhavam na venda ou reforma de sapatos). A obra começou em 1746.

Como fato histórico importante de ser narrado, tem-se o relato de que na Igreja Matriz foi sepultado o cadáver do *Padre Roma* (José Ignácio Roma), no dia 29 de março de 1817, condenado à morte pelo Vice-Rei do Brasil. *Dom Marcos de Noronha e Brito* (8º Conde dos Arcos), executado no *Campo da Pólvora*. Eram os cabeças da Revolta Pernambucana de 1817. Também foram condenados à mesma pena e executados no mesmo local, no dia 12 de junho daquele ano: *Domingos José Martins*, *Dr. José Luiz de Mendonça* e *Padre Miguelino* (Miguel Joaquim de Almeida).

Em razão dessas execuções, o *Campo da Pólvora* (atualmente pertencente ao Bairro de *Nazaré*) passou a ser denominado pelo povo de *Campo dos Mártires*. O Padre Roma foi sepultado na Matriz de Sant'Ana por interferência do *Pároco Manoel Coelho de Sampaio e Menezes*. Os outros considerados transgressores (também em 12 de junho) foram sepultados no Cemitério da Santa Casa, situado no Campo da Pólvora, onde somente eram enterrados indigentes e escravizados. Eles foram considerados indignos de serem sepultados em outro cemitério.

Atualmente, a Paróquia, para realização de suas atividades, dispõe da Igreja Matriz, no *Largo de Santana*, e cinco capelas: *Desterro* (Convento); *Palma*, *Mouraria de Santo Antônio*; *N.S. das Vitórias (Pupileira)* e, por fim, *Coração de Jesus* (na *Avenida Joana Angélica*). É das mais antigas Paróquias da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Inicialmente teve por Matriz a Capela do Convento do Desterro. Como veremos, posteriormente, será nessa freguesia que estará concentrada a maioria das residências dos candidatos a sócios da SPD.

A Freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo

Figura 16: Igreja do Passo



Fonte: <http://ahistoriapresente.blogspot.com.br>

Em 1718, foi criada a Freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, desmembrada da Sé, no século XVIII, em 1718, pelo *Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide*. A Irmandade do S. S. Sacramento do Passo foi abrigada inicialmente na Igreja do Rosário dos Pretos.

Em 1736, decidiu-se construir a Igreja do Passo no local atual, no Alto do Carmo. No ano seguinte, o Rei assegurou subsídios para a construção da Capela, com azulejos portugueses de cerca de 1750. Para Nascimento (2007), o templo, de notável mérito arquitetônico,

foi construído em um terreno de forte declive. Possui planta típica das igrejas baianas do início do século XVIII, com corredores laterais, tribunas e coro no pavimento superior e sacristia transversal.

Em consulta ao *Catálogo do IBGE (2010)*, descobriu-se que existe um ossário (ou ossuário, local onde ficavam guardados os ossos dos falecidos) no subsolo. Ainda tendo como referência o mesmo órgão, seus altares e retábulos, em estilo neoclássico, são de meados do século XIX. Possui imagens de *São José, N. S. da Conceição e N. S. Mãe dos Homens*. Era a menor freguesia da cidade e seus limites foram controvertidos e muito discutidos pelos párocos da época.

A Freguesia do Passo limitava-se no século XIX com as seguintes freguesias: com a Freguesia de Santana, unia-se pela *Ladeira do Alvo* (a *Ladeira do Alvo* está localizada atualmente no Bairro da *Saúde*); limitava-se também com a Freguesia do Pilar pela *Ladeira das Fontes das Pedras* (localizada atualmente no Bairro de *Nazaré*. Em *Nazaré*, na *Praça Conselheiro Almeida Couto*, está situado hoje o *Hospital Santa Isabel*). Com Santo Antônio Além do Carmo na Rua da Vala e nos Guimarães dos Padres do Carmo e com a Freguesia da Conceição da Praia no Taboão.

Essa freguesia também limitava-se com a da Sé pelo *Beco do Ferrão* (atualmente, o *Museu de Arte Sacra Abelardo Rodrigues* fica localizado entre o *Beco do Ferrão* e a *Rua Gregório de Matos*, no *Centro Histórico*).

Servindo-se dessa oportuna ponte literária, nascido em Salvador, em 1636, o soteropolitano *Gregório de Matos* (*Gregório de Matos Guerra*), poeta *Barroco* do século XVII, foi intitulado *O Boca do Inferno*. Com uma obra dividada em três partes, isto é, *Poesia Religiosa*, *Poesia Amorosa* e *Poesia Satírica*, foi com esta última que o poeta baiano recebeu o apelido, devido ao seu posicionamento crítico (através das sátiras), ridicularizando e ironizando a sociedade colonial da época.

Foi também nas escadarias que dá acesso à Igreja do Passo que o filme *O Pagador de Promessas* (1962) foi produzido, local onde a promessa deveria ser paga pelo personagem *Zé do Burro*. Dirigido

por *Anselmo Duarte* e baseado na peça do baiano *Dias Gomes*, no filme, a Igreja é chamada de Igreja de Santa Bárbara, mas, na verdade, essa é a Igreja do Passo. Segundo o *Site Brasil Escola* (<https://brasilecola.uol.com.br>), *Dias Gomes* (Alfredo de Freitas Dias Gomes) marcou a história da dramaturgia brasileira com obras críticas e irônicas sobre a política e a sociedade da época, isto é, segunda metade do século XX. Com a *Obra O Pagador de Promessas*, o escritor baiano ganhou projeção nacional e internacional. A peça, traduzida para mais de uma dúzia de idiomas, foi encenada em praticamente todo o mundo. O trabalho de *Dias Gomes* conquistou numerosos prêmios no Teatro, no Cinema e na Televisão, com suas críticas aos costumes moralistas e hipócritas da sociedade brasileira, a exemplo também de *O Bem Amado* e *Roque Santeiro*.

O território da Freguesia do Passo foi ampliada em 1882. Foi tombada pelo *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN) em 1938. A vizinhança dessa Igreja inclui várias casas e sobrados dos séculos XVIII e XIX. Ao lado da Igreja está a casa onde morou *Castro Alves*, no *Solar do Sodré* (também chamada *A Casa de Castro Alves*), onde atualmente também funciona o *Colégio Ypiranga*, na *Rua do Sodré* (transversal com a *Rua do Cabeça*), no Bairro *Dois de Julho*. O edifício foi também tombado pelo IPHAN. Nosso grande *Castro Alves* morreu com apenas 24 anos, na segunda metade do século XIX, no dia 06 de julho de 1871, sem ter visto, infelizmente, o fim da escravidão, ideal pelo qual o poeta dos escravizados tanto lutou.

Essa história é contada pela escritora baiana *Myriam Fraga*, em seu Livro intitulado *A Musa Infeliz do Poeta Castro Alves*. *Myriam Fraga* lançou o seu primeiro livro em 1964 pela Editora Macunaíma, criada por *Glauber Rocha*, *Calasans Neto*, *Fernando da Rocha Peres* e *Paulo Gil Soares*.

Ela foi também uma inquietante divulgadora da produção dos novos poetas locais, através da criação da *Coleção dos Novos*, divulgando os trabalhos de vários autores, tais como: *Aleilton Fonseca*, *Carlos Ribeiro*, *Mirella Márcia Longo Vieira Lima* e *Dalila*

Machado. Junto a isso, *Myriam Fraga* foi Diretora da *Fundação Casa de Jorge Amado*, além de divulgar, através da linha editorial *Casa de Palavras*, a publicação local de jovens escritores, a exemplo de *Narlan Mattos Teixeira*, *Alessandra Leila*, *Sandro Ornellas* (meu querido amigo e professor de literatura da UFBA), através do *Prêmio Braskem de Literatura*. Tais informações foram retiradas da *Coletânea Poesia e Memória: A poética de Myriam Fraga*, organizada pelas Professoras *Evelina Hoisel* e *Cássia Lopes*, em 2011, pela EDUFBA.

Falando da *Casa de Jorge Amado*, faz-se referência também ao escritor *Ildásio Marques Tavares*, da cidade de topônimo *Gongogi*, situada na região cacauzeira da Bahia. *Jorge Amado*, em seu romance *Tenda dos Milagres*, faz uma homenagem a *Ildásio Marques Tavares*, ao criar o poeta *Ildásio Taveira*, um dos personagens do romance.

Junto a esses, um dos autores da *Coleção dos Novos*, o baiano *Aleilton Fonseca*, natural do município de topônimo *Firmino Alves*, possui uma produção literária muito rica, ao escrever poesia, ficção e ensaio. O seu romance *Nhô Guimarães* foi adaptado para o teatro em 2009. *Aleilton Fonseca* foi Coordenador do *Curso Castro Alves/Colóquio de Literatura Baiana*, da ALB (2005 – 2015), além ter escrito diversos livros conhecidos no Brasil e também a nível internacional. Por sua vasta produção literária, *Aleilton Fonseca* recebeu, em 2014, o *Troféu Carlos Drummond de Andrade* e a *Medalha de Luis Vaz de Camões*, pelo Núcleo Acadêmico de Letras e Artes de Lisboa. Na ficção escreveu *Jáu dos bois* e outros contos (em 1997), *O desterro dos Mortos* (Contos), em 2003, e o já citado *Nhô Guimarães*, um belo romance em homenagem ao mineiro *Guimarães Rosa* (João Guimarães Rosa), em 2006, e muitos outros trabalhos de fácil acesso através da EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia (<https://edufba.ufba.br>).

Junto a esses grandes da geração contempoânea da literatura baiana, não poderia ficar de fora *Antônio Torres*, baiano nascido em uma localidade de topônimo *Junco*, posteriormente, denominado de *Sátiro Dias*. Começou a ficar conhecido no mundo literário com a publicação de seu Livro *Um cão uivando para a lua*. Posteriormente,

publicou *Os homens dos pés redondos* e *Essa Terra* (uma obra que trata dos retirantes nordestinos fugidos da seca, principalmente, para São Paulo). Além da importante obra *Meu querido canibal* que, felizmente, tive o prazer de ler e fazer uma resenha sobre o tema quando fui discente da Graduação em Letras da UFBA.

A freguesia de Nossa Senhora de Brotas

Figura 17: Igreja de N. S de Brotas



Fonte: <http://ahistoriapresente.blogspot.com.br>

A Freguesia de *Nossa Senhora de Brotas* foi criada pelo arcebispo *D. Sebastião Monteiro de Vide*, em 1718.

Sendo a sua demarcação extrema com outras freguesias, no século XIX: com Santo Antônio Além do Carmo pela Estrada Nova, começando pela roça do *Comendador Barros Reis*, vindo até a Fonte Nova, no Dique, onde fazia diferentes limites com Santana e São Pedro.

O Estádio da *Fonte Nova*, fundado em 28 de janeiro de 1951, situado às margens do *Dique do Tororó*, na *Ladeira da Fonte das Pedras*, no Bairro de *Nazaré*, também conhecido como *Arena Fonte Nova*, possui, atualmente, como nome oficial, *Complexo Esportivo Cultural Octávio Mangabeira*.

Voltando à Freguesia de *Nossa Senhora de Brotas*, a mesma seguia até a ponta da Mariquita, de onde se espalhava costeando a lagoa da *Pituba*, até Armação e o Rio das Pedras, quando se dividia com a Freguesia de Itapuã, área suburbana da cidade.

A Freguesia de *Brotas* era das mais despovoadas, encontrando-se pequenos núcleos de população além do local onde estava erguida a sua matriz, como os da *Pituba* e das *Armações do Gregório*. Além da Matriz de Nossa Senhora de Brotas, contava a freguesia na sua demarcação com a *Capela do Senhor dos Milagres*, no *Largo Paranhos*, e a *Capela dos Mares*, na *Fazenda Lagoa*, de Domínio particular.

Nas palavras de Nascimento (2007), a Freguesia de *Brotas*, assim como outras já mencionadas, tinha ao longo de sua extensão a mescla entre o urbano e o rural. Junto a uma grande quantidade de casas e moradores, contribuindo com o crescimento da cidade de Salvador, lá também existiam, mudando um pouco a paisagem, grandes fazendas, com grandes casas (com muitas janelas, como era comum no século XIX) e uma extensa área rural para o plantio e criação de animais.

A igreja começou a ser construída no início do século XVIII, no local da *Cruz da Redenção*. Naquele local existia a *Capela de São Paulo Apóstolo*, onde os jesuítas realizavam a evangelização de uma aldeia dos povos originários. Em 1714, após a demolição dessa capela, iniciou-se a construção da *Capela de Nossa Senhora das Brotas do Caminho Grande*. Em 1718, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora de *Brotas* e a capela foi elevada à condição de Igreja Matriz.

A Freguesia de *Brotas* era muito extensa (assim como é bem extenso o atual Bairro de *Brotas*), com partes urbanas e rurais, possuindo, naquela época, muito espaço para a construção, assim como para a agricultura, pois, possuía limites que se estendiam até onde hoje está situado o Bairro da *Pituba*.

Em *Brotas* nasceu o *Asylo São João de Deos*, em 1874, posteriormente, em 1936, já no século XX, renomeado como *Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira*, em homenagem ao soteropolitano *Juliano Moreira*, considerado o pai da psiquiatria brasileira. *Juliano*

Moreira foi um grande combatente do racismo na ciência, foi abolicinista e também defensor de um tratamento humanizado para os pacientes internados.

A freguesia do Santíssimo Sacramento do Pilar

Figura 18: Igreja do S. S. do Pilar



Fonte: <http://ahistoriapresente.blogspot.com.br>

A Freguesia do *Santíssimo Sacramento do Pilar* situava-se a beira-mar, dividindo-se da Conceição da Praia no cais do Sodré e Praça do Comércio; da do Passo na Ladeira do Taboão, e pelo meio da Ladeira do Caminho Novo; da Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo pelo meio das ladeiras de Água Brusca, Soledade e São Francisco de Paula.

Por fim, separava-se também da Freguesia da Penha por trás do barracão da Estrada de Ferro, seguindo pela Rua da Vala até o Engenho da Conceição, voltando à Rua do Bom Gosto. A Rua da Vala ficava localizada antes do Arco e acima estava o *Colégio e Capela da Providência*, na Ladeira do Alvo. O Arco ligava o *Barbalho* a *Nazaré*, passando pela Rua da Vala. Esse Arco funcionava como um caminho, passando pela Rua da Vala e descendo pelo Tanque da Conceição.

A Freguesia do Pilar, desmembrada em parte da Conceição da Praia, fora criada, em 1720, pelo Arcebispo *D. Sebastião Monteiro da*

Vide. Sua divisão territorial seguia pela Rua Direita, até chegar a altura do *Guindaste dos Padres* de Nossa Senhora do Carmo; daí se dividindo, de um lado para a praia até a igreja de *Nossa Senhora de Monte Serrat*, dos religiosos de São Bento.

A partir da irmandade criada em 1720, na capela de um pequeno convento carmelita que existiu onde fica o "Trapiche Barnabé", iniciou-se, em 1738, a construção do templo, obra do mestre *Felipe de Oliveira Mendes*. Em 1739 recebeu a constituição real para edificar sua capela-mor.

Em 1897 começou a construção do *Plano Inclinado*, ligando a Rua do Pilar, na Cidade Baixa, à Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, na Cidade Alta. Estamos, nesse ponto da história das freguesias, quase fechando o século XIX para a entrada do século XX.

A Freguesia de Nossa Senhora da Penha

Figura 19: Igreja da Penha



Fonte: <http://ahistoriapresente.blogspot.com.br>

A *Penha*, em *Itapagipe*, foi elevada à categoria de freguesia de *Nossa Senhora da Penha*, depois das outras nove, pelo Arcebispo *D. José Botelho de Matos*, em 1760. O Arcebispo tinha uma certa preferência a este local bastante longe do centro, onde havia, em 1745, lançado a primeira pedra da *Igreja do Bonfim*.

Ali estava também localizada a residência de verão do Arcebispo, onde *D. José Botelho de Matos* fora recolher-se quando praticamente destituído de suas funções arquiépiscopais, pelo apoio discreto que dera aos padres da Companhia de Jesus, expulsos do Brasil. Os Jesuítas foram expulsos do Brasil pelo *Marquês de Pombal*, não só do Brasil, mas também de todas as outras colônias portuguesas em 1759.

Assim, em 1742, a Igreja de N. Sra. da Penha de França e Senhor da Pedra de Itapagipe foi construída pelo Arcebispo *D. José Botelho de Mattos*, como capela de seu palácio de verão, sendo elevada à Matriz da Freguesia da Penha em 1760, no Largo da Penha, na *Ribeira* (o Bairro da *Ribeira* hoje é bastante frequentado por ter um lindo pôr do sol, o seu calçadão e a famosa Sorveteria da *Ribeira*).

Com base no saudoso geógrafo baiano *Milton Santos* (1956, p. 257), no começo da segunda metade do século XX, *Itapagipe* concentrava muitas indústrias a exemplo, de indústrias farmacêuticas, indústrias químicas e também na área de confecções com as indústrias têxteis. As ordens do *Marquês de Pombal* transformaram a residência de verão em refúgio do arcebispo deposto, que ali faleceu, e foi inumado (sepultado) na capela-mor da Igreja da Penha.

No século XIX, sediada nessas diversas freguesias, a maioria da população vivia em situação muito difícil, em habitações construídas sem planejamento, na pobreza e vítima da falta de higiene, especialmente, naquelas localizadas nas regiões mais pobres e afastadas do centro. Segundo dados estatísticos do IBGE (2010), no início do século XIX, o município de Salvador possuía cerca de 70 mil habitantes.

Dentre as freguesias urbanas, a da *Sé* exercia muita influência, pois, congregava parte da classe dominante da cidade. Em conjunto com as freguesias de *São Pedro*, *Vitória* e *Paço*, formavam um bloco privilegiado da Cidade Alta de Salvador. Na *Sé* estavam localizados, por exemplo, a Faculdade de Medicina, fundada em 1832 (mesmo ano de fundação da SPD), o Palácio do Governo, o prédio da

Câmara Municipal e, por fim, a sede do Arcebispado. Era na *Sé* que residiam os senhores de engenho (viviavam em trânsito entre o rural e o urbano), comerciantes (em sua maior parte, portugueses), funcionários civis e membros da Igreja.

Era na *Sé* que estavam localizados os melhores e mais confortáveis domicílios. Lá também vivia uma parte da camada pobre da cidade, composta por escravizados e libertos, para a realização do trabalho pesado, morando nos subsolos das casas. Nas paróquias urbanas do *Pilar*, *Penha* e *Mares*, por exemplo, era notória a presença de escravizados de ganho. Nesse contexto social, a pobreza, contrariando os interesses das elites, ia se formando nas beiradas da cidade.

Considerando novamente os dados disponibilizados pelo IBGE (2010), no século XIX, a freguesia da *Vitória* também era uma paróquia que transitava entre o urbano e o rural, e seus limites chegavam ao atual Bairro do *Rio Vermelho*. Ela era habitada por parte das famílias brancas locais e estrangeiras pertencentes aos grupos e classes sociais dominantes.

Curiosamente, as freguesias da Cidade Baixa representavam, naquele momento, a força pulsante da cidade. Com a estação ferroviária transportando mercadorias por terra e o porto com atividades de importação e exportação, a parte baixa da cidade desempenhava um grande papel para o comércio de Salvador. No local, o desenvolvimento urbano mostrava-se crescente, com a presença de bancos, o comércio nas lojas, as atividades de rua com a compra e venda de diversos produtos. Para completar, essa região abrigava também centenas de oficinas e fábricas e que empregavam milhares de artesãos e operários nos mais diversos ramos de produção.

A base da economia dessa região estava na venda de produtos para o comércio externo, a exemplo de *cana-de-açúcar*, além da produção de *fumo* e *algodão*, apenas para citar os principais. Aqui está se falando dos grandes vultos de produtos comercializados, para fora ou para dentro do país. Nesse meio tempo, ocorriam também a compra e venda de mercadorias nas praças, além dos

vários tipos de serviços prestados em seu entorno. Todas essas atividades estavam concentradas próximas ao porto, para facilitar o escoamento da produção e, dinamizadas, injustamente, pela força física e pelo sofrimento dos escravizados.

Uma das características peculiares da Cidade Baixa era o fato de que as ruas e praças possuíam, em geral, os nomes diretamente relacionados com o labor ali exercido, “muito ligado aos ofícios que ali eram encontrados, a exemplo: ‘rua do Peso do Fumo’, ‘rua das Grades de Ferro’, ‘praça dos Torneiros’, praça ‘dos Barbeiros’, rua ‘dos Caldeiros’” (MATTOSO, 1992, p. 436).

É nessa região também que se encontravam alguns prédios públicos, além de grandes galpões para guardarem os produtos de exportação e importação. Em seu entorno, isto é, nas ruas e praças que iam se formando com o surgimento das novas construções, pulsava o mercado de diversas mercadorias, ao ar livre, produtos de vários gêneros e procedências, inclusive, a compra e venda de escravizados.

Segundo Reis (2003), em Salvador, até 1831, os escravizados eram desembarcados, compulsoriamente, no próprio porto da cidade. Em seguida, eram vendidos de diversas formas, inclusive, de porta em porta, ou seja, havia comércio ambulante de escravizados. Havia ainda comerciantes que vendiam escravizados, entre outras mercadorias que comercializavam, sendo poucos os que se especializavam na mercadoria humana. Estes tinham armazéns em diversos trapiches da Cidade Baixa, na Conceição da Praia, na Ladeira do Taboão e outros lugares. Os jornais também anunciavam a venda direta e leilões de escravizados.

A escravidão, em meio a essa organização social, vai mostrando suas nuances em função da própria forma de estruturação e funcionamento da economia soteropolitana, sobretudo após o século XVII e expandindo para o século XVIII, quando as atividades econômicas urbanas passam a ser suficientemente produtivas para adquirirem uma dinâmica própria. Essa presença de africanos e afrodescendentes se configura em

vários espaços, por toda a cidade, desde seu centro à sua área periférica.

No sistema de ganho, por exemplo, o escravizado trabalhava fora da casa do seu dono, nas ruas e praças de Salvador, onde exerciam uma gama variada de atividades laborativas.

Trabalhando nas praças, carregando mercadorias ou pessoas, a exemplo das já citadas *cadeiras de arruar*. Nessa época, havia também a *Liteira*, diferente da cadeirinha, pois, era levada por dois animais e não por escravizados. No caso específico da *Cadeirinha*, bem decorada, levava uma só pessoa, na maioria das vezes, as esposas dos senhores ricos da cidade, donos de terras, comerciantes, políticos e era carregada por dois ou mais escravizados, como mostra a figura:

Figura 20: A cadeirinha, de acordo com a pintura de *Debret*, de 1839



Fonte: DEBRET, J. B. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* vol. 3. Paris: Firmin Didot Frères, 1839

No porto (como estivadores), no comércio (transportando mercadorias), vendendo alimentos (*verduras, frutas, peixes, doces*), carregando *água, lenha* e, em situação mais delicada e mais degradante, como coletadores e transportadores de dejetos. No caso específico das mulheres africanas e afrodescendentes, de um modo geral, exerciam as atividades de *lavadeiras, engomadeiras*, além de

rendeiras, bordadeiras e costureiras que tinham o produto do seu trabalho vendido no mercado de Salvador.

Aqui se lança uma reflexão sobre a realidade dos escravizados e dos libertos no século XIX: ao escravizado, em todo o período colonial, eram negados vários direitos inclusive o direito de frequentar as escolas. Como consequência, devido a esse e a outros fatores, para eles eram relegados os trabalhos menos valorizados socialmente, comprometendo o seu presente e também os seus passos futuros, mesmo após a liberdade – fato que se torna real para todos eles em 1888. Uma meia liberdade, pois, as possibilidades de viverem com um pouco mais de dignidade lhes foram negadas desde sempre.

A dinâmica do comércio realizado na cidade de Salvador era retratada no seu espaço físico, estendendo-se por toda a Cidade Baixa inúmeros armazéns e mercados, barracas levantadas nas proximidades do porto, além dos vendedores e vendedoras circulando nas ruas e praças. A presença desse trabalhador é que vai marcar o cenário urbano de Salvador no século XIX, tanto na parte alta, como na parte baixa da cidade, impressionando os viajantes estrangeiros, ao desembarcarem aqui em 1858, como explica Ave-Lallemant (1980, p. 22):

Quando se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De fato, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos.

A propósito, as *ganhadeiras*, por exemplo, ajustavam com seus senhores a entrega de uma quantia determinada em dinheiro (por dia, por semana) e aquilo que ultrapassasse ao determinado, poderia ser apropriado pelo(a) escravizado(a) para a compra de sua carta de alforria. Veja-se o que Mattoso (2001[1982], p. 183) fala da relação proprietário/escravizado na compra das cartas:

Trata-se do grau de intimidade de que o cativo goza junto a seu senhor, de sentimentos difíceis de serem contabilizados, nos quais influenciam os matizes da amizade ou da indiferença. É possível falar-se de um mercado paralelo, no qual o valor do escravo é cotado em baixa, se o senhor se dispõe a facilitar-lhe a alforria, e em alta, se mostra hostilidade à pretensão. As cartas de alforria outorgadas a um preço baseado na estima entre proprietário e escravo subvalorizam o cativo, enquanto o preço dos demais se mantém próximo da cotação do mercado de mão-de-obra servil. No entanto, o senhor somente tem interesse em alforriar um escravo se o mercado de oferta lhe permite substituir o cativo libertado. Nesse caso, ele pode livrar-se de um escravo envelhecido e ter outro, mais moço e não desgastado pelo trabalho. O preço da compra possibilita, assim, ao senhor, uma verdadeira mais valia, um lucro suplementar sobre o capital investido no escravo.

Na citação de Mattoso (2001[1982]), tem-se a descrição de um dos tipos de alforria, qual seja, o oneroso, já que envolvia uma quantia em dinheiro para a consumação do ato. Junto a essa, em muitos casos, ocorria a do tipo gratuito, atitude em que o proprietário libertava espontaneamente seu escravizado ou escravizada, sem nenhuma oneração. No caso específico das alforrias gratuitas, as mulheres eram as mais favorecidas e uma das explicações, trazida por Schwartz (1988), é o fato de que os escravizados domésticos eram os mais privilegiados com esse tipo de alforria e, entre esses, seriam os do sexo feminino, pelas suas ocupações no espaço domiciliar, aqueles com maiores probabilidades de construir uma relação mais afetuosa com a família senhorial.

Nas cartas de alforria, segundo Schwartz (1988, p. 173), o senhor ou senhora de escravizado se identificava e, logo em seguida, identificava também o escravizado a ser libertado. A multidão sem voz (os inaudíveis, como externou sabiamente *Rosa Virgínia Mattos e Silva*) e sem reconhecimento social ganhava, através das cartas, alguma individualidade, pois eram ali designadas a idade, a cor, a naturalidade e, menos frequentemente, a ocupação.

O essencial a ser destacado aqui, no que diz respeito ao valor legal da Carta, é o fato de que era preciso que a mesma fosse

registrada em um cartório e, a partir de então, o liberto deveria carregá-la consigo como prova de que integrava a sociedade de pessoas livres.

Essa liberdade, isto é, a entrega da carta liberando a pessoa nem sempre surgia de forma consensual. Segundo Campos (2003, p. 71):

Quanto às cartas de liberdade, estas carregavam consigo vários sentidos, além da outorga da liberdade a um escravo, e muitas vezes tal concessão transformava-se em uma espécie de compromisso tácito de lealdade entre o senhor e seu escravo. A efetividade desse mecanismo exigia o cumprimento dos atos pactuados. Cabia, então, ao sistema judiciário não apenas os reconhecer, como também e, principalmente, legitimar e proteger esses atos, no caso de serem desrespeitados por alguma parte ilegítima interessada em violar a vontade senhorial. A intervenção da Justiça somente se justificava em caso de impasse.

Essa intervenção era necessária principalmente quando o senhor dono do escravizado não cumpria aquilo que foi pactuado anteriormente.

Os proprietários, em muitas ocasiões, mesmo prometendo liberdade, acabavam por não abrir mão de sua “posse”, negligenciando possíveis acordos realizados, fato que motivava o escravizado a procurar amparo através da justiça, a exemplo do abolicionista e advogado baiano *Luís Gama* (Luís Gonzaga Pinto da Gama), já citado anteriormente, que atendia, de forma gratuita, ajudando e libertando muitos escravizados no século XIX.

Ampliando esse entendimento, Campos (2003, p. 72) complementa:

As ações de liberdade impetradas após a vigência da Lei do Ventre Livre pertencem a uma época de crescente agitação abolicionista e de leis e de decisões judiciais indicativas da necessidade de reformas no sistema. Movidos pelo desejo, e, muitas vezes, pela necessidade de criar uma situação mais justa, os cativos exploravam o espaço institucional disponível na busca de alternativas inexistentes na relação pessoal com seu proprietário. Os escravos para arrancar do senhor alguma vantagem, recorriam à submissão e à subserviência como estratégias equando tais alternativas não alcançavam

êxito, o Judiciário convertia-se numa instância de enfrentamento e desgaste da vontade senhorial.

Nascida em 28 de setembro de 1871, a *Lei do Ventre Livre*, também conhecida como *Lei Rio Branco*, referendada na citação, trouxe a liberdade aos filhos de mulheres escravizadas nascidos após a sua promulgação. Nesse mesmo ano, nasceu no Rio Grande do Sul, *João Cândido Felisberto*, filho de escravizados, porém, nasceu livre, por conta da referida lei. Posteriormente, já no século XX, o marinheiro *João Cândido* (o *Almirante Negro*) tornou-se um dos principais líderes da *Revolta da Chibata*, ocorrida em 22 de novembro de 1910, um levante contra o racismo estrutural e os castigos corporais sofridos pelos marinheiros.

A *Lei do Ventre Livre* surgiu a partir de um processo de combate à escravidão encabeçado pela Inglaterra. Desejosos pelo possível mercado consumidor do Brasil, os ingleses deram início ao um processo de pressão para o término da escravidão no país. Junto a isso, têm-se também, as lutas dos escravizados contra os seus senhores, o derramamento de sangue, as fugas para os quilombos e os movimentos abolicionistas que tomaram corpo durante o século XIX, com grandes abolicionistas negros que se destacaram na segunda metade do século, a exemplo do próprio *Luiz Gama* (nascido em Salvador), de *André Rebouças* (nascido em Cachoeira), e *Manuel Raimundo Querino* (nascido em Santo Amaro da Purificação).

Essa lei (Lei n.º 2.040) foi uma das últimas leis vindas com o intuito de proteção aos escravizados. O corpo de leis do período colonial, infelizmente, não contemplava a escravidão, mantendo a postura do legislativo brasileiro, corporativo, elitista e sempre baseado na secular tradição (bastante atual para os dias de hoje) de que aquilo que é importante para a população mais carente, não é do interesse da classe política. A libertação dos infantes nascidos aqui no Brasil, então, se deu pela sua promulgação, em 28 de setembro de 1871. Antes dela, Conforme Mattoso (1992, p. 200), “a

prática jurídica brasileira, como a de todas as sociedades de regime escravista, manda que o filho da escrava nasça escravo”.

É oportuno falar, nesse momento, em *Vicente de Souza*, baiano nascido na cidade de topônimo *Nazaré*, em 1852. No final da década de 1870, no jornal *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro, *Vicente de Souza* externava seus ideais contra a escravidão e também defendia, ao lado de seus amigos *José do Patrocínio* e *André Rebouças*, a mudança da forma de Governo Monarquia para a Forma de Governo República. Esses dados foram retirados da revista *Ciência Hoje*, nº 338, de 2022. Inclusive de muita utilidade para professores e educadores, em geral, por tratar de assuntos importantes da história e da memória do país.

Destarte, nesse processo de lutas contra a escravidão, para os escravizados, com ou sem embates na justiça, uma vez saídos da condição de subserviência, no pensar dos antigos senhores racistas, não se poderia deixar os libertos se esquecerem da sua antiga situação. Como marca perpétua na pele e na alma, a sociedade lhes cobrava vultoso preço, através de atitudes indicativas de submissão, a exemplo da reverência aos ex-senhores que lhes possibilitaram a sua nova condição, o seu lugar social, em qualquer espaço, sua posição nas ruas e praças das freguesias era atrás dos brancos, daí curvar-se perante esses, demonstrando inferioridade e respeito, em pequenos atos, como tirar o chapéu.

Todos esses soteropolitanos, na condição de escravizados, libertos ou livres moravam e lutavam pelo seu sustento nas citadas freguesias de Salvador. Apesar das complexas relações que mantinham, havia diferenças entre as freguesias da capital. As paróquias do *Pilar*, *Penha* e *Mares* tinham forte presença de escravizados de ganho e de trabalhadores livres pobres. Pelo contexto formado na Cidade Baixa, verifica-se que, ao lado de grande número de burocratas e comerciantes, havia uma população considerável de artesãos e assalariados, afora pessoas que se dedicavam a outras atividades laborativas, a exemplo de *marceneiros*, *pedreiros*, *costureiras*, *pescadores*, *barbeiros*, cujo padrão de vida era, sem dúvida, bastante modesto.

Isto posto, pelos locais de moradia, tem-se uma ideia de como as classes sociais de Salvador dos oitocentos estava dividida. Fatalmente, algumas dessas freguesias eram mais pobres e povoadas pelas pessoas mais desfavorecidas economicamente. Dentro desse contingente populacional, têm-se os requerentes a sócios da *Sociedade Protetora dos Desvalidos*. No ato de escrita dos requerimentos, os solicitantes identificavam seus locais de moradia, deixando um pouquinho de suas histórias sociais nos registros da irmandade. Expressões do tipo, fulano de tal, de cor preta, residente no *Beco do Açuguinho*, na *Sé*, na *Rua do Moinho*, no *Tororó*.

Como exemplos do *corpus* têm-se *Matheus Agostinho Silva* (1894), de cor preta, com 28 anos, oficial de pedreiro, residente na *Rua do Xixi*, na Freguesia do *Pilar*. *Francisco de Paula e Silva* (1894), de cor preta, com 40 anos, alfaiate, residente na *Rua do Pelourinho* (atualmente localizado no *Centro Histórico*, como um dos cartões-postais de Salvador, porém, traz em sua história pretérita, a triste lembrança de uma coluna de madeira ou pedra onde os escravizados eram castigados). *Pompeu João de Freitas* (1894), de cor preta, com 48 anos, alfaiate, residente na *Calçada do Bonfim*, Freguesia dos *Mares*.

É importante observar que não havia uma divisão exatamente nítida entre as freguesias (ricas ou pobres) e os locais de moradia dos requerentes. Dentre as freguesias urbanas, as da *Sé*, *São Pedro*, *Paço* e *Vitória*, eram consideradas as mais influentes e mais ricas. Têm-se como exemplos *Gregório da Costa Lima* (1880), de cor preta, com 44 anos, carpinteiro, residente na *Rua do Sodré*, Freguesia de *São Pedro*. Esse exemplo do *corpus* mostra a realidade que foi se formando na cidade de Salvador.

A *Rua do Sodré*, na atualidade, mesmo pertencente ao centro comercial da cidade, ainda é local de moradia de muitas pessoas com baixo poder aquisitivo. Da mesma forma, o requerente *Paulino Delphim da Purificação*, de cor não informada, com 34 anos de idade,

cozinheiro, residente na *Rua do Canela*⁴, na Freguesia da *Vitória*, candidato a sócio, reforça a afirmação acima, pois sua morada era considerada nobre, em comparação com as demais, onde atualmente situa-se o Bairro da *Vitória*.

Próxima à *Rua do Sodré*, no Bairro *Dois de Julho*, passando pela *Rua do Cabeça*, já citada, e também pela *Rua Carlos Gomes*, chega-se na *Praça da Piedade*. A *Piedade* era denominada de *13 de maio*, em um período anterior da Colonização. No local da praça e em suas redondezas foi a morada de parte dos Povos Originários *Tupinambá*. A *Praça da Piedade*, posteriormente, passou a ser denominada assim, na época das freguesias (geradoras dos atuais bairros), dividindo administrativamente Salvador, devido à *Igreja Nossa Senhora da Piedade*.

Segundo o *Site Brasil Escola*, já referendado outras vezes no presente Livro, em 1799, foram enforcados os revolucionários da *Conjuração Baiana* ou *Revolta dos Alfaiates*, movimento emancipacionista ocorrido no final do século XVIII (1798-1799). Devido ao processo de independência do *Haiti* e os ideais *iluministas* do período, influenciou as colônias americanas. Citando o *Site*, "iniciado em 1791, serviu de exemplo para as outras colônias europeias". Além da grande desigualdade social, "as causas da conjuração foram o domínio português sobre o Brasil, a escravidão e a crise social e econômica da Bahia" (<https://brasilecola.uol.com.br>). Ladeando a *Piedade*, tem-se a *Avenida Sete* que foi, durante muitos anos, a via de Salvador que ligava a *Antiga Vila Velha do Pereira* ao *Centro Histórico*. Atualmente, a *Avenida* é utilizada para ter acesso ao *Politeama*, às

⁴ Segundo dados do IBGE (2010), o *Canela* chamava-se *Roça do Canela* no século XIX. A ocupação começou após a construção da casa do *Barão do Saúpe* e, nas primeiras décadas do século XX, surgiu o *Colégio Nossa Senhora da Vitória* (Maristas). Atualmente, o bairro está situado próximo ao centro da cidade, fazendo limites com o *Campo Grande*, a *Graça*, a *Federação* e a *Vitória*. Lá, concentram-se colégios, a *Reitoria da Universidade Federal da Bahia*, com algumas das suas principais unidades e o *Hospital Universitário Professor Edgard Santos*, construído em 1948.

Mercês e ao São Pedro. Paralela à Rua Carlos Gomes Alves, formando a esquina do Edifício SULACAP, pertinho da Praça Castro Alves.

5.2 DAS FREGUESIAS AOS BAIRROS

Desde o século XIX, com essa separação mais nítida entre as atribuições do Estado e as atribuições eclesiásticas, especialmente, por volta de 1891, no início da República, as leis constitucionais que foram surgindo apresentavam posturas anticlericais, a exemplo da proibição da fundação de novos conventos.

Com o domínio do Estado na administração do planejamento urbano da cidade, deixou-se de usar os antigos limites como referência para fins de divisão geográfica. A partir de 1891, portanto, os municípios brasileiros teriam que passar a utilizar os distritos como divisão da cidade. Para situarmos os propósitos iniciais da utilização dos distritos e subdistritos, é preciso que se diga que eles foram estabelecidos para que se deixasse de utilizar as delimitações eclesiásticas, como bem observou Fernandes (1993, p. 120) a esse respeito:

Os distritos de paz urbanos corresponderiam às freguesias do mesmo tipo, exceção feita apenas para o distrito de Nazaré que não se constituía numa freguesia, e foi instituído como distrito pela Lei N. 310, em 1897. Os suburbanos, por sua vez, também demonstraram, embora em um nível menos rigoroso, marcante correlação com as chamadas freguesias rurais, a exemplo dos do Pirajá, Paripe, etc.

Algumas outras mudanças foram ocorrendo nos limites dos distritos e subdistritos, sobretudo pelo fato de que alguns distritos passaram ao *status* de município. O primeiro a ser desmembrado foi o de *Candeias*, distrito criado com a denominação de *Nossa Senhora das Candeias* (ex-povoado de *Candeias*), pela lei estadual nº 628, de 30-12-1953, subordinado ao município de Salvador.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão

territorial datada de 2007. Pela lei nº 652, de 25 setembro de 2006, foram criados os distritos de *Caboto*, *Caroba*, *Madeira*, *Menino Jesus*, *Passagem dos Teixeiras* e *Passé* e anexados ao município de *Candeias*.

Com o rápido crescimento urbano por que Salvador passou desde a sua fundação, muitas divisões e subdivisões foram sendo fundidas de maneira que não existia registro de sua quantidade exata, isso porque, até aquele momento, a cidade não contava com uma delimitação da cidade em bairros. Nessa indefinida divisão administrativa da cidade, Fernandes (1993) define o termo *Miolo* de Salvador:

O Miolo de Salvador é assim denominado desde os estudos do PLANURB, efetuados da década de 1970, pelo fato de se localizar geograficamente na área central do município de Salvador. Ele se constitui de cerca de quarenta e uma localidades, possui aproximadamente 115km², situa-se desde a Invasão Saramandaia (meridional), até o limite norte do Município de Salvador. O Miolo vem sendo ocupado aceleradamente, por população de baixa renda, tanto através dos programas governamentais (conjuntos habitacionais) como, principalmente, pela ocupação espontânea. Ele também tem sido alvo de grandes investimentos dos setores secundários e terciários da economia (FERNANDES; PENA, J. S; LIMA, J B., 1993)

Sendo assim, Salvador hoje está dividido, oficialmente, em 18 (dezoito) regiões administrativas, compostas por 163 (cento e sessenta e três) bairros, de acordo com a *Secretaria de Desenvolvimento Urbano* (SEDUR). E como já falado, anteriormente, seus moradores são chamados de soteropolitanos, gentílico criado a partir da tradução do nome da cidade para o grego: *Soterópolis*, significando "Cidade do Salvador". Localizada no *Recôncavo Baiano*, o município faz divisa com os seguintes municípios: *Lauro de Freitas*, *Simões Filho*, *Candeias*, *Madre de Deus*, *Salinas da Margarida*, *Saubara*, *Itaparica*, *Vera Cruz* e *São Francisco do Conde*.

Salvador, atualmente, segundo dados do IBGE (2010) é considerada a maior cidade em população do Nordeste. Destaca-se, economicamente, no setor terciário, isto é, no comércio de produtos e serviços, e também pela grande leva de turistas vindos do interior, de outros estados brasileiros e também de fora do país,

em especial, no carnaval (com o popular e criativo bloco *Mudança do Garcia*, saindo do Bairro do *Garcia*) e na famosa virada do ano, além das manifestações religiosas, como a Procissão do *Senhor Bom Jesus dos Navegantes* e a *Lavagem do Bonfim*, atriando milhares de pessoas.

A Procissão do *Senhor Bom Jesus dos Navegantes*, iniciada em 1750, no século XVIII, na verdade, são duas procissões marítimas, a primeira delas no último dia do ano, em 31 de dezembro e a segunda no dia primeiro de janeiro, para pedir proteção no mar e bênçãos ao *Bom Jesus dos Navegantes* para o ano vindouro. Os festejos começam no Bairro da *Boa Viagem*, na *Igreja de Boa Viagem*, localizada na Praça Adriano Gordilho, na *Península de Itapagipe*, na Cidade Baixa. A igreja de *Boa Viagem* foi tombada, no século XX, em 1938, pelo sempre citado *Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico* (IPHAN: consulta no Site <http://portal.iphan.gov.br>).

A *Lavagem do Bonfim* também acontece na Cidade Baixa. Comemorada na 2ª quinta-feira do ano, no mês de janeiro, começa no Bairro do *Comércio*, saindo da Igreja da Conceição da Praia indo o cortejo em uma caminhada até a Basílica do Senhor do Bonfim, na Colina Sagrada, no Bairro do *Bonfim*.

Dessa forma, já falando um pouco dos bairros soteropolitanos, observe seus nomes abaixo:

Divisão territorial da cidade de acordo com as *Bacias Hidrográficas*

<u><i>Bacia Graça-Centenário</i></u>	<u><i>Bacia de Ondina</i></u>	<u><i>Bacia Comércio</i></u>
Canela Graça Barra	Alto das Pombas Calabar Ondina	Comércio
<u><i>Itapagipe</i></u>	<u><i>Rio das Pedras</i></u>	<u><i>Rio Lucaia</i></u>
Lobato Santa Luzia Uruguai Calçada Mares Mangueira Massaranduba	Porto Seco Pirajá Jardim Cajazeiras Pau da Lima Sussuarana Nova Sussuarana	Tororó Nazaré Barris Garcia Boa Vista de Brotas

<p>Caminho de Areia Roma Ribeira Bonfim Monte Serrat Boa Viagem</p>	<p>Novo Horizonte CAB Engomadeira Arenoso Cabula VI Doron Narandiba Cabula Saboeiro Imbuí Pituaçu Boca do Rio</p>	<p>Engenho Velho de Brotas Engenho Velho da Federação Itaigara Candeal Santa Cruz Chapada do Rio Vermelho Nordeste de Amaralina Vale das Pedrinhas Rio Vermelho</p>
<p><u>Vitória – Centro</u></p> <p>Vitória Centro</p>	<p><u>Amaralina – Pituba</u></p> <p>Amaralina Pituba</p>	<p><u>Stella Maris</u></p> <p>Itapuã Stella Maris</p>
<p><u>Rio Passa Vaca</u></p> <p>São Rafael Patamares</p>	<p><u>São Tomé de Paripe</u></p> <p>Fazenda Coutos Paripe</p>	<p><u>Ilhas</u></p> <p>Ilha de Maré Ilha dos Frades Ilha de Bom Jesus dos Passos</p>
<p><u>Rio Ipitanga</u></p> <p>Nova Esperança Areia Branca Cassange Itinga Cajazeiras XI Fazenda Grande I Fazenda Grande II Fazenda Grande III Fazenda Grande IV Palestina Boca da Mata São Cristóvão Jardim das Margaridas Aeroporto</p>	<p><u>Rio Jaguaribe</u></p> <p>Castelo Branco Águas Claras Dom Avelar Vila Canária Sete de Abril São Marcos Novo Marotinho Jardim Nova Esperança Jaguaripe I Nova Brasília Canabrava Vale dos Lagos Trobogy Bairro da Paz Alto do Coqueirinho Piatã</p>	<p><u>Plataforma</u></p> <p>Plataforma Alto da Terezinha Itacaranha Praia Grande</p>
<p><u>Rio do Cobre</u></p>	<p><u>Paraguari</u></p>	

Valéria Moradas da Lagoa Rio Sena Pirajá	São João do Cabrito Nova Constituinte Periperi Coutos
<u>Rio Camarajipe</u> Alto do Cabrito, Marechal Rondon, Campinas de Pirajá, Boa Vista de São Caetano, São Caetano, Capelinha, Calabetão, Jardim Santo Inácio, Mata Escura, Bom Juá, Fazenda Grande do Retiro, Arraial do Retiro, Barreiras, Retiro, IAPI, Santa Mônica, Pero Vaz, Curuzu, Liberdade, São Gonçalo, Pau Miúdo, Luiz Anselmo, Cidade Nova, Vila Laura, Baixa de Quintas, Caixa D'Água, Matatu, Santo Agostinho, Barbalho, Macaúbas, Lapinha, Saúde, Santo Antônio, Centro Histórico, Cosme de Farias, Brotas, Pernambuco, Saramandaia, Resgate, Caminho das Árvores, Stiep e Costa Azul.	

Fonte: Divisão Territorial de Salvador. In.:<http://itapuacity.com.br>

No caso específico dos bairros, por uma questão de espaço, não seria produtivo falar de todos os 163 (cento e sessenta e três) bairros da Grande Salvador, algo que faria com muito prazer, até mesmo porque, adoro tratar de particularidades toponímicas para o surgimento dos lugares. No meu caso, sendo do interior da Bahia, tenho como gentílico *uibaiense* (porque nasci no Município de *Uibaí*) e sou também irecense por ser o meu atual domicílio, isto é, o meu local de morada.

Em Salvador, morei por 20 anos e acredito, por essa razão, ser um tempo razoável para conhecer um pouquinho de sua gigantesca história. Considero louvável a pessoa conhecer um pouco da história de seu lugar de origem. Sendo assim, para as pessoas do *Território de Identidade de Irecê* (TII), é fundamental a leitura do Livro intitulado *História de Irecê*, do já citado escritor *Jackson Rubem Alves dos Santos*, assim como, a leitura do também citado Livro intitulado *Canabrava do Gonçalo: uma vila do baixo-médio São Francisco*, escrito por *Oswaldo de Alencar Rocha* e *Edimário Oliveira Machado*. E os livros de todos os outros escritores das cidades circunvizinhas (peço minhas desculpas sinceras por não os citar no texto também por uma questão de espaço) de nosso querido Sertão baiano.

Ler é fundamental e ler com qualidade, de forma intertextual e contextualizada com o momento histórico é mais importante ainda para que se tenha uma ideia própria e crítica sobre o mundo, como no trecho da poesia “O Livro e a América”, em “Espumas flutuantes”, de 1870, do poeta dos escravizados, *Castro Alves*, “*Oh! Bendito o que semeia Livros... livros à mão cheia E manda o povo pensar!*”.

Voltando aos bairros de Salvador, segundo dados do *Mundo Educação* (com acesso no Site <https://mundoeducacao.uol.com.br>), excelente fonte de pesquisa para quem trabalha na área, o primeiro deles é o Bairro do *Comércio*, inclusive já muito falado, assim como tantos outros no ponto referente às freguesias, pois, o *Comércio* era a principal porta de entrada e saída de mercadorias, inclusive para o desembarque compulsório de milhares de escravizados. O Porto ainda é um ponto de grande volume de entrada e saída de diversos produtos e pessoas, inclusive é onde está localizado o *Mercado Modelo*, ponto turístico bastante frequentado, localizado na Praça *Visconde de Cayru*, com seu *artesanato*, as *rodas de capoeira*, as *baianas de acarajé* e suas diversas comidas típicas da Bahia. O *Comércio* faz a ligação entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta. Entretanto, com as mudanças ocorridas no século XX, a exemplo da criação do *Centro Administrativo da Bahia* (CAB), em 1972, e outras mudanças estruturais na cidade, acabaram por enfraquecer o movimento das pessoas no Bairro.

É importante informar, neste momento de fala, sobre a formação dos bairros relacionando-os com os muitos *quilombos* surgidos, no período colonial através das fugas dos escravizados de seus cativeiros, comunidades formadas nos locais onde situavam as freguesias e, em um período posterior, transformadas em bairros do Município.

Assim, fazendo uma mescla com a literatura, nasce em Salvador, *Deoscóredes Maximiliano dos Santos*, o *Mestre Didi*, escultor, escritor, ensaísta e um dos grandes representantes da cultura afrobrasileira do país, em especial, a baiana, por fundir os valores culturais e religiosos da África e da Bahia, em suas criações estéticas. Segundo o site (www.academia.org.br), o grande *Mestre*

Didi recebeu, em 1975, o título de *Alapini*, o mais alto na *Hierarquia Religiosa Sacerdotal Nagô*, e, em 1983, recebeu o título máximo de *Obá Mobá Oni Xangô*, do Rei de *Ketu*, em *Benin*, na grande mãe África.

Voltando aos bairros e falando sobre o Bairro do *Saboeiro*, segundo Fernandes (1993), fica próximo aos bairros do *Doron*, *Narandiba* e *Cabula VI*. O *Saboeiro* antes era uma parte da *Mata Atlântica*, atualmente bastante devastada, com muitas espécies de sua *fauna* e de sua *flora* em risco de extinção. Segundo dados do IBGE (2010), nesse local transcorria o *Rio Saboeiro* com toda a sua beleza, e, por todo ele, em suas margens tinha uma planta que produzia espuma e servia como sabão. O nome dessa planta era *saboeiro* e até a década de 1970 as *mulheres e homens quilombolas* usavam para lavar as suas roupas. Era nessa parte de Salvador que situava o *Quilombo do Cabula*, no bairro que (como a antiga planta), atualmente, chama-se *Saboeiro*.

Destarte, o local onde, atualmente, está situado o Bairro do *Cabula* foi, na verdade, a resistência de vários *Núcleos Quilombolas*, lutando contra às ações do Estado, com perseguições, aprisionamentos e assassinatos de escravizados fugitivos. Citando novamente os dados do IBGE (2010), os bairros de maior população negra absoluta de Salvador são *Pernambués* em 1º lugar com 53.580 habitantes, tendo o *Beiru/T. Neves* em 7º, com 43.523 habitantes e *Mata Escura* em 18º, com 27.523 habitantes, ambos situados ao entorno do Bairro do *Cabula*. É importante considerar também seu entorno, abrangendo localidades do *São Gonçalo* e *Estrada das Barreiras*, com espaços afrodescendentes de resistência e luta contra o racismo estrutural implantado há séculos no Brasil, a exemplo do *Ilê Opô Afonjá*, *Casa de Lua Cheia* e *Viva Deus*.

Esses locais citados são espaços de luta pelo reconhecimento e valorização da diversidade cultural, como define a Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. *Plano Nacional de Cultura*. Senão vejamos:

Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Plano Nacional de Cultura – A diversidade cultural no Brasil se atualiza – de maneira criativa e ininterrupta

– por meio da expressão de seus artistas e de suas múltiplas identidades, a partir da preservação de sua memória, da reflexão e da crítica. No item 2.1: Realizar programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural dos e para os grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização: os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas.

Veja-se na tabela os territórios quilombolas mapeados em Salvador:

Tabela: Terreiros situados na Região do Cabula

Bairros	Nº de Terreiros	Percentual (%) de Terreiros no Cabula
Arenoso	09	12,0
Arraial do Retiro	01	1,3
Beiru/T. Neves	14	18,7
Cabula	16	21,3
Cabula VI	01	1,3
Doron	0	0
Engomadeira	05	6,7
Mata Escura	09	12,0
Narandiba	01	1,3
Pernambués	17	22,7
Saboeiro	02	2,7
Total	75	100

Fonte: Mapeamento dos Terreiros de Salvador, 2014

A presente tabela foi produzida por *Flávio Oliveira Mota* e *Breno Braga de Souza Freitas* e retirada dos Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, da *Universidade Federal da Bahia*, realizado em Vitória/ES, em 2014, intitulado *UMA BUSCA PELA IDENTIDADE CULTURAL DE ORIGEM QUILOMBOLA NA REGIÃO DO CABULA EM SALVADOR-BAHIA*. Inclusive, muitos desses territórios já foram certificados pela *Fundação Cultural Palmares*, órgão do *Ministério da Cultura*. No entanto, infelizmente,

muitas *Comunidades Quilombolas*, tanto na Bahia, como em outros estados do Brasil, sofrem vulnerabilidades relacionadas com a saúde, a habitação e uma gravíssima insegurança sócio-educacional.

O Bairro do *Cabula*, está localizado entre a BR-324 e a *Avenida Luis Viana Filho* (mais conhecida como *Avenida Paralela*). A Paralela faz a ligação da região do *Aeroporto Internacional de Salvador* (também conhecido popularmente como *Aeroporto Dois de Julho*) até a região da *Avenida Tancredo Neves*, passa por diversos bairros, a exemplo do Bairro da *Paz*, do Bairro *Mussurunga*, e do Bairro do *Imbuí*. Além disso, a Paralela passa próxima à região do antigo *Shopping Iguatemi* (atualmente denominado de *Shopping da Bahia*), no Bairro *Caminho das Árvores*.

Os africanos escravizados em Salvador criaram um território próprio de resistência ao poder dos donos das fazendas cujos limites ainda são desconhecidos, o *Quilombo Cabula*. Atualmente, todos esses bairros juntos continuam sendo uma área de grande concentração de negros. Hoje podemos chamá-los de quilombos urbanos, áreas que preservam muita coisa herdada daqueles guerreiros africanos. Não é á toa que nessa parte da cidade há uma grande concentração de terreiros de candomblé (BEIRU, 2007).

O antropônimo *Cabula* vem do *Quincongô Kabula*, que “além de ser verbo, é nome próprio, personativo feminino e também o nome de um ritmo religioso muito tocado, cantado e dançado, daí o bairro tomar o nome do ritmo frequente naquela área, sendo suas matas utilizadas pelos sacerdotes *quincongôs*” (SANTOS ET AL., 2010, p. 210).

A partir dos anos 1970 o Cabula passa a abrigar diversos serviços públicos e privados, como hospitais, escolas, universidades, um grande supermercado, bancos, etc. A localização de tais empreendimentos resume-se ao eixo de cumeada, Rua Silveira Martins, a Avenida Edgard Santos, a Avenida Paralela e o entorno delas (FERNANDES, 1993, p. 76).

O Bairro da *Engomadeira*, presente na tabela apresentada, anteriormente, tem o seu nome originado por conta do trabalho

realizado pelas mulheres africanas e afrodescendentes, ao utilizarem suas fontes e nascentes de água para lavarem e, posteriormente, engomarem as roupas usando algum produto (tendo também como um aproximado sinônimo o verbo *passar* com um instrumento de ferro, contendo um orifício para colocar as brasas dentro), uma invenção tecnológica ancestral do atual ferro de passar roupas.

Cito também o Bairro de *Porto Seco Pirajá* surgido como a primeira ligação por terra entre Salvador e o interior do estado, através da antiga *Estrada das Boiadas*, indo até a entrada do atual Bairro de *Águas Claras*, e no que é hoje a BR-324 (Rodovia Federal). Inclusive, utiliza-se a BR-324 para chegar ao *Território de Identidade de Irecê*, passando pelo município de *Feira de Santana*.

Por *Feira de Santana*, pega-se a BA-052 (Rodovia Estadual), conhecida como *Estrada do Feijão*, que faz ligação entre os municípios de *Ipirá*, *Mundo Novo*, *Porto Feliz*, *Morro do Chapéu*, *América Dourada*, *João Dourado* e *Irecê*. Descendo um pouco mais a BA-052, no contorno à esquerda, chega-se ao Município de *Presidente Dutra*. Em *Presidente Dutra*, minha orientanda *Bruna Simone Porto Machado* realizou seu *Trabalho de Conclusão de Curso* intitulado *Linguagem e memória: um estudo sobre a Comunidade Quilombola de Ramos em Presidente Dutra*, em 2019, pelas *Unidades e Ensino Superior do Sertão da Bahia (UESSBA)*, *Campus – Irecê*.

Após o Município de *Presidente Dutra*, descendo um pouco mais a frente, apenas 18 quilômetros, avista-se, ao longe, uma bela *Serra Azul*, a antiga *Canabrava do Gonçalo*, hoje *Uibaí*. E como disse o saudoso pernambucano *Luiz Gonzaga*, “Lá no meu pé de serra deixei ficar meu coração”.

Conher essas cidades da Bahia (e também de todo o Brasil) e suas histórias é conservar viva a história e a memória do lugar de pertencimento de sua gente em cada momento histórico. Em alguns desses municípios, tive a honra de lecionar sobre os *Povos Originários* e suas lutas travadas, cotidianamente, por mais respeito e valorização de suas culturas.

Neste momento, gostaria muito de destacar o Município de *Central*, limítrofe com *Uibaí*, por possuir um belíssimo *Museu Arqueológico*, local onde tive a oportunidade de visitar com minhas alunas e alunos, várias vezes, com a proposta pedagógica de possíveis pesquisas futuras, não só sobre os *povos originários*, mas também sobre a nossa região, com suas histórias orais contadas pelos ancestrais de cada município e passadas, de geração em geração, como sentimento de pertencimento e muito amor, externados através daquela sensação maravilhosa de fazer parte daquele povo e daquela cultura local.

6. FONTES ESCRITAS PARA A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Para se ter uma ideia a mais aproximada possível de como se deu a mobilidade dessa grande massa de trabalhadores, nas frentes de trabalho, durante esses quatro séculos de colonização portuguesa, é fundamental fazer um levantamento das fontes escritas que tratam desses momentos distintos da história do país.

Como esses milhões de indivíduos passaram a residir nesse imenso Brasil, contribuindo, também, através da oralidade, para a heterogeneidade do português brasileiro. Com base em Mattoso (1992), as fontes escritas podem trazer à tona as contribuições dessa diversidade de povos e culturas para a formação do povo brasileiro e dos valores culturais hoje presentes na história do país, seja na *culinária*, na *indumentária*, na *dança*, nas *visões de mundo* (muitas delas transformadas em *Lendas*) e na *religiosidade*.

Nas palavras de *Iana Machado Fernandes* (2021, p. 4), minha coorientanda do Mestrado, em parceria com o Orientador, o Professor Doutor *Joabson Lima Figueiredo*, pelo *Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras*, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, intitulado *CARTAS PESSOAIS DE CORAÇÃO DE MARIA (BA): UMA DESCRIÇÃO MORFOSSINTÁTICA*, argumenta que “[...] o empreendimento escravocrata da Corte Portuguesa trazia, a cada ano, milhares de africanos escravizados para trabalharem nas lavouras de cana de açúcar, nas minas de ouro e nas plantações de café”. Sendo assim, todos os documentos, essas fontes escritas, a exemplo das cartas pessoais do Município baiano de *Coração de Maria* podem contribuir para explicar essa heterogeneidade do português brasileiro.

Os textos escritos nas reuniões da SPD, da mesma forma, são fontes riquíssimas para entender melhor o processo que Mattos e Silva (2004) chamou de a formação do português em terras

brasileiras. Essa grande população foi a responsável pela difusão do *português popular brasileiro*, como revelou a autora, apesar de, como fruto de uma sociedade escravocrata, ter tido sua voz silenciada, pois, aos escravizados, foi negada a escolarização formal até meados do séc. XIX. No Brasil oitocentista, os africanos e seus descendentes estavam na base da pirâmide etária do país.

Salvador, como cidade que si constituiu como eminentemente afrodescendente, abrigava em seu espaço geográfico esse grande contingente populacional. E isso nos faz lembrar o belo poema *Pronominais*, em *Obras Completas*, de *Oswald de Andrade*:

Pronominais

*Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.*

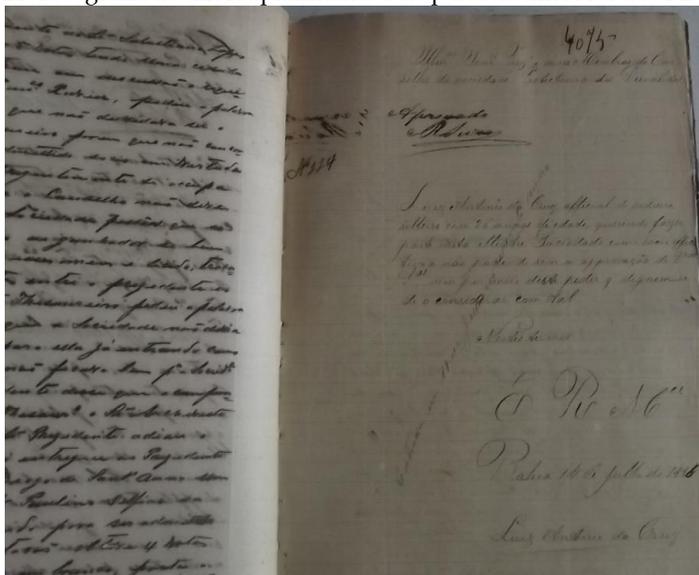
Oswald de Andrade participou da *Semana de Arte Moderna* realizada em São Paulo, no *Teatro Municipal*, em 1922. Ao lado de *Mário de Andrade*, *Anita Malfatti*, *Manuel Bandeira*, *Graça Aranha* e *Di Cavalcanti*, além de muitas outras pessoas ilustres, e externaram, através da poesia, da música, da pintura, da escultura, as mudanças sociais, políticas, econômicas e também linguísticas ocorridas no Brasil, inclusive, as graduais diferenças surgidas entre o português falado em Portugal e o português falado no Brasil.

Sendo assim, Mattos e Silva (2002) estabelece que, como uma das pautas de pesquisa, na busca pela reconstrução da sócio-história linguística do Brasil, é importante considerar a reconstrução do passado do português popular, considerando as variedades conviventes, sobretudo, dos menos escolarizados das diversas áreas do país. Daí a importância de se estudar os requerimentos,

fonte documental ainda inexplorada e que pode mapear o caminho trilhado pela atribuição do nome próprio, especialmente, na Bahia do século XIX.

Na próxima figura, a foto foi tirada, propositalmente, pegando um Requerimento de Solicitação de Entrada de Novos Sócios e, do lado esquerdo de quem visualiza o documento, percebe-se também um longo texto de uma Ata. Ao contrário do Requerimento que é um gênero textual menor, já que sua função específica é solicitar a entrada como sócio da SPD, a Ata é um gênero textual bem maior, trazendo os informes, no início da reunião, e os pontos que serão debatidos pelos sócios, inclusive a aceitação ou não dos requerentes para a entrada na sociedade. São muitas informações e todos os temas discutidos são registrados e os membros assinam no final do documento.

Figura 21: Fotografia de um Requerimento e de parte de uma Ata da SPD



Fonte: elaboração do autor.

Esse importante acervo, encontrado por Oliveira (2009), nos revela a existência de textos grafados por africanos e seus descendentes (em pleno século XIX) e amplia as provas documentais

em que os sócios da SPD são os autores de textos escritos. Com isso, tenta-se restaurar as marcas deixadas por um grupo da população brasileira que, entre os séculos XVII e XIX, formava a maioria da população do país, consistindo em aproximadamente 60% do contingente populacional.

Veja-se com Reis (2003, p. 23) como a população de Salvador estava dividida no século XIX:

A população da cidade dividia-se, segundo sua origem, em brasileiros, africanos e europeus [...] a diversidade de origem marcou o comportamento político diferenciado desses segmentos da sociedade baiana. Mas havia também as diferentes cores entre os nascidos no Brasil: o negro, que sempre se chamava crioulo; o cabra, mestiço de mulato com crioulo; o mulato, também chamado pardo; e o branco. Havia negro crioulo e negro africano, este, durante o período aqui estudado [1835], quase sempre referido como preto. Havia branco brasileiro e branco europeu, este quase sempre português. Se tinha outras, pelo menos essa ambiguidade nacional o mulato não tinha: era sempre brasileiro. Como os brasileiros, os africanos também estavam diferenciados, não em cores, mas em grupos étnicos chamados “nações”. Ademais, a condição de livre, liberto (ex-escravo) ou escravo separava internamente os africanos e afro-baianos.

Pelas palavras do autor supracitado, salta aos olhos, a forte presença de africanos e seus descendentes nas ruas e praças da Salvador dos Oitocentos.

É o que confirma também Mattoso (2001[1982]), ao falar do censo oficial de 1872, mostrando uma Salvador com predominância afrodescendente. Conforme a mesma autora, em meados do século XIX, a população soteropolitana era de 86.984 (oitenta e seis mil novecentos e oitenta e quatro) habitantes, sendo que 30% era composta por escravizados, segundo dados do censo de 1855. E mais, considerando a cor da pele, esse mesmo censo mostrou a presença de 67% de pretos e mestiços, sendo, portanto, uma sociedade formada, em sua maioria, por uma população não-branca. Dessa forma, a cidade de Salvador funcionava com base na escravidão, que girava em torno principalmente da cana-de-açúcar produzida no Recôncavo e nas terras que circundam a *Baía de Todos*

os Santos. Ali também se plantava o fumo, que era exportado, como contrapartida para a compra de novos escravizados.

A ordem social na Salvador do século XIX ainda conta com vestígios de uma estrutura do período colonial que compreende uma sociedade latifundiária, escravocrata e senhorio patriarcal, ao lado de uma sociedade que começa a vivenciar a emersão de uma burguesia mercantil. Tanto em um cenário quanto no outro é a força de trabalho de escravizados ou libertos, que terá sido responsável, portanto, para manter a máquina pulsante da economia soteropolitana.

É nessa centúria, em que vai acontecer a abolição da escravatura, que será criada, em 1832, a *Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Fazendo parte de uma conjuntura política favorável às conquistas dos seus sócios, a referida sociedade aparece como uma base de apoio a uma classe social há muito vítima da exclusão social e da falta de oportunidades. A SPD é um exemplo, na prática, de que a população afrodescendente foi, aos poucos, com muita luta, no cenário socioeconômico do século XIX, conquistando breves espaços possíveis e certa mobilidade na injusta sociedade da época. Lutando por seus direitos, passam a fazer parte de diversas organizações sociais, com a finalidade de busca por proteção e direitos há muito negados.

É, sobretudo, através de sua inserção nesses micro-espacos de resistência e sobrevivência, que se dará a inscrição da participação dessas pessoas na história escrita da sociedade baiana.

No caso da SPD, vê-se que, por exemplo, seus nomes e parte de suas histórias, no decorrer das décadas, vão sendo escritos nos diversos documentos produzidos no âmbito da Sociedade.

Esses documentos para o estudo linguístico, sobre documentação remanescente da SPD, registra aspectos tanto sociais quanto linguísticos dessas comunidades de escreventes residentes em Salvador na primeira metade dos oitocentos. Assim, pode-se verificar que estudos desses escritos já vêm contribuindo para desvendar os caminhos da história da língua portuguesa na voz daqueles que, durante séculos, foram silenciados pela história e

que, diferentemente, do que se pode imaginar, legaram registros importantes de sua identidade e de sua inserção na cultura letrada no Brasil. Como defendeu o já citado geógrafo baiano Milton Santos (1998, p. 47) “Creio que a história dos negros teria muito a lucrar se fosse reescrita a partir de uma visão que propusesse uma nova escrita com base na questão do modelo cívico”.

Com informações referentes ao nome de batismo, cor, estado civil, ocupação e freguesia, esses requerimentos apresentam alguns traços do perfil social de uma comunidade de indivíduos dentro de uma irmandade do século XIX, sendo uma fonte importante para um estudo que busquei desvendar os caminhos da história da nomeação de indivíduos excluídos no cenário brasileiro oitocentista. Acerca da compreensão dos filiados da SPD como excluídos sociais, vale a pena trazer uma reflexão desenvolvida por Oliveira:

[...] A expressão, é bem verdade, implica em inúmeras variáveis: quem foram os excluídos, quando foram excluídos, como foram excluídos, quem excluiu e se os excluídos se aceitaram como tal. Pense-se, por exemplo, no século XIX e nos escravos. A bibliografia tradicional chegou ao ponto de dizer que, de tão coisificados que eram, acabaram por se construir dessa forma, ao passo que a bibliografia mais recente, moldada na Nova História, ou seja, na ‘História vista de baixo’, descreve escravos ‘tirando o sono dos senhores’, com as muitas revoltas para se libertarem do cativo; constituindo família; engendrando uma rede de relações sociais; diversificando o seu comportamento, a depender do que queriam atingir etc. Isto é: os excluídos não se fizeram tão subalternos assim (OLIVEIRA, 2006, p. 22).

Dessa forma, este livro trabalhou com esses requerimentos, já que se configuram como fonte para o conhecimento dos nomes próprios de africanos e afrodescendentes no século referido anteriormente. A análise desses materiais pode trazer algumas novidades sobre a sócio-história do Brasil e responder as seguintes perguntas norteadoras:

a) até que momento da história colonial e pós-colonial do Brasil, a atribuição do nome próprio manteve o conservadorismo herdado de Portugal?

b) a partir de que momento, a antroponímia adquiriu as características inovadoras presentes atualmente nos nomes de batismo dos brasileiros e que nova direção tomou na atribuição desses nomes, com o gradual surgimento de *antroponimos neológicos*?

Como resposta a tais questionamentos, tem-se a hipótese de que o término da escravidão, no final do século XIX, no cenário de um Brasil republicano, cada vez mais desvinculado da influência da antiga metrópole, favoreceu o surgimento, no século XX, de novos padrões de conduta, a exemplo de uma maior liberdade e consequente criatividade na atribuição do nome próprio.

Por conseguinte, para tentar responder a contento os questionamentos feitos anteriormente, este livro realizou uma pesquisa considerando o seguinte objetivo: realizar um levantamento e um estudo do nome próprio dos candidatos a sócios, considerando motivações políticas, culturais e sociais no processo de atribuição desses nomes, com o propósito de identificar no *corpus* se houve ou não mudança no perfil de atribuição dos nomes desses candidatos a sócios da SPD ao longo das décadas pesquisadas.

Com essas diretrizes traçadas, considera-se que o levantamento e estudo dos nomes próprios presentes no *corpus*, bem como a análise de aspectos sócio-históricos relacionados ao processo de nomeação de africanos e afrodescendentes, no Brasil, no século XIX, representam uma contribuição para a história do léxico português popular brasileiro na Bahia oitocentista.

6.1 SÓCIOS E NOMES: A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Como em todo e qualquer trabalho científico, é importante definir cuidadosamente a estratégia metodológica para coleta, seleção e análise dos dados. Dessa forma, para alcançar as metas traçadas para este livro, montou-se um *corpus* para análise, composto por um conjunto de requerimentos emitidos a essa irmandade,

escritos por diversas mãos, desde o nascimento da SPD, em 1832, até o final do século XIX.

Nesse ponto, tem-se a primeira das estratégias para a estruturação do texto, isto é, a delimitação temporal. Como a SPD nasceu em 1832, tomou-se o referido ano como marco inicial para a coleta dos dados. Como marco final, o ano de 1900, foi escolhido também, intencionalmente, por representar o fechamento do século e todos os seus acontecimentos históricos.

No finalzinho do século, em 1888 aconteceu a *Abolição da Escravatura*, como já falado, e em 1889 ocorreu a *Proclamação da República*, em 15 de novembro de 1889, motivada pelo desgaste da injusta Monarquia. O Brasil deixa a Monarquia e passa para uma nova Forma de Governo, isto é, a República.

Voltando aos requerimentos, todos reunidos e fotografados, compondo um total de 620, foram levantadas algumas informações socioculturais dos requerentes - contidas nos documentos - a exemplo do nome (prenome) e sobrenome, idade, cor, ocupação e freguesia (endereço) desses pretendentes a membros da SPD. Pela grande quantidade de material, optou-se por trazer apenas alguns exemplos e, como são documentos pequenos, de uma folha apenas, todos seguem mais ou menos um determinado padrão de escrita.

Veja-se na figura:

Figura 22: Fotografia de um Requerimento da SPD

Yllmo J P
me Presidente e mais
Membro do Conselho Directorio do
Sociedade Protectora dos Desvalidos

Bomski Manoel do Sacramento
Socio Efectivo desta instituiçao
propoe para Socio efectivo o Sr
Vicente Ferrero pinto, Cidadão de
Cor preta Artista Sarteiro com
48 annos de Idade residente a
rua Democrito N.º 8.

Bapio 15 de Setembro de 1905
Bomski Manoel do Sacramento
pede deferimento

Fonte: elaboração do autor.

O requerimento foi colocado em tamanho maior para facilitar a visibilidade da estrutura do gênero *textual*. Observe que, na parte de cima aparece o Cabeçalho, na parte central aparecem informações sobre: o nome, a cor, a profissão, o estado civil, a naturalidade, a rua

onde mora, o ano da solicitação e outras informações a depender de cada documento. E, por fim, na parte inferior da página aparecem: onome do Estado (Bahia), o dia, o mês e o ano de produção do Requerimento solicitando a entrada como novo sócio da *Sociedade Protetora dos Desvalidos*.

Para uma melhor compreensão do momento histórico, situaram-se os requerimentos e seus autores no que poderíamos chamar de *macro-história* ocorrida durante o século XIX, considerando as conjunturas política, social e econômica atuantes em um Brasil em transição, de escravidão para abolição e de Monarquia para República.

Nessa perspectiva, quando se trata de história externa, foi fundamental pensar também na estrutura social estabelecida no Brasil da época e considerar que a *micro-história* registrada nesses documentos, que conta um pouco da história do cotidiano, da atividade laborativa e da rede de relações sociais do requerente foi também relevante para a compreensão da sociedade oitocentista.

Após esse levantamento inicial, foi confeccionada uma ficha para cada redator, contendo algumas informações referentes a seu perfil social, como: nome completo, cor declarada, idade, naturalidade, estado civil, profissão, número de filhos e residência (freguesia declarada). É importante observar que nem todas as informações eram dadas pelos requerentes.

Após essa sistematização dos dados, dedicou-se ao estudo dos prenomes registrados em cada ficha. Assim, a análise do *corpus* contemplou as seguintes etapas:

1º) Pesquisa de cunho etimológico, buscando a origem dos nomes levantados a partir do confronto entre os dados extraídos do *corpus* e os dados fornecidos pelo *Dicionário etimológico da língua portuguesa: nomes próprios*, de Antenor Nascentes, publicado em 1952, e pelo *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, de José Pedro Machado, de 2003.

Como exemplo ilustrativo foi trazido o nome do requerente *João Teodoro da Soledade*, situado na década de 1850. *João*, um nome de cunho religioso, aparece nas primeiras décadas de surgimento

da SPD e que perdura nas décadas subsequentes. Segundo Nascentes (1952), o referido prenome vem do hebraico *Iohanán* e significa “agraciado por Deus, o que Deus favorece, Deus é misericordioso”.

Dentro dessa lógica, o processo para identificar a etimologia dos nomes foi realizado da seguinte forma: a primeira obra consultada foi o dicionário de Nascentes (1952) e, de posse das informações trazidas, o étimo foi alocado ao lado do prenome.

Prontamente, para aqueles antropônimos não encontrados na obra de Nascentes (1952), como reforço para confirmar ou não a existência nos dicionários onomásticos, consultou-se também a obra de Machado (2003).

Além desses, basilares para a pesquisa, optou-se também por verificar a ocorrência dos prenomes no cenário da antroponímia brasileira atual, realizando buscas sobre os nomes no *Site Jusbrasil* (<http://www.jusbrasil.com.br>), que disponibiliza uma ferramenta de rastreamento de publicação em diários oficiais do país. Tal escolha deve-se ao fato de que as publicações de natureza jurídica oficial buscam preservar os nomes dos indivíduos de acordo com seu registro civil.

Diante dos resultados encontrados também em Machado (2003) foi possível distinguir nomes dicionarizados e definidos como tradicionais, de nomes não dicionarizados. Para alcançar o almejado, os prenomes foram numerados seguindo a década de ocorrência e o étimo foi alocado ao lado do prenome.

Veja-se no exemplo ilustrativo:

Antropônimos da Década de 1850 – 1859

Demonstrativo sobre a análise e classificação dos dados.

Ordem	Antropônimo	Étimo	Significado
25	João Anastácio do Espírito Santo	Do Hebraico <i>Iohanán</i>	Segundo Nascentes (1952), significando “agraciado por Deus”

Fonte: elaboração do autor.

Pelo exemplo, tem-se, na primeira coluna, a ordem numérica, considerando o total de 620 frases antroponímicas. Na segunda coluna foi alocada a frase antroponímica do requerente com o prenome destacado em negrito (*Prenome* é o nome da pessoa separado do sobrenome). Na terceira coluna, explicou-se o étimo e na quarta o significado etimológico, considerando as informações trazidas pelos dicionários de Antenor Nascentes, de 1952, e de José Pedro Machado, de 2003, já referendados anteriormente. Diante dos resultados encontrados ou não nos dicionários, foi possível distinguir nomes dicionarizados e definidos como tradicionais, de nomes não dicionarizados. O foco da análise foi o prenome de cada requerente, porém, para um maior enriquecimento, foi necessário, em algumas partes do trabalho, trazer também informações e esclarecimentos sobre os Sobrenomes (ou Apelidos, para a realidade de Portugal).

Falando um pouco dos sobrenomes, o nosso *saudoso Machado de Assis*, nosso grande escritor do século XIX, tem supremacia sobre o primeiro nome *Joaquim* (de Joaquim Maria Machado de Assis). Nascido no Rio de Janeiro, em pleno século XIX, *Machado de Assis* é considerado um dos maiores escritores do Brasil. Com suas célebres obras, tais como: *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1899), *Esauí e Jacó* (1904), *Memorial de Aires* (em 1908, o último de seus romances) e o magnífico *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), com o enigmático personagem *Brás Cubas*, abrindo o *Realismo* na Literatura Brasileira, em 1881, o autor mostra sua maestria na escrita. Flando em *Dom Casmurro* (1899), o pai do filhinho da personagem *Capitu* era de *Bentinho* ou de *Escobar*? *Caro leitor, essa resposta fica a seu critério de avaliação.*

Ampliando essa licença poética, cabível no campo da Literatura, meu querido pai, *Mozart Fernandes de Souza*, agora com 86 anos, gosta de falar a seguinte expressão: “Caso você ainda não tenha lido a obra de Machado de Assis, então, você perdeu metade de sua vida” pela beleza e profundidade da obra realista do atemporal *Joaquim Maria Machado de Assis*.

Voltando ao *corpus* da pesquisa, os prenomes não encontrados foram fundamentais para a confirmação da hipótese apresentada no início do livro, especialmente, no que diz respeito às novidades que vão surgindo devido ao natural processo de mudança ocorrido nas línguas ao longo do tempo. É possível dizer que, como alguns prenomes não estão presentes nas duas obras dicionarísticas, pode ser um prenúncio de mudança no perfil de atribuição dos nomes dos requerentes da SPD.

2º) Codificação dos dados com base nas seguintes variáveis socioculturais extraídas dos requerimentos de entrada de novos sócios: nome, cor, idade, ocupação e freguesia (endereço).

Com base nos requerimentos analisados, constatou-se que a média de idade dos candidatos a sócios da SPD está entre 17 e 50 anos. Todos pobres, em comparação com as camadas mais abastadas da população. Todos esses homens estavam no auge de sua força de trabalho principalmente porque, no decorrer do século XIX, a expectativa de vida do brasileiro ainda era muito baixa, principalmente, para os indivíduos situados à margem do processo econômico.

Geralmente trabalhavam nas *marcenarias*, nas *funilarias*, nas *alfaiatarias*, também como *pedreiros*, *tamanqueiros* e muitas outras atividades existentes nas praças e feiras da Salvador oitocentista.

Todos os requerentes eram homens, como já observado anteriormente. No entanto, esse detalhe é fundamental porque, mesmo não havendo solicitação de mulheres como sócias da irmandade, as mulheres estavam presentes em algumas sociedades.

Veja-se na citação de Oliveira (2006, p. 183):

Os historiadores atestam que as mulheres se fizeram presentes nas irmandades d'outrora. A elas, comumente, eram atribuídas tarefas tidas como do sexo feminino. Prevalciam, para elas, aqueles mesmos critérios já referidos e observados para os homens, isto é, mulheres brancas tinham circulação em irmandades regidas por brancos, já as mulheres negras marcavam a sua presença nas irmandades de negros.

Participavam do cotidiano, principalmente nos afazeres designados como femininos, com uma divisão de gênero bem nítida. Como estratégia metodológica, catalogou-se também a presença feminina nos sobrenomes dos requerentes mostrando a forte presença religiosa nesses sobrenomes, com a maioria esmagadora deles homenageando as santas da cristandade.

Nota-se pela análise dos dados que, mesmo que as escolhas dos nomes sejam individuais, prevalece sempre a tradição no ato de nomear. O prenome *Luís*, significando, segundo Machado (2003), “defensor do povo, glorioso na batalha”, do germânico *Hluthawigm*, mostra que, na segunda metade do século XIX, perpetua-se a tradição herdada de Portugal. Junto com *Luís*, têm-se outros exemplos, prenomes presentes no *corpus*, como *Afonso*, do germânico, *Athalfunsus*, *Alberto*, do germânico, *Atkal-berht*, *Álvaro*, do germânico, *Allwars*, *Carlos*, do germânico, *Karl*.

Veja-se o requerimento a seguir, aleatoriamente chamado de A:

Figura 23: Fotografia do Requerimento A da SPD

4068

Il. Sen. Presidente e m.º Membros do
Conselho do Secretariado Protector do Desvalidos

Aff 225

e Advogados
R. Silva

Aprovado por unanimidade
B.º 21 de Junho de 1886

R. Silva

Adão da Carneiro Costa, creado com
idade de 36 annos, natural desta cidade
effectual de Sapateiro, morador a Rua
dos Perdões, desejando fazer parte nesta
Ilustre associação tem respeitavelmente
pedido a V.ªs que se dignem incluí-lo
com.º socio effectivo por cujo motivo

P. N.º de requerimento
C. R. M.ª

B.º 23 de Maio 1886.

Adão da Carneiro Costa

Fonte: elaboração do autor.

Informações sobre os pretendentes a sócios da SPD.

REQUERIMENTO A

DATA DO REQUERIMENTO: 21 de junho de 1886

NOME: Adão da Conceição Costa

COR: Crioulo

IDADE: 36 anos

NATURALIDADE: Brasileiro

ESTADO CIVIL: Solteiro

PROFISSÃO: Oficial de Sapateiro

NÚMERO DE FILHOS: -----

RESIDÊNCIA (FREGUESIA): Rua dos Perdões

OBSERVAÇÕES: O candidato a sócio da SPD foi aprovado no dia 13 de julho de 1886.

Fonte: elaboração do autor.

De cunho religioso, o prenome *Adão* vem acompanhado do sobrenome *da Conceição*, reforçando ainda mais a tradição. Além disso, no tipo de cor, vem indicando crioulo no lugar de preto. Esse traço é um diferencial em relação às informações trazidas pela maioria, já que a maior parte dos requerentes se intitula de cor preta.

Esses exemplos foram citados para explicitar o *modus faciendi* da análise dos dados. Após a contabilidade, chegando a um total de 649 antropônimos, fez-se um levantamento dos étimos. Constatou-se, logo de entrada, que o étimo vencedor, com folga, em relação aos outros, é o latino, pois, a língua portuguesa, como se sabe, é semanticamente considerada *filha da língua latina*.

Nesse ponto, tem-se a oportunidade de mostrar o quanto a história se repete, de tempos em tempos, pois, com a Romanização, o Império Romano, assim como o Império Português, tinham como objetivo central a conquista de riquezas e, para isso, invadiram, através da violência, e escravizaram os povos dos territórios conquistados. Dessa língua latina, no processo de comunicação e de mudanças, surgiram as línguas românicas, dentre elas, a língua portuguesa.

A variação ocorre em todos os níveis da língua: *Diatópica* (variação geográfica ou de lugar), *Diastrática* (variação relacionada com as formas de falar e escrever das diversas classes sociais),

Diafásica (variação relacionada com a maneira de falar em um determinado contexto, sendo formal ou informal a depender da situação) e a *Diacrônica* (variação relacionada com a o tempo, já que todas as línguas vivas são mutáveis e estão em constante processo de variação e mudança).

Foi isso que aconteceu com a língua latina no Processo de Romanização. O principal objetivo do Império Romano era conquistar, através da espada, outros povos e suas riquezas. Esse *Latim Vulgar* (como contraponto ao *Latim Clássico*, literário e distante da maioria da população) era falado por todas as pessoas, em todas as épocas, cotidianamente, correspondendo a todas as variações (*Diatópica*, *Diastrática*, *Diafásica* e *Diacrônica*). Será esse *continuum* de variações e de mudanças que dará origem aos romances e, posteriormente, às línguas românicas: o *italiano*, o *francês*, o *espanhol*, o *atalão*, o *galego*, o *provençal*, o *romeno* e o *português*.

A *Língua Portuguesa*, dentro desse contexto histórico, foi transplantada para o Brasil, através do processo de colonização da Coroa portuguesa, também passando por constantes variações e mudanças até originar o nosso falar brasileiro, atualmente, muito diferente do português falado em Portugal.

Essas mudanças, considerando o cotidiano do falar popular nas ruas de Salvador, em pleno século XIX, a exemplo dos candidatos a sócios da SPD, nos cantos de ganho das diversas fregeusias, mostra um recorte do português popular brasileiro tomando sua forma em todo o Brasil.

Dentro dessa Metodologia, o próximo passo foi acondicionar essa realidade em uma tabela, com o propósito de mostrar a forte presença de antropônimos latinos no *corpus*, relacionando-os com os demais étimos. Observe-se o próximo requerimento chamado de **B**:

Figura 24: Fotografia do Requerimento da SPD

145
Ilm. Ex^{ma} Sr. Presidente e Mais Membros do
Conselho da Sociedade Protectora dos Invalidos
40 B digo 4042.

145
João Luis de Santa Luzia official de pedreiro
natural da B.ª Sertão morador nasua da independen-
cia com 35 annos de idade e deya fazer parte
nesta digna Sociedade com submissamente pedir
e a digna como for de justiça em vista dos dantes
do estatuto e deya esta Sociedade de cuja graca

E. R. M.
Bahia 24 de Junho de 1895

João Luis de Santa Luzia

Fonte: elaboração do autor

Informações sobre os pretendentes a sócios da SPD.

REQUERIMENTO B

DATA DO REQUERIMENTO: 24 de junho de 1885

NOME: João Luis de Santa Luzia

COR: Preta

IDADE: 35 anos

NATURALIDADE: Brasileiro

ESTADO CIVIL: Casado

PROFISSÃO: Oficial de Pedreiro

NÚMERO DE FILHOS: 5

RESIDÊNCIA (FREGUESIA): Rua da Independência

OBSERVAÇÕES: O candidato a sócio da SPD foi aprovado no dia 07 de julho de 1885.

Fonte: elaboração do autor.

Tem-se aqui um exemplo, retirado do *corpus*, e que representa tudo que já foi falado anteriormente. Em primeiro lugar, a permanência da tradição na escolha do nome próprio.

No requerimento, tem-se o prenome *João*, de cunho religioso, mostrando a prevalência na escolha, confirmando esse traço social nas práticas de nomeação portuguesas, já defendido por Vasconcelos (1928) em sua obra do começo do século. *João*, segundo Nascentes (1952), significa “agraciado por Deus, o que Deus favorece, Deus é misericordioso”, do hebraico *Iohanan*.

O exemplo trazido nesse requerimento é bastante oportuno porque, além de trazer o primeiro nome *João*, ainda reforça a ideia da tradição, por apresentar o segundo nome *Luis*, do germânico. Junto aos dois prenomes, tem-se também, como reforço da argumentação, o sobrenome *Santa Luzia*, mostrando a forte presença religiosa refletida nos prenomes e sobrenomes. Veja-se outro requerimento chamado de C:

Figura 25: Fotografia do Requerimento da SPD

4022

M^{tes} Sem^{re} Presidente e Membros do
Conselho da Socied^d Protetora dos Surdos

Aprovado por unanimidade
Sessão de 2 de Set^o de 1884

Requis

Gen^l Manuel de Jesus, oriundo,
natural desta Cidade Salteira com
idade de 27 annos Sapateiro morador
a Rua de Piqueira freguezia do Caniço,
da Praia, desejando ser Socio desta
M. S. Sociedade e não podendo ser
admittido sem o digno despacho, vem
pedir a V^{ra} S^{ca} que se dignem admittê-lo

C. R. M^{te}
Bahia 25 de Setembro 1884
Gen^l Manuel de Jesus

Fonte: elaboração do autor.

Informações sobre os pretendentes a sócios da SPD.

REQUERIMENTO C

DATA DO REQUERIMENTO: 25 de setembro de 1874

NOME: Gonçallo Manoel de Jesus

COR: Crioulo

IDADE: 27 anos

NATURALIDADE: Brasileiro

ESTADO CIVIL: Solteiro

PROFISSÃO: Pedreiro

NÚMERO DE FILHOS: ----

RESIDÊNCIA (FREGUESIA): Rua da Preguiça

OBSERVAÇÕES: O candidato a sócio da SPD foi aprovado no dia 11 de outubro de 1874.

Fonte: elaboração do autor.

O prenome *Gonçallo*, significando, segundo Machado (2003), “cego pela luta, gênio da batalha, guerreiro disposto à luta ou que ajuda na batalha”, do germânico *Gunthi*, mostra novamente que, na segunda metade do século XIX, perpetua-se a tradição herdada de Portugal. Por ser um nome duplo, tem-se também *Manuel*, significando, segundo Machado (2003), “Deus está conosco”, do hebraico *Immanu’El*. Esse requerimento traz ainda outra característica comum dos nomes dos candidatos a sócios que é a frequente presença de nomes duplos. Vejam-se os exemplos do quadro:

Alguns nomes duplos dos pretendentes a sócios da SPD.

Agostinho Antônio	Albino Francisco
Antônio José	Amâncio Benedicto
Bernardo José	Bento Ignácio
Damazio José	Daniel Geraldo
Francisco José	Francisco Antônio
Francisco Anselmo	Francisco Pedro
Geraldo José	Gabriel Francisco
Gonçallo Manuel	Guilherme Constantino
Guilherme Francisco	Gregorio Diogo
José Maria	José Pedro
João Francisco	João José
Lucas Geraldo	Lourenço Manoel
Manoel Francisco	Manoel Joaquim
Marcelino Joaquim	Manoel Leonardo
Militão Alberto	Manoel Pedro

Manoel José	Manoel Claudio
Manoel Eusebio	Manoel Antônio

Fonte: elaboração do autor.

O interessante nesses nomes duplos é o casamento das tradições nas práticas de nomeação. Nomes cristãos, a maioria, combinados com nomes germânicos, nomes latinos e nomes de outras procedências. O exemplo do requerimento intitulado de C mostra isso porque, junto aos prenomes, formando um nome duplo, há, também, o sobrenome *de Jesus*, demonstrando novamente a influência religiosa na atribuição dos nomes.

Os nomes duplos trazidos no quadro antes apresentado servem para explicar o fato de que, com a catalogação dos dados do *corpus*, obteve-se 620 frases antroponímicas, mas o total de antropônimos analisados foi de 649. Isso porque alguns dos prenomes apenas aparecem no *corpus* ocupando o segundo lugar nos nomes duplos ou, até mesmo, o terceiro lugar nos nomes triplos, fato que será bem demonstrado na parte que trata da análise dos dados.

Todos os antropônimos encontrados no *corpus* da pesquisa foram analisados cuidadosamente para uma definição acertada. Além disso, foram investigadas outras fontes para verificar se não há contradição nos dicionaristas utilizados como referência e, além disso, se na ausência de informações dos mesmos, outros perfis de nomeação possam surgir, trazendo possíveis contribuições para a antroponímia brasileira.

Como estratégia metodológica, também, foi realizada uma análise sobre esses nomes duplos por ser algo ainda muito comum na antroponímia brasileira e os dados referentes aos resultados alcançados também foram acondicionados em uma tabela.

Com o propósito de alcançar a meta estabelecida nos *Objetivos*, foram realizados dois recortes. Inicialmente, um recorte quanto ao tempo. Dessa forma, os requerimentos analisados estão no intervalo de 1832 a 1900. Posteriormente, fez-se um recorte quanto ao objeto de análise: apenas os prenomes dos candidatos a novos

sócios foram analisados. Logicamente, alguns prenomes ocupando o lugar de sobrenomes também foram considerados, com o escopo de enriquecimento da análise, a exemplo dos nomes femininos, como será mostrado mais a frente em outro requerimento.

Após o levantamento de todos os prenomes, a descrição do perfil social e a análise do perfil na atribuição desses prenomes, o próximo passo foi trazer informações novas sobre a antroponímia da SPD.

Houve inovações antroponímicas nos dados analisados?

Para chegar a esse ponto e responder a uma das perguntas do início da pesquisa, inicialmente, foi necessário identificar a presença de prenomes novos no *corpus*. A análise foi feita considerando essa possível fissura na tradição, tendo em mente, por exemplo, a hipótese da possível presença de prenomes de origem dos povos originários ou africana nos documentos. A esperança sempre foi, desde o início da pesquisa, localizar nomes africanos, com a manutenção no prenome ou no sobrenome, resquícios de uma história inaudível, como bem pontuou Mattos e Silva (2008).

Hébrard (2000) faz referência a algumas listas nominais de escravizados remanescentes em arquivos africanos, que fazem parte de inventários das capturas efetuadas em vilas africanas, nas quais homens, mulheres e crianças foram designados por seus nomes originais.

Mesmo se alguns desses cativos já pudessem ter sido convertidos ao cristianismo, são apenas os nomes africanos que aparecem nas listas (Sunba, Cabeto, Camumo etc., para os homens, Quepigi, Calhoca, Quicoco etc., para as mulheres). Naturalmente eles são transcritos na ortografia portuguesa. São esses nomes de antes da escravidão que as etapas seguintes do processo apagarão definitivamente (HÉBRARD, 2000, p. 10).

O autor lamenta não ter encontrado documentos desse tipo para o tráfico em direção a Salvador.

Como já falado, uma outra meta da pesquisa foi catalogar os nomes duplos, muito presentes nos requerimentos. Inclusive, mesmo não havendo nomes de mulheres nos documentos, tem-se

a presença de alguns deles na formação dos nomes duplos, a exemplo de José Maria. Veja-se o requerimento chamado de D:

Figura 26: Fotografia do Requerimento da SPD

M^{me} Sr^{te}. Presidente e M^{es}embros de:
Directorio da Sociedade Protectora dos Desvalidos

Aprovado em sessão ordinaria de 30 de Junho
de 1915.

Estudio de S^{ta} Cecilia Moreira

Bibiano Soares Cupim Socio Remido desta
Instituição, propoz para Socio Remido desta digna
Instituição o Sr^{te}. José Maria da Conceição,
Cidadão de Carapuceo Artista Cazado com
48 annos de idade, residente em Itapagipe

Bahia 30 de Junho de 1915,
Pede Diferimento.
Por Bibiano Soares Cupim
Barnabé Manoel do Sacramento

Fonte: elaboração do autor

Informações sobre os pretendentes a sócios da SPD.

REQUERIMENTO D

ATA DO REQUERIMENTO: 30 de junho de 1915

NOME: José Maria da Conceição

COR: Preta

IDADE: 48 anos

NATURALIDADE: Brasileiro

ESTADO CIVIL: Casado

PROFISSÃO: Pedreiro

NÚMERO DE FILHOS: ----

RESIDÊNCIA (FREGUESIA): Itapagipe

BSERVAÇÕES: O candidato a sócio da SPD foi aprovado no dia 19 de setembro de 1915.

Fonte: elaboração do autor.

Esse requerimento, mesmo sendo já em pleno século XX, fora do recorte temporal estabelecido, traz informações que confirmam a conservação da tradição, quase 100 (cem) anos de fundação da SPD. O perfil religioso presente na antroponímia documentada. *José Maria*, antropônimo presente em um documento situado na primeira metade do século XX, isto é, em 1915, é um nome duplo com duas características especiais. São nomes de cunho religioso e, além disso, o prenome *Maria*, como segundo nome, é feminino. Um nome cristão, com *Maria* como segundo prenome. Para Nascentes (1952), *Maria* significa “Exaltada, senhora, a virtude, a profeta”. Do hebraico *Myriam*.

Como referência à presença antroponímica feminina (de cunho religioso) nos sobrenomes dos sócios da SPD, tem-se, para a década de 1850, o prenome *Joaquim de Sant’Anna Gomes Ferrão*, com a presença de *Anna*, como um nome religioso. Tanto é verdade que a atribuição do nome tem esse viés religioso, que anteriormente ao antropônimo está a expressão Santa. Pelos dados, parecia ser comum esse tipo de sobrenome religioso para a população africana e afrodescendente da época. Na mesma década já referida acima, tem-se também *Furtuoso Manoel de Sant’Anna Lisboa*, com a presença de *Santa Anna* no sobrenome.

Outro exemplo de nome religioso feminino nos antropônimos é *Aurélio Joaquim da Santa Cecília*. Mais uma vez tem-se a presença religiosa na atribuição do nome próprio. Além disso, a presença do nome feminino no sobrenome. Como fica bem provado no requerente *Emigdio Maria de Sant'Anna*, situado na década de 1880, com dois nomes femininos em sua frase antroponímica, *Maria* e *Anna*, respectivamente.

Veja-se essa distribuição abaixo:

Algumas frases antroponímicas com sobrenomes femininos.

<i>Aurélio Joaquim da Santa Cecília</i>	Alfonso João Maria de Freitas
Basílio Calisto de Santa Teresa	Deocleciano Domingues de Santa Isabel
Dionísio José de Sta. Anna Bandeira	Elpídio de Santa Cecília Moureira
<i>Emigdio Maria de Sant'Anna</i>	Faustino Joaquim da Sta. Anna T. Cirne
Feliciano de Santa Anna Nobre	Floriano de Sant' Anna
<i>Furtuoso Manoel de Sant'Anna Lisboa</i>	<i>Joaquim de Sant'Anna Gomes Ferrão</i>
<i>João Maria das Virgens</i>	Ladislau de Sant' Anna
<i>Luiz Maria da França</i>	<i>José Maria da Conceição</i>
José Joaquim de Sta. Anna Sezimbro	João Luís de Santa Luzia
José Maria da Rocha Argollo	Vicente Basílio da Santa Anna
Juvêncio Diogo de Sta. Anna	////////////////////////////////////

Fonte: elaboração do autor.

A tradição portuguesa está confirmada nos vários exemplos retirados do *corpus*, no que diz respeito à presença de sobrenomes femininos de cunho religioso. E mais, nomes de frequência altíssima ainda hoje na sociedade portuguesa, a exemplo de *Maria*, presente como prenome, como segundo elemento dos nomes duplos e também como parte dos apelidos portugueses e dos sobrenomes brasileiros.

Com a análise final de todos os antropônimos presentes no *corpus*, a meta foi responder a todas as perguntas feitas ao logo do trabalho ou, pelo menos, à maioria. Dessa forma, como um dos principais propósitos elencados nos Objetivos, deu-se um foco especial às novidades, a aquilo que destoa da tradição, em outras palavras, aos *neologismos*.

Esse propósito foi estabelecido a partir do momento em que se percebeu a natureza essencialmente tradicional nos prenomes dos requerentes, mas, ao mesmo tempo, os indícios abrem brechas para um outro olhar, para as novidades, com a presença de nomes não dicionarizados, deixando entrever caminhos a serem trilhados em termos de processos formativos possíveis na língua, com a identificação no *corpus* de prenomes que apontam para esse *caráter neológico*.

6.2 A DINÂMICA LEXICAL DOS ANTROPÔNIMOS

A Linguística Histórica sempre se ocupou com o processo de mudança que as diversas línguas sofrem com o passar do tempo. A partir das reflexões de *Jacob Grimm*, ainda no século XIX, centúria de muito interesse para o presente estudo, tem-se uma visão propriamente histórica para os estudos linguísticos, no momento em que esse grande pesquisador assumiu a tese de que os processos de mudança ocorridos nas línguas se delineavam regularmente com o transcorrer do tempo. Com o desenrolar dos estudos históricos, especialmente no Ocidente, através dos estudos histórico-comparativos das línguas oriundas do latim, houve um grande progresso para a compreensão de como se processava a mudança linguística e assim, como se formaram as línguas românicas.

Retomando o Imperío Romano como base de análise, tem-se que, entre o século III a.C. e o século V d.C., a história da humanidade foi marcada pela dominação romana no chamado “mundo conhecido”. Esse processo de conquista de territórios e dominação de povos, denominado ‘romanização’, também foi levado à *Península Ibérica* (iniciado por volta de 218 a.C.), onde o latim se sobrepuiu à maioria das línguas autóctones (excetuando-se o basco), no entanto, não permaneceu intacto às suas influências. Assim, considera-se que a formação das línguas românicas, incluindo aí o português, é resultado de um longo e complexo processo de difusão e diferenciação do latim vulgar.

O processo de individuação da língua portuguesa em relação às demais línguas peninsulares, também, tem como fator determinante a invasão germânica (entre os sécs. V e VIII). Esse período permitiu que o romance em formação no Noroeste da PI continuasse o seu processo de mudança no sentido da deriva latina e da influência das línguas autóctones, como afirma Teyssier (1997, p. 13):

[...] os três séculos entre a chegada dos germanos à Península (409 d.C.) e a dos muçulmanos (711 d.C.) não nos deixaram qualquer documento linguístico. Mas a linha geral da evolução não admite dúvidas. Vê-se acelerar a deriva que transformará o latim imperial em proto-romance, e aparecerem certas fronteiras linguísticas. Uma destas fronteiras é a que vai separar os falares ibéricos ocidentais, donde sairá o galego-português, dos falares do Centro da Península, donde sairão o leonês e o castelhano.

Com a invasão árabe em 711, mais uma vez a Península Ibérica vivencia uma situação de contato linguístico que terá reflexos importantes, sobretudo, sobre o léxico comum.

Dentro desse cenário de múltiplas influências para a formação da língua portuguesa, o nome próprio atribuído às pessoas simboliza claramente essas trocas culturais que, naturalmente, refletem trocas linguísticas. O avanço do Império favoreceu, por exemplo, o surgimento de zonas militares e, muitas delas, *a posteriori*, transformadas em colônias, foram formadas por veteranos de guerra, oportunizando o casamento entre romanos e mulheres autóctones. Dessas uniões surgiram filhos e filhas e a eles e a elas foram atribuídos nomes após o nascimento.

Antropônimos *romanos* ou *celtas*? Antropônimos *romanos* ou *iberos*?

As respostas a essas perguntas estão relacionadas com a forte influência do Império sobre as sociedades dominadas e a sua gradativa diminuição com o passar dos séculos. Fazendo um paralelo com o *corpus* da pesquisa, tem-se, por exemplo, o requerente *Artur Manoel dos Passos*, situado na década de 1890, cujo prenome, para Nascentes (1952), é de origem *celta*. Seu significado, segundo o autor, vem da junção de dois itens lexicais do velho

céltico *arto-gourios*, de *artos*, que significa "urso", e *gourios*, que significa "nobre" ou então, do céltico *art* (urso) e *ur* (grande), resultando em "grande urso" ou "nobre urso". O próprio Nascentes (1952) esclarece que, mesmo havendo alguma variação na interpretação da origem histórica do prenome, parece incontestável a sua origem céltica. *Artur*⁵ ganhou muita notoriedade e passou a ser referência para a atribuição de nomes aos infantes, tanto nos países europeus, quanto em suas possessões coloniais, a partir da divulgação literária do *Rei Artur* e os cavaleiros da *Távola Redonda*, nas lendas do Ciclo Arturiano, que conta a história de *Artur*, seus cavaleiros e a procura do *Santo Graal*. A lenda de *Artur*⁶ está diretamente relacionada com a expansão dos ideais cristãos, pois, no centro da lenda do rei *Arthur*, situa-se a história da procura do *Santo Graal*, o cálice em que *Jesus Cristo* bebeu na Última Ceia e que se propõe (como intento da fé cristã) possuir poderes curativos.

Consolidado no século IV, por ter sido adotado como Religião Oficial de Roma, no século V, século das histórias arturianas, o Império Romano já em plena decadência, o Cristianismo estava sólido e em processo de expansão. É a partir do século V, começo da Idade Média, que a Igreja Católica passa a ocupar um lugar de destaque na sociedade feudal, como grande proprietária de terras, títulos e, junto ao poderio financeiro, também princípios ideológicos que irão ser a base do pensar e da conduta de grande parcela da população da época.

⁵ No *Jusbrasil*, o antropônimo *Artur* aparece com grande frequência ocupando principalmente a primeira posição da frase antroponímica, a exemplo de *Artur Carvalho Filho* e *Artur Cavalcanti Vasques*, e, com menos frequência, mas também com ocorrências registradas, ocupando a segunda posição, a exemplo de *José Artur de Oliveira* e *José Artur Ribeiro Guimarães Neto*.

⁶ Os outros personagens também aparecem, de forma mais modesta, como sobrenomes, a exemplo de *Merlin*, com *João Gabriel Merlin*, *Jorge Merlin* e *Marília Merlin*; também *Lancelot*, com *Fabio Lancelot* e *Sofia Lancelot*. Junto a esses, tem-se também a Rainha *Guinevere*, esposa de *Artur* (e possível amante de *Lancelot*), ocupando, assim como *Artur*, a primeira e segunda posições, como em *Guinevere do Nascimento Tavares*, na primeira posição, e *Ladi Guinevere Alves Barreto*, na segunda posição da frase antroponímica.

O prenome *Artur* mostra que o patrimônio antroponímico do português foi moldado através de origens diversas, do contato, e foi esse mesmo contato entre línguas o responsável por mudanças significativas nas práticas de nomeação dos romanos, tanto isso é verdade que, como explicado nos capítulos anteriores, o sistema antroponímico latino clássico sofreu transformações e deu espaço para outras formas de nomeação.

Das relações sócio-culturais com os povos germânicos, outras formas também foram surgindo, como explica Piel (1960), ao dizer que uma razoável contribuição germânica foi acrescida ao léxico antroponímico latino.

Fazendo novamente um paralelo para o *corpus* do Livro, tem-se *Bernardino João de Freitas*, da mesma década de *Artur*, exemplo citado anteriormente. *Bernardino* é o diminutivo de *Bernardo*, antropônimo formado através do processo morfológico de formação de novas palavras, através de afixos, com o acréscimo do sufixo -INO, via de criação de novos nomes bastante produtiva na língua portuguesa. Já *Bernardo*, segundo Nascentes (1952), vem do germânico *Bern*, variante de *Ber*, urso, e *Ardo*, de *Hart*, forte, urso forte ou forte como um urso.

O exemplo mostra que a antroponímia latina foi paulatinamente sendo reformulada, com a entrada de outros povos em suas fronteiras. *Bernardino* já é o diminutivo de *Bernardo*, fruto da criatividade dos falantes no entrecruzar de suas relações sociais.

Trazendo para o século XIX, *Bernardino* é um nome tradicional catalogado nas obras dicionarísticas, no entanto, como todo recorte de análise deve ser situado no tempo, *Bernardino*, em algum momento do passado, surgiu da criatividade comunicativa, através dos processos mórficos de criação de novos itens, isto é, surgiu como um *neologismo* a partir do antropônimo *Bernardo*, já consolidado na cultura àquele tempo.

Considerando os dados, tem-se também o requerente *Feliciano* que, segundo Nascentes (1952), deriva de *Felício*, que, por sua vez, vem do latim *Felix*, -icis, através do acréscimo do sufixo -io. Desse modo, observa-se um processo de formação de palavras através da

sufixação, inicialmente, com o sufixo *-io*, a partir de *Felix*, dando *Felício*, e, posteriormente, através do acréscimo do sufixo *-ano*, com o surgimento de *Feliciano*, a partir do antropônimo *Felício*. Em síntese, de *Felix* até *Feliciano*, observa-se um processo dinâmico de surgimento de novos antropônimos devido à mutabilidade constante das línguas, acionando processos genolexicais próprios decada sistema linguístico.

Veja-se a seguinte frase antroponímica situada na década de 1870: *Faustiniano Fernandes de Oliveira*, analisando as informações de Nascentes (1952), tem-se *Faustiniano* como um prenome vindo do latim *Faustinianu*, que, segundo o autor, é derivado de *Faustinu*. Dando um passo mais atrás no processo de mudança, tem-se *Faustinu* que, por sua vez, foi derivado de *Faustus*. Portanto, vê-se que o processo de sufixação para a formação de antropônimos remonta à tradição latina.

Aqui, deve-se dar um destaque especial para o sufixo *-ano* por ser bastante produtivo na língua portuguesa, quer em nomes considerados tradicionais, quer em nomes neológicos, como de fato se pode observar em muitos dos prenomes dos candidatos a sócios da SPD.

Observa-se que, nesse processo de constituição histórica do português, os itens lexicais, inclusive os antropônimos, provenientes do latim, não entraram na língua da mesma forma e no mesmo período. Parte deles invadiu o português muito depois da extinção da língua latina, já no período dos romances, época em que não se podia falar em população latina, população hispano-romana ou população hispano-goda. No dizer de Piel (1991, p. 9):

O léxico de uma língua de civilização como a língua portuguesa é um organismo vivo, extremamente complexo na sua composição, pois resulta de um trabalho multissecular de elaboração e de seleção, cujos princípios se situam bastante para além da época em que o português se manifesta como instrumento literário nos primeiros documentos escritos (cerca de 1200).

No caso dos antropônimos, considerando o surgimento da língua portuguesa, a partir do latim, no processo diacrônico das mudanças, é muito interessante a veracidade dessas constatações

com o declínio do Império e a entrada em cena de novas culturas. Após as invasões germânicas e o passar dos séculos, até a formação das línguas românicas, ficou cada vez mais comum um filho nascido de pais germânicos receber um nome de origem latina. Da mesma forma, nomes germânicos passam a fazer parte do cotidiano das famílias da Península Ibérica, pois, com a invasão árabe, consolidou-se a solidariedade hispano-goda, sob o pano de fundo religioso. A oposição entre mouros (islâmicos) e hispano-godos (cristãos) fez com que a população da Península Ibérica comesasse, a partir do século IX, a atribuir, com mais frequência, nomes da tradição germânica a seus descendentes, uma forma de legitimar o poder de resistência aos mouros.

No *corpus* da pesquisa, como já exemplificado anteriormente, uma boa parte dos prenomes dos candidatos a sócios da SPD são etimologicamente de origem germânica. O prenome *Francisco*, por exemplo, muito presente no *corpus*, vem, segundo Nascentes (1952), de *Franciscu*, latinização do Germânico *Frankishc*, formado de *Frank*, franco, e do sufixo *isk*.

Mais esclarecedor ainda das novidades que vão surgindo é o prenome do candidato a sócio chamado *Clarimundo* que, segundo Nascentes (1952), é um hibridismo formado de elemento de origem latina (*Clari-* de *clarus*, a, um) e de elemento da língua germânica (*-mundo* do ger. *munt/mund*).

Estamos falando de tradição, obviamente, mas, como a vida é dinâmica e a língua também, as tradições aqui estão se misturando, se amalgamando e dando espaço para o novo. Olhando o nome *Clarimundo*, deve-se considerá-lo um prenome tradicional, quando o enquadrarmos na análise etimológica dos candidatos a sócios da SPD, contudo, há que se admitir que sua criação – da fusão entre elementos de origens distintas – aponta para o caráter inovador que a antroponímia apresenta mesmo dentro da tradição, isto é, ainda que não se tenha a datação acerca de seu étimo, deve-se admitir que quando foi criado esse era um elemento neológico no sistema antroponímico que passou a integrar.

O português de Portugal herdou uma tradição de nomear trazida de seus antepassados. No entanto, pela mobilidade populacional e os novos contatos estabelecidos, novas tradições também vão surgindo, em um contínuo enrolar e desenrolar das relações sociais.

Fernão de Oliveira, primeiro gramático da língua portuguesa, com seu olhar lúcido sobre o português e sobre a mudança, percebeu logo o surgimento de novidades na língua, chamando os itens lexicais de “dições” e considerando que algumas “nasceram entre nós ou são já tão antigas que não sabemos se vieram de fora”. Outras são “alheias”, isto é, são empréstimos. Ainda há outras que são novas.

É assim o léxico. Um produto cultural de extrema mobilidade. Quando uma sociedade muda algumas de suas características, esse fato refletirá naturalmente na língua. Nas palavras de Faraco (1991, p. 57) “as línguas estão envolvidas num complexo fluxo temporal de mutações e substituições, de aparecimentos e desaparecimentos, de conservação e inovação”.

Pegando a última palavra do referido autor, *inovação*⁷, tem-se uma ideia dessa dinamicidade na língua, principalmente no léxico e, mais especificamente, nos nomes atribuídos às pessoas.

Os antropônimos, puxando a reflexão para Câmara Jr. (1965)⁸, utilizados para nomear os membros de uma determinada sociedade fazem parte de um subsistema especial do léxico que, com sua dinamicidade, potencializam esse seu caráter dinâmico e são especialmente importantes por refletir aspectos das relações sociais e culturais em que estão envolvidos.

⁷ Os dicionários etimológicos dedicados à onomástica aqui consultados, mais especificamente Nascentes (1952) e Machado (2003), não trazem, de forma sistemática, informações acerca de datação. A título de esclarecimento, a Onomástica estuda os nomes próprios e compreende várias subdivisões, como a antroponímia (nomes de pessoas), a toponímia (nomes de lugares), a astronímia, a mitonímia, em uma vasta gama de análises linguísticas.

⁸ Transcrição atualizada do original de 1536, com base na Edição Crítica, Semidiplomática, de Torres e Assunção, p. 280.

Levando por essa linha de raciocínio, estudar esses itens lexicais especiais, isto é, os nomes próprios de pessoas, é estudar a própria sociedade da época em questão, pois, o patrimônio lexical de um povo explicita nitidamente suas peculiaridades culturais, já que esse nível da língua tem o condão de refletir sobre as crenças e valores de uma dada comunidade.

Recuperar o léxico é resgatar a história das comunidades linguísticas no entrelaçar de suas relações sociais, já que o léxico é onível da língua mais vulnerável às transformações da sociedade. Na opinião de Biderman (1998, p. 11):

O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. (...) ao nomear, o indivíduo se apropria do real como simbolicamente sugere o relato da criação do mundo na Bíblia, em que Deus incumbiu ao primeiro homem dar nome à toda a criação e denominá-la. A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras.

Várias motivações podem interferir na composição do legado lexical de uma determinada língua. Através desse espólio é possível entender um pouco mais sobre a história de um povo, já que se podem depreender os valores sociais e sua acomodação no decorrer dos séculos. Os prenomes atribuídos aos candidatos a sócios da SPD não fogem a essa lógica histórica.

Então, que se busque conhecer mais de perto esses prenomes e suas histórias e é com isso que as próximas seções desse estudo visam contribuir.

6.3 O QUE NOS DEIXAM VER OS NOMES DE NEGROS⁹ NA BAHIA DE OUTRORA

Tomar como *corpus* os antropônimos, mais especificamente os prenomes, registrados nos requerimentos da SPD é apostar que a pluralidade de sujeitos, no recorte temporal selecionado, será capaz de refletir aspectos essenciais sobre a constituição histórica dessa comunidade e apostar que a descrição do quadro geral acerca da nomeação dessa população, constituída de *negros*¹⁰ na Bahia do século XIX, poderá ser um contributo para a compreensão da formação sócio-histórica da antroponímia brasileira.

Como pontuou Hébrard (2000), os africanos trazidos para as colônias sofriam o apagamento de seus nomes de origem e, por conta disso, recebiam novos nomes da tradição antroponímica portuguesa de base latina e grega, fortemente influenciada por uma orientação religiosa de cunho judaico-cristã e pelas contribuições legadas pelo sistema antroponímico germânico. Tem-se aqui um processo de violência simbólica, incidindo sobre a cultura linguística, uma vez que a desapropriação dos nomes das pessoas trazidas para cá (para serem escravizadas) era um importante mecanismo de sujeição dos indivíduos aos valores culturais impostos pelo colonizador branco e cristão.

Os candidatos a sócios da SPD são partícipes desse processo que incide sobre o apagamento de seus nomes africanos. Então, um olhar sobre o cenário geral dos antropônimos registrados nos requerimentos reflete mais o processo histórico de constituição do léxico antroponímico do português, com a presença de nomes de origem ibérica, latina, grega, hebraica, germânica, entre outras, do

⁹ O termo *negro* vem aqui empregado com o sentido de não-branco, como usa Lobo (2001) e visa dar conta do quadro geral étnico de uma Bahia em franco processo demiscigenação.

¹⁰ Nos requerimentos, na parte em que é informada a cor do requerente, têm-se as expressões *Preta* e *Crioulo*, necessariamente nessa ordem de ocorrência nos requerimentos, além das expressões *Escura* e *Cidadão de cor*, com apenas uma ocorrência para cada uma delas.

que a cultura relativa à origem desses indivíduos – cultura essa completamente apagada, nesses dados, uma vez que não foi encontrado um registro sequer de prenome, sobrenome ou apelido que remetesse às línguas africanas.

No século XIX, especificamente, por conta do próprio processo de mudança no sistema escravocrata, esses antropônimos foram transferidos para os requentes da SPD, homens livres, diga-se de passagem, já que a irmandade não admitia a entrada de escravizados para a composição de seu quadro de sócios.

Além da proibição de escravizados como sócios da irmandade, a partir de 1835, devido a fatores políticos ocorridos na capital, passou-se também a determinar que só poderiam requerer filiação à sociedade “crioulos, negros nascidos no Brasil”. Como bem considera Oliveira (2006), essa mudança nas orientações da SPD poderá ter relação com o cenário repressivo que incidiu sobre a população de origem africana após a *Revolta dos Malês*:

Não passariam incólumes às medidas repressivas também as irmandades negras de composição africana. Nesse caso, estava a SPD. Observe-se que o documento através do qual o seu membro-fundador, Manuel Vítor Serra, define a Sociedade como uma irmandade composta por crioulos – negros nascidos no Brasil – foi escrito em 29 de março de 1835, dois meses após o levante dos malês, época em que a ‘caça às bruxas’ estava em seu auge. [...] No entanto, não seria desarrazoado propor que, como medida de precaução, ou, quem sabe, por imposição, a SPD tenha mudado, a partir de 1835, o perfil dos seus membros, quanto à origem, por conta das perseguições havidas na cidade de Salvador, após o levante (OLIVEIRA, 2006, p. 162).

Pretendeu-se, então, fazer uma investigação acerca de dados até fins do século XIX, para verificar se há mudança no perfil da nomeação entre essa população, principalmente, considerando o momento histórico em que se decreta a abolição da escravatura (1888) e se inicia a trajetória de descendentes de escravizados na formação de uma classe social livre, mas profundamente discriminada e injustiçada. Especificamente sobre os nomes registrados nos requerimentos, os dados revelaram, como já inicialmente apontado, que a difusão da antroponímia tradicional

portuguesa terá quase uma absoluta preponderância no perfil etimológico dos antropônimos empregados.

Dizemos quase totalmente porque é preciso considerar que a história dos nomes de africanos e afrodescendentes no Brasil ainda apresenta mais lacunas do que informações precisas. Por exemplo, João José Reis, em seu livro *Rebelião escrava no Brasil, A história do levante dos malês*, liderada por Manuel Calafate, em 1835, cita documentação em que são encontrados registros de nomes de africanos islamizados ou muçulmanos envolvidos no confronto, dentre eles, percebe-se a presença de uma antroponímia não totalmente relacionada com a tradição portuguesa, como, por exemplo, o caso dos escravizados *Ahuna* e *Pacífico Licutan* ou do liberto nagô *Ajadi Luís Doplê*. Inclusive, na língua *Iorubá*, os muçulmanos eram chamados de *imalês*, no entanto, com o processo de aportuguesamento da palavra, passaram a ser chamados de *malês*. Puxando para a atualidade, em 2024, o nome da *Ladeira da Praça* foi substituída para *Ladeira Revolta dos Malês*. localizada entre a Rua da Misericórdia e a Av. J. J. Seabra (Baixa dos Sapateiros).

Esses casos demonstram que, em algum momento da história da nomeação de africanos no Brasil, nomes de outras tradições, que não a lusitana, circularam pela Bahia. Esse aspecto certamente demanda maiores investigações, que, nesse estudo, limitado aos requerimentos da SPD, não será possível empreender.

Em relação aos dados aqui investigados, é importante dizer que, ao lado dos nomes tradicionais, verificou-se a ocorrência de 22 nomes inovadores. Embora as inovações sejam, sobretudo, de natureza fônica, incidindo sobre nomes tradicionais – em que pese o fato de ser esse ainda hoje um mecanismo bastante utilizado para a criação de novos antropônimos, como ocorre em, por exemplo, *Tiego* e *Ingrit* (a consoante surda /t/ sendo empregada no lugar da sua homorgânica sonora /d/) –, considerou-se importante tratar desses casos particularmente, uma vez que uma das hipóteses aventadas para o surgimento dos neologismos na antroponímia brasileira é a de que esse fenômeno tenha se iniciado entre finais do século XIX e início do século XX e que ele se tenha originado em

classes sociais menos favorecidas economicamente, já que o perfil antroponímico das elites parece ter sido, ao longo da história da língua portuguesa no Brasil, bastante conservador.

Assim, pode-se tomar como ponto de referência para possíveis mudanças no perfil de atribuição do nome próprio o término da escravidão, no final do século XIX, com um Brasil republicano e cada vez mais desvinculado da antiga metrópole, fato que favoreceu a entrada do país no século XX com novos padrões de conduta, sendo, possivelmente, nesse período que se dá uma maior liberdade e uma maior permissividade para o uso da criatividade na atribuição do nome.

A quebra das relações escravagistas relaciona-se, dentro dessa lógica, às experiências vivenciadas por ex-escravizados e seus descendentes, como um período de mudanças na intermediação entre dominador e dominado. Segundo Albuquerque (2009), a abolição, mesmo não se tratando de uma ruptura radical, não representou somente o fim de uma relação de propriedade, mas também a perda das referências fundamentais na constituição da identificação de escravizados e seus senhores.

Assim, no que diz respeito ao nome como algo que situa o indivíduo no grupo, o reconhecimento da nova condição social de livre passava pela urgente necessidade de novas identificações.

Como, nos documentos oficiais, os nomes de escravizados eram apresentados de forma inferiorizada, com apenas o prenome, a partir da efetivação da liberdade, muitos ex-escravizados¹¹ batalharam pelo reconhecimento de seus sobrenomes. Assim, aquele indivíduo detentor de apenas um prenome e, nesse caso, sem sobrenome, passou a lutar para que fosse reconhecido com igualdade no meio da população, minimizando algumas das tristes marcas deixadas pela escravidão.

¹¹ Muitos escravizados islâmicos foram trazidos e comercializados na Bahia. O estudo de Reis (2003) sobre a *Revolta dos Malês* na Bahia em 1835 demonstrou que vários desses escravizados eram alfabetizados e outros conheciam os ensinamentos do Corão, fatos que contribuíram para um maior desempenho dos atuantes no Levante.

O curioso é que muitos dos escravizados que, posteriormente, foram libertos atribuíam os nomes dos ex-senhores aos seus descendentes, principalmente, aqueles nomes representantes das famílias mais abastadas e proprietárias de grandes levas de escravizados.

Esse fato é interessante também por ser uma das possíveis explicações para o significativo número de ocorrências de nomes duplos no *corpus*. A condição de ex-escravizado colocava o indivíduo, pelo menos, teoricamente, em uma outra situação dentro da comunidade e umas das estratégias para marcar esse novo lugar social era acrescentar a seu primeiro prenome o nome de seu ex-senhor (pela conquista da carta de alforria, por exemplo) ou de algum outro personagem partícipe daquele processo de mudança no *status* social.

Não é necessário ir tão longe para se ter a mesma comprovação cíclica da história, em suas idas e vindas. Segundo Oliveira (2012), em texto intitulado *Nomes próprios: formando palavras e ideias*, publicado nos Anais do XVI CNLF, no Rio de Janeiro, é notória a tendência das camadas menos favorecidas financeiramente atribuírem prenomes ditos tradicionais para os seus filhos, principalmente, aqueles que trazem características que os incluem em camadas sociais consideradas mais abastadas financeiramente. Como a desigualdade social no Brasil vem de muito longe e as classes mais ricas, compostas de pessoas brancas, em sua maioria, conservaram esse poderio econômico no passar das gerações, conservaram também a própria tradição de atribuição de nomes aos seus herdeiros.

É importante observar que esses nomes pertencentes aos senhores (portugueses e seus descendentes) contribuíram para perpetuar a tradição de nomeação trazida de Portugal. Não é por acaso que a maioria dos nomes presentes nos requerimentos segue o perfil trazido pela tradição lusa.

É lógico que, com o passar do tempo e todas as mudanças que vão ocorrendo na sociedade, começa também a ocorrer um gradual distanciamento do padrão português, com a *incorporação inovadora* de nomes de outras origens, com o grande número de imigrantes vindos para cá entre os séculos XIX e XX. Além da criação de novos nomes

através dos processos fonéticos (mataplasmos) ou morfológicos de criação de palavras disponíveis na própria língua.

Essa mudança de perfil, como não poderia deixar de ser, não foi diferente com os candidatos a sócios da SPD, ao longo das décadas. Os neológicos, isto é, esses novos prenomes vão surgindo nas listas de sócios gerando uma lenta fissura na tradição.

Uma lentíssima fissura, diga-se de passagem, pois a maioria esmagadora dos prenomes encontrados nos dados aqui analisados é tradicional, mas, considerando a relevância dos prenomes neológicos na tradição brasileira, seria imprudente e contraproducente deixar de lado esses dados, ainda que em número limitado.

6.4 INDIVÍDUOS À MARGEM, NOMES AO CENTRO: A HERANÇA PORTUGUESA NOS NOMES DE NEGROS DA SPD

Como estratégia para a apresentação dos dados, partiu-se daquilo que estava posto, isto é, da tradição, para, em um segundo momento, apresentar o novo, ou seja, os antropônimos que, por diversos aspectos a serem abordados, podem ser considerados como neológicos.

Dessa forma, no que tange aos antropônimos analisados no *corpus*, apurou-se, nas décadas examinadas, um total de 620 frases antroponímicas. De pronto, uma observação é necessária: o número de requerentes foi 620, mas o número de prenomes analisados foi um pouco maior. Essa informação parece confusa, mas é bastante simples. Dentro dessas frases aparecem os já referendados nomes duplos e até triplos, a exemplo de *Ricardo José Inácio*, situado na década de 1880. Para a análise dos antropônimos, quanto ao seu caráter tradicional, optou-se por analisá-los pelo viés etimológico, assim, cada um dos prenomes constitutivos de frases antroponímicas mereceram análises individuais, aumentando o número total para 649 prenomes considerados.

O Prenome *Avelino*, por exemplo, acontece no *corpus* em várias posições, como primeiro elemento, a exemplo de *Avelino Mares de Sousa*, na segunda posição, a exemplo de *André Avelino Alves dos*

Santos, até na terceira posição, a exemplo de *João Gualberto Avelino*. Da mesma forma, têm-se o prenome *Xavier*, ocupando a primeira posição, a exemplo de *Xavier Fernandes Galiza*, na segunda posição, com *Francisco Xavier de Assis* e *José Antonio Xavier de Jesus*, com o prenome *Xavier* ocupando a terceira posição.

No entanto, alguns outros prenomes não acontecem na primeira posição da frase antroponímica, a exemplo de *Fernando*, antropônimo muito comum na sociedade brasileira, a exemplo do requerente *João Fernando do Sacramento*, da década de 1880, e *Eugênio Fernando da Costa*, da década de 1890, mostrando a posição de *Fernando* apenas como segundo elemento do nome duplo. Tem-se também *Geraldo*, prenome recorrente em nossa sociedade e que só ocorre no *corpus* ocupando a segunda posição, como na frase antroponímica dos requerentes *Lucas Geraldo das Mercês*, da década de 1850, e *Daniel Geraldo Tavares*, da década de 1870. Junto a esses, tem-se o prenome *Diogo* que só aparece na segunda posição do nome duplo, a exemplo de *Gregório Diogo de D. Rosa* e *Juvêncio Diogo de Sta. Anna*.

Outro antropônimo bastante comum e que aparece no *corpus* apenas como segundo elemento é *Roberto*, como ocorre em *José Roberto Botelho*, da década de 1860. Da mesma forma, não se pode deixar de analisar o prenome *Zacarias*, ocorrendo apenas na segunda posição, no nome do requerente *João Zacarias Quirino*, da década de 1870, pois, é um prenome comum na sociedade brasileira. Por esses poucos exemplos trazidos, nota-se, de pronto, que são nomes tradicionais¹², ocupando a segunda ou terceira posições na frase antroponímica dos requerentes, ao lado de prenomes também tradicionais.

Quando, no título dessa seção, se dispõe os nomes dos indivíduos ao centro em oposição ao lugar de marginalidade em que se dá a sua inserção social, pretende-se enfatizar o preponderante e contundente caráter tradicional da nomeação dos afrodescentes na

¹² Segundo Nascentes (1952), os prenomes *Fernando*, *Geraldo* e *Roberto* têm suas origens etimológicas no Germânico; *Diogo* no Latim e *Zacarias*, no Hebraico, confirmando a herança da tradição portuguesa também nesses prenomes de segunda e terceira posições na frase antroponímica dos requerentes.

SPD ao longo do século XIX. Isso revela não apenas o processo de apagamento dos nomes africanos durante a escravidão, como bem demonstra Hébrard (2000), mas também um enraizamento mais profundo do processo de dominação cultural.

Assim, no quadro geral da antroponímia de africanos e seus descendentes da SPD, o que se observa destacadamente é a larga difusão da tradição lusitana.

Antes, porém, de se passar ao empreendimento de análise dos dados, é preciso deixar claro, em face dos debates acerca do tema, em que perspectiva se compreende a origem e étimo de um nome.

Na tradição linguística, o termo étimo tem sido tomado sob duas perspectivas que se distinguem pela focalização acerca da língua fonte ou da língua alvo. Quando se buscar estudar a etimologia tendo como foco a língua fonte, vai se apontar como étimo de uma palavra a língua em que a palavra foi originalmente registrada/criada – em que pese o fato de que, para se considerar essa primitividade, será necessário levar em conta, além da documentação escrita remanescente, a eventual reconstrução de fases não-documentadas, que deverá considerar as características linguísticas das épocas que constituem o intervalo histórico entre o étimo e a palavra investigada, como quer Viaro (2011); assim, podemos dizer que uma determinada palavra tem étimo latino e que, por sua vez, essa mesma palavra tem uma raiz indo-europeia, nesses casos, lida-se com as noções de verificação e datação em documentação remanescente, mas também com as possibilidades advindas das reconstruções, não-comprováveis em textos.

Por seu turno, quando se toma por foco a língua alvo, busca-se entender a etimologia através do contato linguístico, isto é, passa-se a considerar como étimo a língua imediata de que veio a palavra. Diante dessas duas perspectivas, pode-se entender como étimo o idioma que cunhou a palavra ou o idioma que serviu como mediador para a proliferação e penetração dessa palavra. Nas palavras de López:

[...] Propõe-se distinguir entre o chamado ‘étimo último’ e ‘étimo imediato’
a) étimo último: seria o que originariamente se mistura uma língua, como, por exemplo, o latim, o grego, o alemão, o francês, o inglês... Para o caso espanhol numerosas vozes consideradas anglicismos têm sido apontadas pelo inglês, porém, este as tem tomado, por sua vez, de alguma outra língua;
b) étimo imediato, seria a língua que se mistura diretamente ao empréstimo de uma outra (LÓPEZ, 1995, p. 25).

Assim, estudos voltados para a etimologia tomando como base a língua fonte são bastante prolíficos nos estudos linguísticos no Brasil.

Pode-se encontrar estudos sobre as palavras de origem árabe em Maranhão (2012, 2013), Rodrigues (2016), sobre galicismos no Brasil, em Rosa (2013), – só para citar alguns trabalhos acadêmicos recentes. Por sua vez, quando se abordam anglicismos, tem-se o trabalho de Mora Neves (2004), e, nesse caso, é bastante comum que se tome como foco o contato cultural entre os Estados Unidos da América e o Brasil, não tendo como enfoque o fato de que muitas palavras que vieram do inglês são, por sua vez, originárias de outros idiomas.

Desse modo, o verbo *deletar*, por exemplo, tem geralmente seu étimo informado a partir do enfoque na língua alvo, como no *Aulete Online*: [F.: Adaptç. do ingl. (to) delete, 'eliminar', este do part. pass. deletus, a, um, do lat. delere (> port. delir). Considere-se, contudo, que seja qual for a perspectiva adotada, as informações sobre o percurso podem e devem ser descritas, pois, como afirma Viaro (2011, p. 106): “De qualquer modo, a ETIMOLOGIA¹³, (isto é, o percurso entre o étimo ou a origem e a palavra investigada) pode ser expressa por uma única fórmula: * sânschr. *Çakarā*> ár. *as-sukkar*> açúcar”.

Nesse estudo, será adotada a perspectiva da língua fonte, considerando o étimo como a língua em que primeiro se documentou

¹³ [...] se propone distinguir entre el llamado ‘étimo último’ y ‘étimo inmediato’
[...]

a) étimo último: sería el que originariamente su ministra una lengua, como, por ejemplo, el latín, el griego, el alemán, el francés, el inglés... Para el caso español numerosas voces consideradas anglicismos han aportadas per el inglés, pero este las há tomado, a su vez, de alguna outra lengua; b) étimo inmediato: sería la lengua que su ministra directamente el prestámo a outra (LÓPEZ, 1995, p. 25).

o registro do nome, segundo os dicionários etimológicos consultados – em que pese o fato de que é sabido e se admite, ainda, a existência de muitas imprecisões e equívocos em muitas dessas obras lexicográficas. Assim, será apresentado, a seguir, no próximo tópico, os prenomes arrolados nos requerimentos de filiação da SPD que, segundo o étimo atestado, foram enquadrados como tradicionais, isto é, nomes da tradição antroponímica portuguesa implantada e difundida no Brasil.

Não obstante, pela mobilidade da mudança lexical que sempre apresentou a língua aqui no Brasil, combinações bastante recorrentes de dois nomes tradicionais podem aparecer e, nesse caso, serão considerados como nomes nológicos. Isso acontece porque os nomes próprios podem passar, assim como os nomes comuns, pelos mesmos *processos de formação de palavras da língua*, isto é, por DERIVAÇÃO ou COMPOSIÇÃO.

Derivação é o processo pelo qual de uma palavra surgem outras, ao agregarmos certos elementos. “Tais elementos se chamam prefixos ou sufixos, segundo se coloquem antes ou depois da palavra derivante” (ROCHA LIMA, p. 200, 2005).

Composição é o processo pelo qual se cria uma palavra “pela reunião de dois ou mais elementos vocabulares de significação própria, de tal sorte que o conjunto deles passe a formar um todo com significação própria” (ROCHA LIMA, p. 200, 2005).

7. INOVAÇÕES ANTROPONÍMICAS: OS PRIMEIROS PASSOS DA NEOLOGIA DE NOMES DE PESSOAS NA BAHIA OITOCENTISTA

Nadalin e Mercer (2008) afirmam que a escolha de um nome pode ser entendida como adesão a um grupo, quando ela recai no estoque usual do mesmo, ou de afastamento desse grupo e busca de uma nova identidade social, quando ignora o acervo tradicional. Segundo os autores:

A escolha do prenome certamente não é um ato de absoluta liberdade, pois está ligada ao sistema de parentesco, às regras de transmissão de bens reais e simbólicos, à ação do Estado e da Igreja, às normas do 'jogo social' próprias do grupo de pertencimento, enfim a um 'gosto' vivido como indivíduo, mas socialmente determinado (NADALIN E MERCER, 2008, p.12).

Desse modo, pode-se dizer que os dados analisados, até então nesse trabalho, dizem respeito à confirmação dessa premissa, ou seja, de que recaem sobre os nomes e sobre o ato de nomear muitas imposições sociais e culturais que acabam por determinar os padrões de uso antroponímicos.

Há que se considerar, contudo, que, no *corpus* investigado, existem alguns nomes que divergem do acervo tradicional, seja por variação de natureza gráfico-fônica, seja por variação de natureza morfológica, seja por incorporação de nomes do léxico comum. Saber se essas variações são buscas intencionais de afastamento da tradição difundida já é, contudo, uma resposta difícil de alcançar.

Ao tentar estabelecer uma tipologia para os prenomes, acerca de dados obtidos através do registro de crianças nascidas na cidade de Curitiba entre os anos de 1866 e 1957 na comunidade constituída por imigrantes oriundos da Europa germânica e seus descendentes, Nadalin e Mercer (2008) propõem as seguintes categorias:

-

- Prenomes “germânicos” do estoque imigrante (*Karl, Gustav, Johann; Adelheid, Bertha, Marie*).
- Prenomes flexíveis do estoque imigrante, etnicamente marcados(*Arthur, Julius, Louis; Charlotte, Christine, Ellen*).
- Prenomes flexíveis do estoque imigrante, etnicamente não-marcados (*Daniel, David, Oscar; Alice, Anna, Maria*).
- Prenomes fantasiosos, resultantes de má grafia ou de simples invenção, com base no estoque imigrante (*Amand, Bentham, Kratt; Alberte, Erwine, Grunhild*).
- Prenomes fantasiosos, resultantes de má grafia ou de simples invenção, com base no estoque teuto-brasileiro (*Alarich, Karlos, Kratt; Edelsore, Guerrit, Rommy*).
- Prenomes “germânicos” do estoque teuto-brasileiro (*Ronald, Uwe, Walfried; Karin, Edda, Inge*).
- Prenomes portugueses correspondentes a prenomes germânicos (*Carlos, Gustavo, João; Adelaide, Edithe, Luiza*).
- Prenomes flexíveis do estoque teuto-brasileiro, etnicamente marcados (*Boris, Harry, Marcus; Brigitte, Emily, Margot*).
- Prenomes flexíveis do estoque teuto-brasileiro, etnicamente não-marcados (*Felix, Levi, Nelson; Claudia, Carmem, Esther*).
- Prenomes do estoque brasileiro (*Cláudio, Mauro, Sílvio; Adelina, Cidália, Roseli*).
- Prenomes fantasiosos, resultantes de simples invenção, com base no estoque brasileiro (*Aldinar, Diloir, Glaucon; Aglásia, Eloylia, Sileze*) (NADALIN E MERCER, 2008, p. 13).

Observe-se que nesse conjunto figuram categorias descritas por eles – *Mercer*, linguista e *Nadalin*, historiador, como prenomes fantasiosos, resultantes de mudança na grafia ou de simples invenção. Assumindo que a essa categoria correspondem os prenomes que aqui se denomina de neológicos, é importante ressaltar a interpretação de que, em alguns casos, a inovação ou invenção se dá por alteração na grafia do nome. Esse foi justamente o aspecto mais ressaltado nos nomes considerados neológicos nos dados dos requerimentos da SPD.

Há que se considerar, todavia, que seja qual for a forma como se impõe a inovação, do ponto de vista histórico, os antropônimos neológicos da SPD aparecem como todo nome novo surge nos idiomas.

É a língua em seu constante processo de mudança, apesar de, aparentemente, nós, como falantes, não percebermos sua gradual transformação ao longo do tempo. Isso acontece devido à própria necessidade de manter o entendimento na comunicação, as mudanças são lentas e pontuais, sem transformações bruscas, para conservar a linearidade e o entendimento entre os indivíduos.

Meus orientandos *Leandro Pereira da Silva* e *Ronaldo Araújo Santos*, atualmente, Pós-Graduados (LATO SENSU) em *Gramática, Produção e Revisão de Textos* pelas *Unidades e Ensino Superior do Sertão da Bahia* (UESSBA), *Campus - Irecê*, pesquisaram sobre alguns desses fenômenos na novela *Velho Chico* criada por *Benedito Ruy Barbosa* e escrita por *Edmara Barbosa* e *Bruno Luperi*. A trama inicia-se no final da década de 1960, quando o personagem *Afrânio* é obrigado a retornar de *Salvador* para a *fictícia cidade de Grotas de São Francisco*. Na pesquisa foi trabalhada a diversidade linguística existente, com foco na fala dos personagens, mostrando como as construções vão se modificando ao longo do tempo com os falares do povo e o contato com culturas diferentes. Pela análise dessa oralidade, os pesquisadores perceberam essas transformações através de fenômenos bastante presentes e comuns na língua portuguesa. A *palatalização*, a *supressão*, a *dupla negação*, dentre outros fenômenos presentes na língua portuguesa apropriados para serem trabalhados em sala de aula, na perspectiva da variação linguística.

Mesmo com a sensação de imutabilidade, é ponto vencido hoje entre os estudiosos da Linguística o fato de que todas as línguas mudam com o passar do tempo e que essa mudança está diretamente relacionada com as necessidades comunicativas de seus falantes. Aqui é fundamental fazer referência a *Antoine Meillet* (1938), por argumentar que as mudanças estão relacionadas com as transformações intelectuais, sociais e econômicas daquela dada sociedade.

Os novos itens lexicais vão surgindo na língua por conta dessa necessidade sempre urgente de comunicação e entendimento daquilo que é dito. Assim, dentro do que já existe em cada idioma,

os falantes vão usando os recursos pertencentes ao sistema linguístico e adequando-os às situações inusitadas a que as pessoas são expostas cotidianamente. Como aluno de *Saussure* (Ferdinand de Saussure), Meillet (1938) dá um passo importante nos estudos linguísticos, ao destacar que a linguagem é um fato eminentemente social, já que a história das línguas é inseparável da história da sociedade.

É essa constante necessidade de se comunicar e, ao mesmo tempo, a também constante adaptação à dinamicidade lexical que fazem surgir novidades na língua. Os antropônimos não fogem a essa regra.

Fazendo um recorte temporal para o século XIX, mais especificamente para os prenomes dos requerentes a sócios da SPD, constatou-se a presença de uma maioria esmagadora de antropônimos tradicionais, resultado naturalmente esperado, pelas razões históricas e culturais já apresentadas no corpo deste Livro. No entanto, dentre os prenomes analisados, alguns foram identificados como neológicos. Primeiro, por não seguirem a tradição, como era de se esperar para a época, e, segundo, por não estarem catalogados em obras dicionarísticas consideradas de relevo, como as de Antenor Nascentes, de 1952, e de José Pedro Machado, de 2003. Esses poucos nomes, considerando o montante presente no *corpus*, representam o novo, um rompimento com o que já está pré-estabelecido, fruto do processo de mudança que a língua portuguesa vem sofrendo desde o começo da colonização, quando foi transplantada para cá, e que perdura, sem freios, até os dias atuais.

Antes, contudo, de iniciar o estudo dos prenomes considerados neológicos nos dados e começando do começo e considerando essa gradual mudança no português brasileiro, especialmente naquilo que foi sendo alterado na tradicional prática de atribuição de nomes próprios, é relevante destacar um aspecto inovador nas frases antroponímicas presentes no *corpus*. Notou-se, de pronto, a inserção de alguns *sobrenomes inovadores*.

Tem-se como exemplo ilustrativo e como a primeira a ser destacada a frase antroponímica: *João de Oliveira Brasileiro*,

requerente situado na década de 1850, apresenta como um dos elementos formadores de seu sobrenome *Brasileiro*, item lexical que já traz para a frase antroponímica uma característica particular, apresentando um pouco de aproximação desses antropônimos para a realidade do país. *João* é um prenome cristão, logicamente. O prenome mais usado em terras portuguesas e muitíssimo comum também aqui no Brasil. Então, tem-se *João de Oliveira*, cumprindo os ditames da tradição. O foco de estudo é o prenome, como já observado, no entanto, pela peculiaridade de alguns sobrenomes, a exemplo de *Brasileiro*, achou-se importante fazer uma referência particular, fato que acontece em várias partes do livro.

É a inclusão do sobrenome *Brasileiro* que trará um traço diferenciador e inovador. Embora o nome *Brasileiro* seja inovador no quadro antroponímico difundido no Brasil, o uso de topônimos como sobrenome¹⁴ não é nenhuma novidade.

Segundo Irani Sacerdote de Souza Silva, em sua *Discertação de Mestrado*, defendida em 2013, intitulada *Antroponímia do português arcaico: um estudo linguístico e sócio-histórico de sobrenomes*, entre os séculos XI até século XV, utilizou-se, em Portugal, um sistema antroponímico caracterizado pela existência de dois nomes: um nome próprio individual e mais um patronímico

¹⁴ O sobrenome *Oliveira* é muito difundido em Portugal e tem origem toponímica. Trazido posteriormente para o Brasil, esse sobrenome (apelido para a realidade antroponímica lusa) tem procedência geográfica, uma vez que *Oliveira* está relacionado com o plantio da azeitona (oliva) e produção do óleo de oliva. O item lexical, segundo Nascentes (1952), vem do latim e significa “árvore que produza oliva”. Em Portugal, o nome foi originado em Paço de Oliveira, na *freguesia de Santa Maria de Oliveira*, Arcos de Valdevez. O sobrenome identifica esta família devido ao fundador deste tronco familiar possuir, na época, uma vasta plantação de oliveiras. A primeira família que adotou este nome por apelido é considerada de remotas origens, a ela pertencendo o arcebispo de Braga *D. Martinho Pires de Oliveira*, em Évora, herdado pela descendência de seu pai *Pedro Oliveira*. Para o Brasil, o leque de pessoas com esse sobrenome é muito ampla a exemplo do saudoso Dr. *Klebson Oliveira*, Professor e Pesquisador da Universidade Federal da Bahia, muito referendado neste trabalho devido às suas valiosas contribuições sobre a história e a memória da *Sociedade Protetora dos Desvalidos*.

advindo do nome do pai, podendo-se a esta composição denominativa acrescentar uma terceira designação que poderia ser a partir de um *topônimo* ou uma alcunha.

Os sobrenomes de origem toponímica, segundo ela, irão desempenhar uma função importante, pois, além de ampliarem as possibilidades de nomeações para as famílias, também, poupavam o desconforto da homonímia. Inicialmente adotadas pela nobreza e, logo passando a fazer parte também da realidade do povo, as designações de caráter geográfico passaram a ser algo comum como identificadoras e diferenciadoras dos indivíduos na sociedade da época.

Gonçalves (1999, p. 23), no que diz respeito à classe menos abastada da população, preceitua que:

Para os indivíduos não nobres eram, sobretudo, as suas deslocações através do país ou para além-fronteiras que ligavam ao nome próprio uma designação toponímica evocada de seu lugar de origem, embora também não fosse rara a atribuição de um nome indicativo do local de habitação. Num caso como no outro, os nomes de povoações, são os mais numerosos.

Essas designações terão grande valia para estudos posteriores, pois, como também assevera Santos (2003), a identificação do lugar de origem do indivíduo contribuiu para que os historiadores, por exemplo, identificassem e entendessem melhor os deslocamentos populacionais.

Para Dick (1992, p. 21 - 22), os topônimos se apresentam como “testemunhos históricos”, no sentido de provas concretas e que perduram no tempo sobre fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de um determinado povo. Não é difícil encontrar na língua portuguesa antropônimos surgidos a partir de topônimos. No *corpus* é possível identificar o exemplo do requerente *Guilherme Maciel e Souza*, localizado na segunda metade do século

XIX. O prenome tradicional *Maciel*, formando um nome duplo com *Guilherme*, é considerado um nome toponímico, por ter sido originado, segundo Nascentes (1952), a partir de uma povoação de Portugal, com a atribuição desse antropônimo às primeiras

pessoas que residiram naquela localidade, além de sua difusão, com o passar das gerações, como sobrenome de origem geográfica.

Voltando aos dados do *corpus* e dando um passo à frente no processo de troca cultural está *Miguelino d'Assunção Bahia*, puxando do maior para o menor, também brasileiro como *João*, mas que traz a especificidade de seu estado de origem dentro da nação, nesse caso, o Estado da Bahia. Na frase antroponímica formada por *Miguelino d'Assunção Bahia*, percebe-se essa aproximação ainda maior. Tem-se que o prenome *Miguelino* segue naturalmente a tradição, pois representa a forma diminutiva de *Miguel*, nome relativamente comum em terras portuguesas. No entanto, o sobrenome já particulariza um pouco o seu detentor por trazer o termo *Bahia* em sua terminação. O requerente *Miguelino*, por exemplo, é baiano e soteropolitano, trazendo uma identidade para esse requerente em particular.

Veja-se a apresentação das frases antroponímicas com sobrenomes que já apresentam novidades no processo de atribuição dos nomes aos brasileiros, pois, as denominações refletem uma aproximação maior com os valores culturais do país:

Sobrenomes neológicos nos candidatos a sócios da SPD

<i>João de Oliveira Brasileiro</i>	Década de 1850
<i>Miguelino d'Assunção Bahia</i>	Década de 1850
<i>Miquilino Rodrigues de Assunção Bahia</i>	Década de 1850
<i>Isidoro Domingos Bahia</i>	Década de 1890

Fonte: elaboração do autor.

Observa-se, através desses exemplos, que reside em um antigo processo de formação de antropônimos – sobrenomes cuja fonte é um topônimo – a origem de denominações inovadoras na Bahia em relação à tradição lusitana implantada e generalizada nesse território.

7.1 OS ANTROPÔNIMOS NEOLÓGICOS DAS PD E SEUS PROCESSOS FORMATIVOS

Partindo para as formas inovadoras, adentraremos o estudo dos prenomes que foram considerados neológicos no *corpus* do trabalho, segundo os critérios metodológicos adotados, pois, mesm dentro da tradição, aos poucos, foram surgindo prenomes destoantes daquilo que estava posto.

Nesse sentido, para efeitos desta pesquisa, o critério adotado para confirmar a condição neológica de um antropônimo é a ausência de registro no *Dicionário etimológico da língua portuguesa – Tomo II*, de Antenor Nascentes (1952), e no *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, de José Pedro Machado (2003), e não estarem presentes na Bíblia (pois consideramos que, dentro da tradição judaico-cristã na qual se insere a cultura lusitana e, conseqüentemente, a brasileira, os nomes bíblicos possuem um caráter tradicional).

Assim, não estando os prenomes registrados em nenhuma das referidas obras, coloca-se o termo sob suspeição de ser neológico.

A expressão neologismo é, geralmente, usada para representar o resultado de uma criação lexical no léxico comum, pois, o termo novo surge com o propósito de satisfazer a uma necessidade do falante, que não encontra um termo exato no léxico da língua para falar o que pretende ou não sabe denominar determinada entidade ou situação. Assim, de modo a atender às transformações socioeconômicas e culturais, a língua se vale (através de seus falantes), da criação de novos termos, ou de novos significados para termos já existentes. Neologismos são, então, um reflexo do que está se passando na sociedade e retratam transformações políticas, econômicas e culturais.

Essa mesma língua, sempre em mudança, busca acompanhar o que acontece com os indivíduos imersos em suas relações sociais. Novas palavras surgem, velhas palavras deixam de ser usadas, são as chamadas “dições” classificadas por *Fernão de Oliveira* (1536[2000], p. 118), como “alheias; comuns; apartadas ou

simpreses ou singelas, juntas ou compostas; velhas e novas¹⁵; dições usadas e dições próprias”.

Na antroponímia, a neologia parece ser motivada pela busca de unicidade, ou seja, o desejo do nomeador de que a criança receba um nome único ou pelo menos incomum, capaz de lhe garantir uma identidade particular dentro da comunidade.

Veja-se o que afirma Rodrigues (2016, p. 23) sobre isso:

[...] a antroponímia brasileira é grandemente afeita à neologia antroponímica e, ao que tudo indica, a inovação em nomes próprios parece ser motivada pela busca da unicidade, ainda que, uma vez criados nomes como *Raquelly* ou *Ronicleisson*, haja grandes chances de que eles venham a se repetir, desfazendo-se assim o princípio da unicidade, pelo menos do ponto de vista da comunidade linguística.

Pelas palavras da autora supracitada, adentra-se em um dos critérios estabelecidos por Ullmann (1967), para diferenciar os nomes próprios dos nomes comuns, quais sejam: a UNICIDADE, a IDENTIFICAÇÃO, a DESIGNAÇÃO CONTRA CONOTAÇÃO, o SOM DISTINTIVO e os CRITÉRIOS GRAMÁTICAIS. Sobre o primeiro deles, isto é, o critério da *Unicidade*, Ullmann (1967), em sua obra *Semântica: uma introdução à ciência do significado*, ao tratar sobre os nomes próprios, traz exemplos que esclarecem melhor tal critério, como o do gramático Dionísio, da Trácia, região localizada no sudoeste da Europa, no século II a.C.. Dionísio, dentro de seu sistema de classes de palavras, expõe a diferença entre o nome

¹⁵ Duas frases antroponímicas serão destacadas em nota por apresentarem elementos destoantes da tradição lusa, provavelmente vindos dos povos originários, quais sejam: *Manoel Laurindo de Vaz Mutum*, da década de 1870, e *Bibiano Soares Cupim*, da década de 1890. Os sobrenomes *Mutum* e *Cupim* não foram encontrados em Nascentes (1952), no entanto, em pesquisa realizada no *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha, lançado pela Lexicon Editora, em sua 3ª edição, de 2007, os dois itens lexicais foram encontrados e indicados como de origem *Tupi*. Segundo a obra lexicográfica consultada, o item *MUTUM* vem do *Tupi mi'tu*, significando 'ave galiforme da família dos cracídeos'. Da mesma forma, o item *CUPIM* vem do *Tupi kupi'i*, significando 'nome genérico dos insetos da ordem dos isopíteros'.

próprio e o nome comum pelo fato de este poder ser usado comumente e aquele individualmente.

Nas palavras do próprio Ullmann (1967, p. 151), “comumente, como *homem, cavalo*, e individualmente, como *Sócrates*”. Logicamente, o critério da unicidade não é suficiente para caracterizar o nome próprio, já que a homonímia tende a surgir com o crescimento natural da população. Roma, por exemplo, fato já abordado anteriormente, em seu nascedouro, na bota italiana, não tinha maiores problemas com a atribuição dos nomes, pois, as relações sociais eram traçadas por um número pequeno de pessoas. Posteriormente, com as conquistas e o conseqüente crescimento do Império, começou-se uma repetição dos nomes tradicionalmente usados.

O exemplo dado coaduna com aquilo que acontece com todas as sociedades, de um modo geral, pois, a dinâmica populacional tende a dilatar o número de pessoas e de nomes, com a conseqüente necessidade de suporte para o critério da unicidade, justificado pelo “fato de que muitas pessoas diferentes e não relacionadas e mesmo vários lugares diferentes podem ter o mesmo nome” (ULLMANN, 1967, p. 152). É nesse momento que o autor amplia sua teoria no fito de diferenciar os nomes próprios dos nomes comuns. Entra em cena, dentro desse contexto, o critério da *Identificação*.

Por esse critério, o objetivo é mostrar que o nome próprio tem a função de singularizar os nomes de pessoas e de lugares. Aqui entra a clássica categorização Onomástica, já referendada anteriormente, com os nomes de pessoas, chamados de *antropônimos*; e os nomes de lugares, chamados de *topônimos*.

Nas palavras do autor, “um nome próprio serve apenas para identificar uma pessoa ou objecto, singularizando-o de entre as entidades semelhantes” (ULLMANN, 1967, p. 152). Por sua vez, os nomes comuns têm a função de nomear seres e grupos da mesma espécie, sem individualização. Dentro desse segundo critério, tem-se a diferença entre o nome próprio e o nome comum no que diz respeito às suas relações com os demais seres, isto é, os nomes

comuns nomeiam seres e grupos de seres da mesma espécie, sem especificá-los, ao contrário do nome próprio que nomeia um determinado ser singularizando-o dentro do grupo.

Voltando no tempo, aos pensadores da *Gramática de Port-Royal*, tem-se um filete de discussão, ao definir em que as ideias das coisas são singulares ou gerais, de forma que, os itens lexicais significam os objetos dos pensamentos de maneira singular (o nome comum) ou geral (o nome próprio). Câmara Jr. (1968) traz uma característica interessante sobre os nomes próprios, especialmente, sobre os antropônimos, ao afirmar que os nomes próprios antroponímicos, de uma forma geral, tiveram sua origem a partir de substantivos comuns ou de adjetivos para atribuir a um sujeito uma determinada qualidade e, como exemplo, cita o nome grego *Sófocles* que, segundo ele, é a junção do adjetivo *sophos* – sábio – com o nome comum *Kléos* – glória.

No caso dos nomes comuns, por seu turno, preservam as características inerentes de sua classe, mas não são tratados de forma individualizada, diferentemente, dos nomes próprios que nomeiam os seres específicos de determinada espécie, sempre individualmente, como nos casos dos lugares (e acidentes geográficos) – os topônimos – e os nomes de pessoas – os antropônimos. Esses nomes, por não serem comuns, e terem função de especificarem seus possuidores, são grafados com inicial maiúscula.

Trazendo para os dias de hoje e para o Brasil, tem-se muitos exemplos de topônimos, como no caso de *Bahia, Salvador, Uibaí, Irecê, Ibititá, Jussara, Ibipêba e Itaguaçu*, e, para os antropônimos, *Ana, Maria e Isabel, João, Joaquim e José*.

Sobre a *designação contra conotação*, alguns autores defendem a opinião de que os nomes próprios possuem função designativa, ou seja, são esvaziados de significado e servem apenas para nomear os indivíduos. Segundo o próprio Ullmann (1967), o nome próprio, mesmo que transmita algum significado, a priori, essa não seria a sua função mais importante, diferentemente, do que ocorre com os nomes comuns que, de fato, possuem significação. Dessa forma, os

antropônimos são meros “rótulos” ou marcas de identificação individual, isto é, não conotam.

Como contraponto a essa opinião, Jespersen (1965) discorda da tese de o nome próprio não ter significação. Segundo o autor, tal ponto de vista acaba por desconsiderar a situação contextual em que cada item lexical foi externado. Para ele, um nome próprio (em especial, o antropônimo), ao ser exteriorizado no discurso, faz o ouvinte pensar em todo um conjunto de atributos distintivos, conotando o maior número de predicados relacionados com a história de vida daquele indivíduo.

Por conseguinte, na primeira vez que se ouve o chamado do nome de alguém ou o visualiza através da leitura de um texto, esse nome próprio não traz nenhuma informação ao ouvinte ou leitor; mas, à medida que se ouve ou se vê o antropônimo em outras ocasiões e situações comunicativas, segundo Jespersen (1965), esse antropônimo passa, gradativamente, no cérebro humano, a externar sua significação, pois, muitas outras informações a respeito dessa pessoa vão sendo agregadas à aquela primeira impressão do ouvinte ou leitor.

O quarto critério, *o som distintivo*, traz a proposta de que os sons referentes a nomes próprios possuiriam uma capacidade maior de prender a atenção do indivíduo do que um nome comum, como “mesa” e “cadeira”. Essa característica, é bom frisar, tem suma importância para os nomes em geral e adquire importância particular quando se trata de nomes próprios.

Por fim, como quinto e último dos critérios, *os gramaticais*, Ullmann (1967) destaca que são variáveis de uma língua para outra ou, dentro da própria língua, se se considera a diacronia, com mudanças ocorridas através do tempo. Nas palavras do autor, é possível a análise dessa variação e de “como funciona numa língua particular; como pode variar no decurso do tempo; finalmente, como varia o seu âmbito de uma língua para outra” (ULLMANN, 1967, p. 169). Como reflexão sobre esse último critério do autor, sobre as peculiaridades gramaticais, percebe-se que podem ocorrer nas línguas diferenças semânticas e funcionais, a depender da língua em

uso, já que tais diferenças são convencionais e podem ser identificadas em diversos idiomas.

Todos os antropônimos¹⁶, em seu surgimento e difusão sociais, estão imersos nesses cinco critérios definidos por Ullmann (1967), já que estão relacionados com a subjetividade de cada ser humano em seu contexto de convivência em grupo.

Dentro dos valores culturais da população brasileira, por exemplo, parte deles herdados de Portugal, recebemos um nome desde o momento em que nascemos. Sendo assim, o antropônimo atribuído ao indivíduo aqui no Brasil, tradicional ou neológico, tem como um de seus propósitos singularizar a pessoa e torná-la única. O nome neológico criado pelos pais, quando, por exemplo, juntam parte do nome da mãe com parte do nome do pai, para formarem um nome novo para o filho, além de expressar afetividade, também carrega em sua construção lexical o desejo de individualizar aquele antropônimo e torná-lo único.

A ideia difundida entre leigos de que no Brasil os neologismos em nomes próprios decorrem do desconhecimento acerca das normas gramaticais da língua materna por parte de seus falantes é desconstruída por pesquisas linguísticas feitas sobre o tema.

Sobre a criação de nomes próprios no Brasil, o estudo de Tesch (2009) demonstra que grande parte destas criações são perfeitamente possíveis na língua portuguesa e que os neologismos se formam por processos comuns na língua, sobretudo, a

¹⁶ Verificando a importância do antropônimo nas relações humanas, especialmente no que diz respeito à sua pronúncia e escuta, Ullmann (1967, p. 149) afirma que eles são “frequentemente dotados de poderes mágicos e rodeados de complicadas superstições e tabus”. O autor cita o caso dos *Masais*, na África, povo que evita pronunciar os nomes das pessoas já falecidas, como um gesto de respeito e, até mesmo, de temor. No caso brasileiro há também esse comportamento respeitoso (até temeroso), ao pronunciarem um antropônimo de um falecido. Geralmente, antes de externarem o nome do indivíduo, ou após fazê-lo, é comum serem usadas algumas expressões, físicas, como fazer o *sinal da cruz*, o *nome do Pai*, bater três vezes na boca, ou orais, ao externarem expressões do tipo: “Deus o conserve em um bom lugar”, “Deus o tenha” ou então “Deus que dê o céu para ele/ela”.

composição por aglutinação e por justaposição, como nos exemplos *Mílris* e *Írilton*, formados a partir dos prenomes *Mílton* e *Íris*.

Sobre a influência de formativos de origem germânica na formação de antropônimos neológicos no português do Brasil, Rodrigues (2016) identifica o emprego de processos de natureza derivacional e composicional, considerando as formações de antropônimos neológicos como um fenômeno de derivação quando se pode verificar a associação de uma forma livre a uma forma presa, como no prenome *Franciane*; e como um fenômeno de composição quando se pode verificar a associação entre duas formas livres, como no prenome *Ivanberg*.

Assim, ao que indicam estudos sobre os neologismos antroponímicos, os dois processos principais de formação de novos itens lexicais comuns, a Composição e a Derivação, são também produtivos na criação de nomes próprios.

A diferença básica entre esses dois processos consiste em que, no *processo de derivação*, parte-se sempre de um único radical, enquanto no *processo de composição* sempre haverá mais de um radical no processo de formação do novo item lexical, no caso em tela, de um novo antropônimo.

Na composição, temos duas bases que podem sofrer processo de *justaposição* ou *aglutinação*. Para Dubois (1973), a justaposição acontece quando os elementos componentes conservam sua integridade fônica e cada um deles mantém seu acento tônico, e a aglutinação, por outro lado, acontece quando suas bases se unem de tal forma, que, além de haver perda de fonemas, geralmente do primeiro, os dois termos envolvidos no processo da nova formação morfológica se subordinam a um único acento tônico.

Na derivação, por sua vez, temos uma base mais afixo e/ou afixos anexados ao elemento primitivo, gerando um nome neológico. Assim, podemos ter a prefixação, com o acréscimo de um afixo em posição mais à esquerda em relação à base, isto é, um item lexical primitivo; e a sufixação, com o acréscimo de um afixo à margem direita do item lexical primitivo.

É importante observar, de antemão, que a sufixação é o processo formativo mais recorrente no surgimento de novos nomes de pessoas no português brasileiro, elementos como -ano (*Adilano, Fabiano, Luciano, Gabriano*), -ana (*Franciana, Carleana*), -ete (*Ivanete, Ivete, Nilzete, Eliete, Valdonete*) e -son (*Klebson, Gredson*) são recorrentes partícipes desse processo.

Nos dados analisados nesse estudo, foi verificada uma relativa produtividade dos processos de natureza derivacional, o mesmo não sendo equivalente para a composição. Por sua vez, alguns dos casos de neologia antroponímica aqui registrados têm sua inovação relacionada a fenômenos de natureza fônica, ou seja, são nomes tradicionais que sofrem algum tipo de alteração fonética que acaba por imprimir um uso inovador para um nome tradicional.

Como se sabe, a antroponímia brasileira tem sido afetada por alterações da fala cotidiana que podem refletir na escrita, como, por exemplo, o Rotacismo – a troca do fonema /l/ pelo /r/, muito comum nas variedades populares do português do Brasil. Alguns exemplos de nomes que podem ser observados com esse formato são a troca de *Cleide* por *Creide* e *Cláudio* por *Cráudio*. Embora a variante *Cráudio*¹⁷ seja menos comum e mais estigmatizada, a variante *Creide* parece ser mais difundida no Brasil.

No fenômeno fônico do rotacismo ocorre uma mudança fônica de substituição de um som, especialmente o *l* ou uma sibilante sonora, pelo *r*. Nas palavras de Oliveira (2006, p. 418):

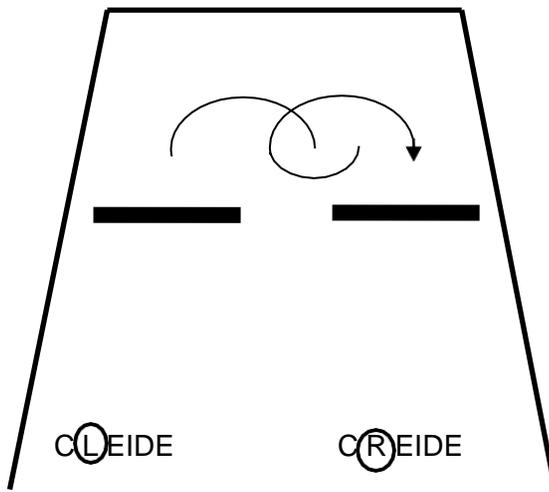
Sobretudo em cadeias consonânticas, o rotacismo, fenômeno fônico em que /l/ passa a /r/, é conhecido já no latim, como testemunha o Appendix Probi, formação do português e, de lá para hoje, além de ser documentado em vários tempos históricos, caracteriza, e por conseguinte estigmatiza, a fala brasileira daqueles com pouca ou nenhuma escolarização.

¹⁷ No site *Jusbrasil* (<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/87897774/craudio-nei-da-silva>), há registro desses prenomes sobre indivíduos citados no *Diário Oficial da União: Creide Maria da Silva, Creide Maria Vieira, Creide Carvalho de Souza e Craudio Nei da Silva*.

A opinião patente na citação procede e é oportuna no que diz respeito à realidade linguística baiana, já que para comprovar tal fato basta observar a fala de pessoas menos escolarizadas, tanto de Salvador como do interior da Bahia, em que o externar de itens como *prástico* (por *plástico*), *craro* (por *claro*), *púbrico* (por *público*), *criente* (por *cliente*), *pranta* (por *planta*), *frecha* (por *flecha*), *firme* (por *filme*). Isso ocorre também em alguns verbos, a exemplo do verbo *Explicar*, ao falar *expricar* (por *explicar*) usando *exprica* (por *explica*), *Faltar* usando *fartar* (por *faltar*), *farta* (por *falta*).

Na antroponímia, *Creison* (por *Cleison*), exemplo trazido por um canal de televisão, em um programa humorístico, em que havia a figura emblemática de *Seu Creison*, denunciando o seu lugar de discurso em uma sociedade desigual e injusta como a nossa. Veja-se no desenho:

ROTACISMO



Fonte: elaboração do autor.

Diante da demonstração, nota-se o fenômeno fonético em que ocorre a transformação do /l/ em /r/ e o surgimento de um antropônimo novo no idioma.

É fundamental observar que, para analisar a formação dos antropônimos neológicos, tomou-se como base os processos formativos relacionados com o surgimento dos nomes comuns, devido principalmente à fragilidade dos estudos referentes à neologia dos antropônimos brasileiros.

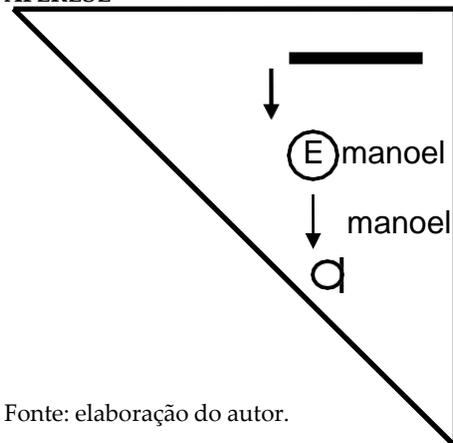
Assim, foi importante considerar o papel dos Metaplasmos na formação de novos antropônimos, ou seja, as alterações fônicas que quando incidentes sobre nomes tradicionais acabam por torná-los uma novidade na língua. Os Metaplasmos são, assim, modificações que os itens lexicais sofrem no decorrer do tempo, devido a fatores tanto internos quanto externos à língua no processo de comunicação.

Segundo Dubois (1973), esses Metaplasmos, isto é, *essas mudanças fônicas* alteram os itens lexicais, seja por meio da supressão, da adição ou da permuta de fonemas, como acontece no Rotacismo. Em alguns casos de Assimilação, por exemplo, com o ditongo “eu” latino, houve uma amalgama ou adensamento em “o” na fala cotidiana, como no antropônimo masculino *Eusébio*, dando *Osébio*, e o antropônimo feminino *Eulália*, dando *Olália*.

Um exemplo de *processo metaplasma*tico que afeta os antropônimos tradicionais que integram o *corpus* é a Aférese que incide sobre o prenome *Manoel*, que, segundo Nascentes (1952), vem do hebraico, forma aferética de *Emanuel*. Câmara Jr. (1975), linguista de renome que também tratou dos fenômenos fônicos, ao analisar a atuação do fenômeno fônico da Aférese, defende que sua incidência recai principalmente em itens lexicais cujo contexto compõe-se por vogal inicial que constitui sílaba simples, o que plenamente justifica o fenômeno que dá origem a um dos prenomes mais tradicionais da língua portuguesa.

Veja-se no desenho a representação do fenômeno fônico da Aférese atuando no antropônimo:

AFÉRESE



Fonte: elaboração do autor.

Ampliando o debate, nota-se que o contrário também ocorre, isto é, com o acréscimo de um ou mais fonemas no início do antropônimo, através do fenômeno fônico da Prótese. Williams (1994, p. 120), fazendo referência ao *a* protético, diz que “em português primitivo um *a* era prefixado a palavras começadas por *r*: *remittere*>*remeter* (com deslocamento de conjugação) >*arremeter*; *ranam*>*rãa*>*arrã* (arcaico e popular)”. E mais, logo no início do português arcaico, esse *a* protético alcançou outras palavras que não começavam por *r*.

O referido autor, justificando seus argumentos, defende a hipótese de influência de palavras com *a* inicial do prefixo latino *ad-* e do artigo definido aglutinado. Veja-se o que diz Dubois (1973, p. 493) sobre a Prótese:

Chama-se prótese o desenvolvimento, na inicial da palavra, de um elemento não-etimológico como, no francês e no português, a introdução de [*e*] no início de todas as palavras que começam pelos grupos consonantais [*sp-*], [*st-*], [*sk-*] etc., *étole* e *estrela* de *stella(m)*, *épaule* e *espádua* de *spatula(m)*, *écu* e *escudo* de *scutu(m)*, etc.

No português brasileiro não é difícil encontrar a atuação de tal fenômeno, já que a Prótese é tendência da língua, seus efeitos continuam a acontecer através da comunicação, como no prenome

Zenilda, empregado com artigo a *Zenilda*, dando origem ao prenome neológico *Azenilda*.

Diante desse exposto, seja observando os *fenômenos de natureza morfológica*, seja observando os de *natureza fonética*, e, levando-se em consideração a sequência cronológica dos dados (organizados por décadas), a seguir, serão apresentados os antropônimos considerados suspeitos de serem neológicos segundo a metodologia adotada nesse estudo.

a) *Furtuoso* Manoel de Sant'Anna Lisboa (1850)¹⁸

Situado na década de 1850, o prenome *Furtuoso* é o primeiro prenome suspeito de ser neológico nos dados analisados.

Sobre a sua formação, pode-se aventar uma provável ligação ao sobrenome de origem portuguesa *Frutuoso*, que, por sua vez, teria vindo de um tipo de derivação imprópria, uma vez que migrou da categoria dos nomes comuns – o adjetivo *frutuoso* (do latim *fructuosus*, *a, um* 'que produz, fecundo, fértil'), para a categoria dos nomes próprios. Se se considera que é essa a sua origem, verifica-se a inovação não só no uso de um sobrenome em posição de prenome, mas também na alteração do corpo fônico do vocábulo tradicional através da Metátese do fonema /R/ dentro da mesma sílaba – fenômeno comum na passagem do latim ao português (*inter* > *entre*) e ainda comum em usos no português brasileiro (*pergunta* > *pregunta*).

Fato relevante a se considerar é a manutenção desse antropônimo no cenário antroponímico brasileiro. Uma busca no site *Jusbrasil*¹⁹ permitiu verificar que há ocorrência frequente de

¹⁸ Os prenomes serão apresentados com informações quanto à década em que eles ocorreram, de forma a facilitar a visão da mudança no cenário antroponímico em termos das supostas inovações.

¹⁹ Para verificar a ocorrência de certos prenomes no cenário da antroponímia brasileira atual, optou-se por realizar buscas sobre os nomes no Site *Jusbrasil* (<http://www.jusbrasil.com.br>), que disponibiliza uma ferramenta de rastreamento

Furtuoso como sobrenome (nome de família, por ex.: *Vitória Milena Furtuoso*) ou ainda como prenome (*Furtuoso Epifânio Rocha da Silva*).

Há no *Facebook* inclusive uma página dedicada a uma *Comunidade da família Furtuoso*, cuja localização indicada é a cidade de Camaçari - Ba.

b) Martiliano da Silva Araújo (1850)

Prenome neológico da mesma década do anterior (1850), *Martiliano*, ao que tudo indica, é uma variante gráfico-fônica de *Martiniano*, este, por sua vez, segundo Nascentes (1952), já se registra no latim: *Martinianu*.

Nesse suposto neologismo, identifica-se, novamente, que a inovação antroponímica reside em alteração pontual sobre um fonema de um nome tradicional, também presente no *corpus* (*Martiniano Tomé da Purificação*, da década de 1870). O Metaplasmo nesse caso consistente na troca de um fonema por outro, situação que ocorre principalmente entre consoantes próximas em seus pontos/modos de articulação, no caso entre as alveolares /n/ e /l/.

O acesso ao *Site Jusbrasil* (<http://www.jusbrasil.com.br>) foi muito impotante para a realização da presente pesquisa, por trazer muitas informações e atualizadas sobre as pessoas, com um grande acervo de materiais, inclusive informações sobre o nome próprio.

Note-se ainda que, em termos do sistema antroponímico, esse fenômeno tem se revelado muito recorrente no Brasil, servindo para imprimir originalidade a nomes tradicionais, a exemplo de *Tiego* (em lugar de *Diego*), *Ingrit* (em lugar de *Ingrid*) e *Netícia* (em lugar de *Leticia*). Como isso é muito comum principalmente no momento de registrar o infante, a lei brasileira permite a correção de

de publicação em diários oficiais divulgados do país. Essa escolha se deve ao fato de que as publicações de natureza jurídica oficial buscam preservar os nomes dos indivíduos de acordo com seu registro civil. Em alguns casos, contudo, buscas no *Google* e no *Facebook* também acabaram por trazer alguma informação relevante para a pesquisa, em que pese o fato de não se poder garantir a fidedignidade acerca da relação entre nome divulgado e o nome que consta no *Registro Civil*.

antropônimos com alteração na grafia (letras trocadas), segundo a *Lei de Registros Públicos*.

Há que se perguntar, contudo, se a variante *Martiliano* decorre de uma alteração intencional, em busca de um caráter original para o antropônimo, ou se é uma variação decorrente de uma transformação processada na oralidade, sem motivação voluntária.

Fato importante a se destacar é que essa variante permanece em uso no Português Brasileiro (PB), segundo dados da busca no *site Jusbrasil*, há o emprego desse antropônimo como sobrenome em *Beatriz Martiliano da Silva*, *Laerte Martiliano da Silva*, *Jardiel dos Santos Martiliano*; e de seu correspondente feminino como prenome: *Martiliana de Jesus Santos*.

c) *Miguelino d'Assunção Bahia* (1850)

Nos dados analisados, os Metaplasmos estão muito presentes na formação de novos antropônimos, mas também existem casos em que atuam *processos de natureza morfológica*. No caso específico dos prenomes do *corpus*, a Derivação é bastante frequente como no prenome apontado acima. Em Machado (2003), foi encontrado apenas o antropônimo *Miguelina* como forma rara de *Miguel*, mas o seu correspondente masculino não foi verificado. *Miguelino* também não apareceu de forma recorrente na busca do *site Jusbrasil*, apenas se verificou a citação a um já falecido *Miguelino Mendonça*, por sua vez, a correspondente feminina é bastante recorrente.

O prenome *Miguel* vem do Hebraico *Micahel*, significando “aquele que é como Deus”. No caso de *Miguelino*, neológico surgido do emprego de formas diminutivas de nomes tradicionais, não como apelido ou alcunha, mas como prenome, compondo o ortônimo, tem-se um processo formativo por Sufixação, com o acréscimo de -INO à base, forma livre na língua, MIGUEL, gerando o prenome *Miguelino*.

O uso dos *suffixos diminutivos* -INO, -INA, -ITO, -ITA, -INHO e -INHA na criação de novos prenomes é muito produtivo na antroponímia da língua portuguesa, a exemplo de *Juscelino*,

*Marcelina, Jucelito*²⁰, *Estelita, Marcinho, Terezinha*. Assim, considere-se que, embora *Miguelino* possa compor a lista de nomes supostos de serem neológicos segundo a metodologia aqui adotada, o processo de formação de prenomes pela Sufixação de formativo de caráter diminutivo (é tradicional) e remonta ao latim, uma vez que já nessa língua se observava esse fenômeno (*Martinho* do latim *Martinu*, de *Marte* ‘deus da guerra’ + *inu* ‘diminutivo’).

Tem-se uma observação em particular a ser feita sobre o antropônimo *Miguel*. Nome tradicional vindo do Hebraico, formado a partir do Sufixo -EL, que, no dizer de Soledade (2012, p. 331), tem bastante relevância para a formação da antroponímia portuguesa e brasileira. Vejam-se as palavras da autora:

No português atual, esses nomes tradicionais continuam frequentes entre as escolhas de nomeação, além de Gabriel, Miguel e Michel, encontramos ainda Ariel, Daniel, Manuel, Rafael, Uriel, entre outros. Porém, a atuação do sufixo se revela mais significativa quando observamos nomes neológicos do português brasileiro contemporâneo, como Carliel, Josiel, Naldiael, Orliel, Roniel, Valniel. Além da participação em posição medial, em formações com sufixo -son ~ -ton, como: Adielson, Adelson, Adelson, Aelton, Delson, Josielson, Marielson, Nielson.

Embora se saiba da produtividade do formativo -EL na neologia antroponímica brasileira, a análise do *corpus* não revelou o uso desse Sufixo de forma inovadora. Têm-se, contudo, vários prenomes de cunho tradicional, a exemplo do próprio *Miguel*, juntamente, com *Manoel, Ismael, Samuel* e *Rafael*, todos de origem hebraica.

²⁰ No *Território de Identidade de Irecê*, em *Uibaí*, já citada, anteriormente, meu Torrão Natal, há a ocorrência de uma pessoa com o prenome *Jucelito* (professor, poeta e músico), inclusive já citado anteriormente por ser também escritor. O curioso é que o seu apelido é *Celito* (Celito Regue Mendes), já apresentando uma Forma Aferética de *Jucelito*, sendo que *Celito* (a exemplo de *Celito Meier; Celito Medeiros*) também já é registrado como prenome novo no português brasileiro.

d) *Miquilino Rodrigues de Assunção* (1850)

O antropônimo destacado não foi encontrado em Nascentes (1952). Em Machado (2003), foi encontrada a informação de que *Miquelino* é o masculino de *Miquelina*. Segundo o autor, para *Miquelina*, geralmente, segue-se a hipótese de antropônimo, contração de *Micaelina* (de *Micaela*?). Trata-se do italiano *Michelina*, diminutivo de *Michela*, feminino de *Michele*, *Miguel*.

A inovação nesse nome recai, portanto, sobre o *Alteamento da Vogal Pretônica*, onde o esperado e tradicional *Miquelino* é substituído por *Miquilino*. O contexto fônico do prenome é altamente favorecedor da elevação. Oliveira (2006) ao tratar do fenômeno faz um resumo das posturas teóricas sobre o tema:

As orientações teóricas não coincidem, mas os trabalhos sobre a variação entre [e] e [i] e [o] e [u] pretônicos no português brasileiro parecem guardar de semelhante a busca pelo que a condiciona. Segundo Bortoni, Gomes e Malvar (1992, p. 12-13), a tradição filológica explica a variação das pretônicas em português através da regra de harmonização vocálica, em que a vogal média pretônica é assimilada à alta da sílaba tônica. É, portanto, um fenômeno de assimilação regressiva. Também Mattoso Câmara Jr. (1996, p. 44- 45) postula esse como o principal fator para que as médias [e] e [o] pretônica se alteem, mas aponta um outro contexto, a sua presença em hiato com um [a] tônico. Além desses, Faraco (2000, p. 36) menciona as palavras iniciadas por “es” (OLIVEIRA, 2006, p. 351).

No caso de *Miquilino*, a associação ao fenômeno da assimilação em função da influência da sílaba tônica parece bem provável.

Destaque-se ainda a sobrevivência dessa variante no léxico antroponímico do português, haja vista a sua recorrência em nomes citados em diários oficiais do país, segundo demonstra pesquisa no site *JusBrasil*: *Vagner Miquilino Ferreira*, *Jonatha Miquilino dos Santos*, *Wellington Miquilino da Silva*, *Sueli Miquilino Aguiar*, *Eliana Antonioda Lima Miquilino*. Nesses exemplos, ao que parece, se trata de um uso como sobrenome.

e) **Noberto** *Gomes da Virgem* (1850)

Nesse antropônimo, tem-se uma variante do nome da tradição portuguesa *Norberto*. *Norberto* vem do germânico *North* ‘norte’, e *Berth*, ‘brilhante, ilustre’, significando, assim, ‘homem ilustre do norte’. Com a Síncope do /R/ em Coda Silábica – fenômeno frequenteno léxico comum do PB (p. ex. *ceveja* em lugar de *cerveja*, *propoção* em lugar de *proporção*), dá-se a inovação na forma gráfico-fônica de um antropônimo tradicional.

Essa variante continua em uso no PB, como bem demonstra as ocorrências no *Jusbrasil*: **Noberto** *Farias Andrade Junior*, **Noberto** *Ximenes Ferreira*, **Erlandio Noberto** *de Sousa Santos*, **Marcelo Noberto** *Dias*. Nos dois primeiros exemplos é patente que se trata de um prenome, nos dois últimos, contudo, não se pode afirmar que se trate de um sobrenome, uma vez que pode ser o emprego de um segundo prenome, fazendo coordenação com *Erlandio* e *Marcelo*, respectivamente, na formação de um nome duplo.

f) **Damario** *José da Silva* (1860)

O antropônimo *Damario* foi considerado neológico por não ter sido encontrado nos dicionários tomados como referência. Aventa-se a possibilidade de que tenha se originado de *Damásio*, que, segundo Nascentes (1952), vem do grego *damázo*, ‘domar, controlar’. Nesse caso, a inovação pode ter origem na mudança de fonema/grafema <s> para <r>, assim, de *Damásio* para *Damário*, dando origem a um novo antropônimo. Tal alteração pode ser motivada por uma Hipercorreção, já que o antropônimo *Mário* é um nome tradicional e, já no período em estudo, era uma *forma livre* na língua, em oposição à forma **Másio* que, ao que parece, não se encontra nem como *forma livre*, nem como forma presa em outros prenomes do português. Contra essa hipótese pesa o argumento de que nem nos requerimentos aqui analisados nem nas atas analisadas por Oliveira (2006) aparece o nome *Mário*, levantando o questionamento se, de fato, naquele período, naquela cidade, esse

prenome já estava difundido e tradicionalizado, sendo capaz de influenciar a formação de *Damario*.

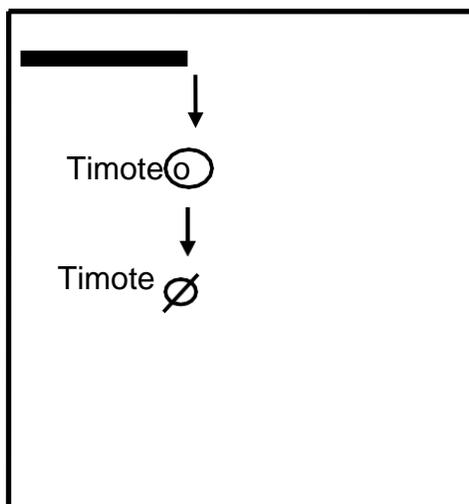
A observação da permanência desse prenome no léxico antroponímico do PB revelou que, segundo exemplos encontrados no site *Jusbrasil*, *Damário* é um nome bastante produtivo no onomástico nacional, podendo ser encontrado como sobrenome: *Jefferson Guilherme Damario*, *Rosa Barbosa de Oliveira Damario*, *Angelica Cristina Damario*; como prenome: *Damario Luis de Araujo*, *Damario Francisco da Silva*; ou ainda em uma posição em que não se pode afirmar categoricamente se se trata de um segundo prenome ou um sobrenome: *Francisco Damário Estevam de Sousa*, *Carlos Damário Carneiro Oliveira*.

g) Timote Telles da Garcia (1850)

Timóteo, segundo Nascentes (1952), vem do grego *Timótheos*, de *Time* 'honra, respeito' e *Theós* 'deus', 'que venera Deus ou os deuses'. No caso de *Timote*, ocorreu uma *variação gráfico-fônica* com a Apócope do **-o** *Timóteo*, dando origem a uma forma inovadora do antropônimo. É a presença dos já citados Processos Metaplasmatícos atuando sobre os itens lexicais, porém, nesse caso, não ocorreu o surgimento de um antropônimo novo e sim uma variação do prenome tradicional já existente. Em *Timote* ocorreu, especificamente, uma Apócope, isto é, *fenômeno que se caracteriza pela ocorrência de uma subtração fônica*, em que ocorre a queda do fonema no final do item lexical. A "apócope é uma mudança fônica que consiste na queda de um ou mais fonemas ou sílabas no fim de uma palavra" (DUBOIS, 1973, p. 62).

Veja-se no desenho o processo de transformação do antropônimo através da Apócope:

APÓCOPE



Fonte: elaboração do autor.

Para o português do Brasil, tal fenômeno é bastante recorrente quando a consoante final é um /R/. *Itamá*, por *Itamar*, *Gilmá*, por *Gilmar* e muitos outros exemplos são comuns em todos os estados brasileiros. A atuação do fenômeno também alcança antropônimos femininos, a exemplo de *Lucimá*, por *Lucimar*, e *Lindomá*, por *Lindomar* (que também pode ser um prenome masculino). Segundo Callou (2009), a perda do *-r* final é um fenômeno antigo no português brasileiro.

Ao analisar dados da fala culta carioca da década de 1970, mostra que, em final de vocábulo, o que predomina para o *-r* final é preferencialmente o Apagamento ou a Aspiração. Atualmente, ainda considerando as palavras da autora, tal fenômeno fônico é comum nas várias camadas da sociedade (considerando o apagamento para nomes comuns) e condiz com o estágio final de um processo de enfraquecimento que leva à simplificação da estrutura silábica no português brasileiro.

Teyssier (2004), para o *processo de apócope*, especificamente, confirmando a recorrência do fenômeno principalmente nas classes sociais menos privilegiadas da sociedade, considera esse um traço

inovador da Fonética brasileira, observável em certos registros familiares. Essa informação é fundamental, pois, estamos falando do surgimento de antropônimos neológicos na língua portuguesa e o fenômeno *fônico da apócope* é o que dará surgimento à variante *Timote* que, contrariando as expectativas – por se considerar um fenômeno estigmatizado por falantes da norma culta – irá permanecer no quadro antroponímico brasileiro, segundo registros encontrados no site *Jusbrasil*: 1) como sobrenome: *Hosana Garcia Timote*; *Ana Timote dos Santos* 2) como prenome: *Timote Chaves da Silva*. No caso dos sobrenomes há obviamente uma relação com a tradição, porém, no caso dos prenomes, há que se considerar que pode não ser o caso de se estar perpetuando o uso de um prenome tradicional, mas de se estar processando novas Apócopes sobre o tradicional *Timóteo*.

h) Colnel Cipriano Moreira (1870)

O prenome *Colnel* não foi documentado por nenhum dos dicionaristas consultados. Nesse caso, configura-se um antropônimoneológico sobre o qual se pode aventar duas origens. Na primeira delas, o antropônimo novo teria surgido a partir da Transposição de um Nome Comum, *coronel*, para um *Nome Próprio*, *Colnel*. Para chegar a esse resultado, provavelmente, ocorreu a troca do /R/ pelo

/l/ em *posição medial*, fenômeno linguístico conhecido como *Lambdacismo*.

Segundo Silva (2005), isso acontece porque as consoantes /l/ e /r/ possuem *traços articulatórios semelhantes* (Vozeadas, Líquidas e Alveolares). Esse tipo de Transformação Metaplasma, com a transformação do fonema /r/ em /l/ é muito comum no Brasil, especialmente, para nomes comuns, a exemplo de *cabeleireiro*, que passa a *cabelelero* (com a Monotongação de “-lei-” e “-rei-” - *cabeleireiro*>*cabele(-le-ro)*), ou então, como segundo exemplo, *problema*, que passa a *poblema*. Além disso, de *Coronel* para *Colnel*, ocorreu também a Síncopa do /o/ (*coronel*>*colonel*>*colnel*). Tal fato

pode ocorrer, por exemplo, devido à não compreensão/audição do item lexical no momento da comunicação. Em uma segunda hipótese, teria a origem relacionada a um sobrenome de origem francesa, que, segundo Perreau (1910), *Colnel* é um nome de família vindo da contração de *Colinel*, que, por sua vez, representa o diminutivo de *Colin*, forma hipocorística de *Nicolas*, com Aférese da primeira sílaba. Seja qual for a origem desse prenome verificado nos requerimentos da SPD, o fato relevante é que, ao que tudo indica, ele não se mantém no português brasileiro atual. A busca no site *Jusbrasil* revelou poucas ocorrências de *Colnel* e todas como sobrenomes de indivíduos estrangeiros, cuja identificação vinha acompanhada do número de passaporte. Foi na verdade essa informação que levou a se considerar a segunda hipótese. Resta saber se havia franceses ou descendentes de franceses com esse nome na Salvador oitocentista que servisse de modelo para a reprodução de seu antropônimo. Caso não houvesse, a primeira hipótese poderia ser confirmada.

i) *Simião Estelita Cezimbra* (1870)

Foi encontrado, nos dicionários, *Simeão*, do hebraico *Xim'on*. Nesse exemplo ocorreu novamente o Alçamento da Vogal Média, passando de /e/ para /i/. O fenômeno fônico de alçamento das vogais médias principalmente o *i* (por *e*) e o *u* (por *o*) é bastante comum no português brasileiro. Segundo Dubois (1973, p. 43), a “vogal alta é realizada com uma posição alta da língua, isto é, com a língua tão próxima quanto possível do palato, sem perturbar o escoamento do ar”.

Essa mudança fônica foi o fator favorecedor para a inovação gráfico-fônica sobre uma forma tradicional, ocorrendo uma mudança na grafia do antropônimo.

A variante com *elevação da vogal pretônica* continua em uso no PB segundo registros em diários oficiais localizados através do site *Jusbrasil*, tanto como prenome: *Simeão Moreira de Souza*, ***Simeão***

Pereira e Silva, quanto como sobrenome: *Alisson do Valle Simeão*, *Jose Ailton Simeão*.

j) *Sinfônio* Castiliano do Nascimento (1870)

O antropônimo *Sinfônio* não foi encontrado nos Dicionários Etimológicos-Onomásticos consultados, porém foi encontrado *Sinfrônio*, calcado no grego *Symphryn*, significando 'aquele que tem os mesmos sentimentos, benevolente'. Nesse dado do *corpus*, tem-se, ao que tudo indica, uma forma inovadora cunhada sobre uma tradicional, em que a Síncope do /R/ não só desfaz um *encontro consonantal* gerando uma sílaba no padrão mais usual do português (padrão CV – CONSOANTE / VOGAL), como também deixa o prenome mais próximo das formas *sinfônico* e *sinfonia*, usuais no léxico comum, demonstrando-se um possível caso de Hipercorreção.

Seja como for, fato importante a destacar é que o antropônimo em análise permanece na língua portuguesa do Brasil, tanto como prenome, quanto como sobrenome, como se pode observar nos exemplos a seguir, localizados através do *Site Jusbrasil*: ***Sinfonio*** José de Souza, ***Sinfonio*** Lopes Pereira, Francisco ***Sinfônio*** de Sousa, Felício Antonio Zambrano ***Sinfonio*** de Sá, Regiane ***Sinfônio*** Lopes. Um aspecto é que a variação no uso da acentuação gráfica de nomes próprios de pessoa no Brasil tem sido bastante ampla, fato que se observa nos casos de *Sinfonio/Sinfônio*.

l) *Astêncio* Amâncio Pacífico (1880)

O prenome *Astêncio* não foi registrado por nenhum dos dicionaristas consultados. Assim, buscando nomes tradicionais que apresentassem alguma semelhança fônica com o prenome neológico do *corpus*, chegamos até a forma *Astolfo* – semelhança fônica com os segmentos iniciais do vocábulo e até as formas tradicionais *Gaudêncio* e *Juvêncio*. Desse modo, considerou-se que esse poderia ser um caso de Cruzamento Vocabular, fenômeno

bastante comum nos antropônimos neológicos criados contemporaneamente no Brasil, como, por exemplo, *Adilana* (*Adilson* + *Ana*), *Luzemile* (*Luiza* + *Emílio*). Além disso, também ocorre com frequência no léxico comum, por exemplo: *Pilantropia* (*pilantra* + *filantropia*), *urubuservar* (*urubu* + *observar*) *craquético* (*craque* + *caquético*).

No trabalho de Rodrigues (2016), esse fenômeno é descrito de forma detalhada considerando a influência dos elementos formativos de origem germânica que aparecem incorporados em nomes neológicos no Brasil na atualidade. Considerando a opinião de Piel (1960), o sistema de nomeação germânico era formado, via de regra, por dois elementos do léxico comum, a exemplo de *Teodoro* - *rico*, significando 'povo' + 'poderoso'. O antropônimo *Ricardo*, por exemplo, presente no *corpus*, segundo Nascentes (1952), vem do Germânico *Rik*, 'rei, príncipe, senhor', ou *Rich*, 'rico', e *Hardo*, 'forte', dando, portanto, 'príncipe ou senhor forte'. Nesse formato, tem-se um processo de formação de novos antropônimos através do processo de Composição, com uma contribuição significativa para o português do sistema antroponímico herdado dos povos germânicos. Nas palavras de Soledade (2012, p. 328):

Sobre os compostos germânicos, vale ainda ressaltar o formativo -aldo presente em *Bernaldo*, *Giraldo* e *Reinaldo*, que advém do germ. *hard* 'duro, forte' e que se mantém extremamente produtivo como formativo de nomes neológicos no português brasileiro, como em, por exemplo: *Deraldo*, *Ederaldo*, *Edinaldo*, *Edvaldo*, *Elivaldo*, *Erivaldo*, *Francinaldo*, *Givaldo*, *Jocevaldo*, *Marivaldo*, *Nivaldo*, *Rosinaldo*, *Serivaldo* e *Zenaldo* (dados coletados no *corpus* do Projeto *Todos os Nomes*).

Considerando as sábias palavras de minha querida orientadora, *Juliana Soledade*, para a realidade do *corpus* e considerando o formativo -**ALDO**, tem-se o prenome tradicional, por estar dicionarizado, *Reginaldo*, vindo do germânico, com *formação morfológica* através de duas bases, **Ragan**, conselho, e **Nald**, que governa, significando, segundo Nascentes (1952), 'aquele que domina ou governa por meio de conselhos'. Um outro exemplo que

segue a mesma lógica é o prenome *Geraldo*, com a particularidade de que aparece mais de uma vez no *corpus*, mas apenas como segundo prenome formador de nomes duplos tradicionais.

Entendendo com Gonçalves (2016) que os *Cruzamentos Vocabulares*, fenômeno também conhecido como *Blend*, *Palavra-valise* e *Mescla Lexical*, são processos não-concatenativos de formação de palavras que se apresentam de forma menos transparente e previsível do que aqueles que se identifica como um processo composicional, além disso, ao contrário da Composição, seus constituintes não são *morfemas plenos*, mas partes de lexemas cuja fusão é, geralmente orientada por questões de natureza fonológica. No caso de *Astêncio*, sendo de fato um caso de Cruzamento Vocabular, têm-se o corte e a fusão sobre a sílaba tônica – como é recorrente nos *Blends*, ou seja, *Ast-* corte na consoante da sílaba tônica de *Astolfo* e no caso de *Gaudêncio/Juvêncio*, corte na vogal da sílaba tônica *-êncio*.

Seja esse um dos primeiros casos de Cruzamento Vocabular na história da antroponímia brasileira ou tenha sua origem relacionada a outro fenômeno, fato é que ele é raro na língua, a consulta no *Site Jusbrasil* só fornece um exemplo: *Alice Astencio Asperte*, referida num processo de 2016 como já falecida. Esse aspecto talvez favoreça a tese de que se trate de um Cruzamento Vocabular uma vez que uma de suas principais características é a efemeridade de suas formações.

m) Guardino Xavier Moreira (1880)

Não encontrado nos dicionários. Em Machado (2003) foi encontrado *Galdino*. Desse modo, aventa-se que tenha ocorrido um processo de mudança com alterações referentes ao Rotacismo. *Galdino*, segundo Nascentes (1952), significa nome de homem, do germânico, que possui a variante *Gualdino*. Para Vasconcelos (1959) é um antropônimo derivado em *-ino* do Hipocorístico germânico *Waldo*, de nomes começados por *Wald*; em alto al. *waldan* ou *waltan* quer dizer “dominar”, “possuir”. Outros exemplos acontecem no

português brasileiro, a exemplo de *Valdino*, também derivado de *Valdo*, e sua ocorrência através da *Transposição para o Feminino*, com o antropônimo *Valdina*.

Embora o Rotacismo seja um fenômeno estigmatizado, sobretudo quando se processa encontros consonantais do tipo <CL><PL><BL> etc., o antropônimo *Guardino* se mantém no léxico antroponímico do PB, seja como sobrenome: *Silvana Aparecida **Guardino***, *Osaria Alves **Guardino***, seja como prenome: ***Guardino** Ramos Neto*, seja naquela posição em que não se pode saber com certeza se é um sobrenome ou um prenome compondo um nome duplo: *Francisco **Guardino** dos Santos*, *Amaro **Guardino** da Silva*.

n) *Ludugero* João da Silva (1880)

Não encontrado nos dicionários. Nesse caso, é provável que tenha havido uma *alteração gráfico-fônica*, tendo como motivação construir o *padrão silábico consoante-vogal*, sendo estranha a posição de *coda silábica* para uma consoante plena como o /d/. Viria, pois, de *Ludgero*.

Segundo Nascentes (1952): LUDGERO - s.m. Nome de homem. Do germânico: o primeiro elemento pode ser o ant. alto al. *liut* (al. mod. *Leute*) povo e *ger*, lança, cfr. Leodegario. Nunes, RL, XXXIII, 50, vê no primeiro elemento *hlod*, *hlut*, afamado, ilustre e interpreta <lança afamada ou célebre guerreiro>. Por menos esperado que seja, esse antropônimo apareceu de forma recorrente como sobrenome ou segundo prenome na consulta feita aos diários oficiais do país através do *Site Jusbrasil*: *Eliel Martins **Ludugero***, *José **Ludugero** de Oliveira Neto*, *Pedro **Ludugero** Ferreira*, *Sebastião **Ludugero** da Cunha Neto*, *Maria **Ludugero** Lima*, *Maria do Socorro **Ludugero** da Silva*.

o) *Sisniano* Brito dos Reis (1880)

Esse é um antropônimo dos mais difíceis a ser classificado. Inicialmente, percebe-se a Sufixação mais comum na formação de

nomes próprios -ANO, muito produtiva no português brasileiro, no entanto, o nome base é um tanto opaco. Pode-se aventar a possibilidade de que tenha relação com o substantivo comum *Cisne* (uma ave aquática) ou outro nome que não foi possível resgatar.

A busca no *Site Jusbrasil* não resultou em nenhuma ocorrência desse antropônimo, tendo sido encontradas duas formas que se aproximam, o prenome *Sisnian Pereira da Silva* e o sobrenome: *Irineu Sisnianer*.

p) Tintiliano Batista Barbosa (1880)

Prenome neológico não encontrado em nenhum dos Dicionaristas. Seria uma possível *alteração fônico-gráfica* do nome tradicional *Quintiliano*, considerando-se o fenômeno da Assimilação, isot é, situação em que o *fonema oclusivo alveolar /t/ da segunda sílaba acaba por influenciar a oclusiva velar /k/ da primeira sílaba, adiantando o ponto de articulação tornando-a também uma alveolar /t/*.

Seu uso como sobrenome permaneceu na língua portuguesa do Brasil: *Aureni Vieira Tintiliano*, *Maria de Lourdes da Cruz Tintiliano*, *Alex Sandro Augusto Tintiliano*, assim como o emprego em posição de prenome: *Tintiliano José dos Santos* – dados localizados através do *Site Jusbrasil*.

q) Vinisimo José de Souza (1880)

Atropônimo muito difícil de ser classificado. Seria de *Finíssimo*? Provavelmente, a grafia deveria ser com dois -SS-, e também não é possível ser *Vinizmo*, mas sim *Viníssimo*. Seria uma corruptela, expressão usada pelos dicionaristas consultados, de *Vinicius*? Infelizmente, diante da dificuldade, só é possível levantar hipóteses. Essa é uma das dificuldades de análise e determinação da CONFIGURAÇÃO MÓRFICA DO NOME PRÓPRIO, pois, não é uma tarefa fácil identificar com clareza todos os padrões estruturais de formação sobre os *nomes personativos*. Muitos dos neológicos surgidos são explicados a partir de suposições e, muitas

delas, baseadas no que se tem sobre o surgimento de nomes comuns. Não foi encontrada nenhuma ocorrência desse nome na rede, nem através da busca no *Site Jusbrasil*, nem através do mecanismo de busca *Google*.

Sempre lembrando que a pesquisa através do *Google* é apenas como reforço para confirmar ou refutar uma opinião sobre a possibilidade de aquele determinado nome (antropônimo) ser de natureza neológica ou não. Isso porque, muitas informações encontradas podem (ou não, a depender da pesquisa) serem embasadas em pesquisas vindas de fontes confiáveis.

r) Berenito Pereira dos Reis (1890)

O antropônimo *Berenito* pode ser oriundo, muito provavelmente, do prenome feminino *Berenice*. Nesse caso, a formação pode ter se dado através da substituição do sufixo -ICE pelo sufixo diminutivo -ITO para formar a variante masculina. Ou talvez seja decorrente de um Cruzamento Vocabular entre *Berenice* e, possivelmente, *Benedito*, já que esse último ocorre quatro vezes nos dados recolhidos junto aos requerimentos da SPD. Ou ainda pode ser uma corruptela do prenome *Benedito*, com possível Metátese do /n/ e transformação do /d/ em /R/.

Seja qual for a sua origem, é um fato significativo de que ainda é possível encontrar o antropônimo *Berenito* em frases antroponímicas de cidadãos brasileiros: *Berenito Rodrigues do Nascimento*, *Carlos Berenito Costa Ferreira* – dados localizados através do *Site Jusbrasil*.

s) Bibiano Soares Cupim (1890)

Bibiano é um prenome possivelmente neológico não encontrado nos dicionários consultados. Apenas o seu correspondente feminino encontra-se registrado em Nascentes (1952), *Bibiana*, uma corruptela, como expressão usada pelos

dicionaristas, de *Viviana*, nome de uma fada que apareceu nas novelas da *Távola Redonda*.

Ainda segundo Nascentes (1952), esse era um antropônimo corrente em Portugal no séc. XV. No prenome em tela, nota-se ser também um tipo de Neologia, muito comum, por sinal, *quando se traspõe da categoria masculina para a feminina ou vice-versa*, como já comentado para outros prenomes. No *Site Jusbrasil* é possível encontrar o antropônimo *Bibiano* em todas as categorias da frase antroponímica: ***Bibiano*** *Pereira Leite*, *Gleidstone* ***Bibiano*** *de Oliveira*, *Elias Lázaro* ***Bibiano***.

t) ***Braziliano*** *Teodoro da Soledade* (1890)

Neologismo bem interessante, com uso do sufixo **-ANO**, típico e recorrente na formação de antropônimos neológicos dentro da sociedade brasileira e muito comum no *corpus*. Situado na última década do século XIX, mostrando uma quebra na tradição de atribuição do nome próprio por tratar-se de Brasil. *Braziliano* vem de um Processo de Formação de Palavras a partir de *Brazil* + *ANO*. Talitem foi surgido do contato linguístico entre Portugal e a sua novapossessão colonial na América, confirmando a premissa de *Mikhail Bakhtin* de que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal entre pessoas, povos e culturas. Fugindo à tradição, muitos outros nomes eminentemente brasileiros, a exemplo dos presentes no *corpus*, mostram o quanto o léxico é dinâmico, fruto da criatividade linguística das pessoas, no

habilidoso uso dos processos de formação de palavras.

No caso em tela, para a formação do nome próprio neológico, além de usar o Processo Morfológico da Sufixação, tal estratégia foi utilizada a partir de um topônimo, dando indicação clara de uma motivação para o nome, uma vez que deve ser indivíduo nascido aqui no Brasil. “As motivações dos apelidos de família podem ser exatamente iguais às dos nomes individuais e sobrenomes: inclusive quanto à forma, muitos apelidos provêm de nomes próprios e

sobrenomes” (CARVALHINHOS, 2007, p. 26). Ainda considerandoas reflexões da autora, tem-se a citação abaixo:

Na origem, as alcunhas eram utilizadas para designar determinada pessoa proveniente de uma região, fato ocasionado pela própria desorganização no sistema de nomeação. Era adicionada então, ao nome do indivíduo, uma alcunha indicativa da região de origem. Exemplificativamente, temos *João, o Beira-Alta*, assim designado por nascer neste local. Com o passar do tempo e sucessão de gerações, perde-se a referência do nome de lugar como procedência do indivíduo e a alcunha consolida-se como apelido, passando de pai a filho, sem o artigo. Alguns exemplos de topônimos utilizados, até hoje, como apelidos: Abreu, Azevedo, Barbosa, Barros, Barroso, Coutinho, Figueiredo, Freitas, Lago, Magalhães, Matos, Palma, Pimentel, Ramos, Resende e muitos outros, frequentes também no Brasil (CARVALHINHOS, 2007, p. 26).

Notou-se que o inverso também pode acontecer, isto é, um topônimo neológico pode surgir a partir de um nome próprio (ou sobrenome) já existente. Na toponímia ibérica, como mostrado, anteriormente, surgiram muitas localidades denominadas a partir dos nomes de seus possuidores. Esses topônimos refletiam o nome da pessoa na forma do Genitivo **-I**, ou em **-ANIS / -ONIS**, a exemplo do antropônimo *WIMARA*, *WIMARANIS*, modificado para *GUIMARÃES*, primeira sede do reino português.

No caso de *Braziliano* destaca-se ainda a sua recorrência no cenário onomástico brasileiro, no *Site Jusbrasil* foi encontrada a citação a ***Braziliano Nunes***, ***Braziliano Mendes*** e a ***David Braziliano da Silva***, ***Paulo Braziliano*** e ***Ismael Braziliano Júnior***. Fazendo uma busca atualizando a grafia para <s>, *Brasiliano*, foram encontradas outras seis ocorrências todas como sobrenome.

u) Crecentino Júlio do Nascimento (1890)

Crecentino foi considerado neológico, uma vez que não foi encontrado seu registro pelos dicionaristas. Nesse caso, a palavra nova parece ter surgido através do Processo de Derivação com o Sufixo **-INO**, sobre o adjetivo *crescente*. Muito comum na língua, esse

Processo Derivacional acontece com constância na formação de um nome próprio, seja um topônimo, seja um antropônimo, partindo-se de um nome comum, com o acréscimo de um Sufixo, formando um item lexical novo.

É importante destacar que ainda é possível encontrar o antropônimo nas variantes *Crecentino/Crescentino* em frases antroponímicas de cidadãos brasileiros: *José **Crecentino** Bussaglia, Isael Pereira de **Crecentino**, Denis **Crescentino**, Isael Aguiar **Crescentino*** – dados localizados através do *Site Jusbrasil*.

v) *Idalino* José Dias (1890)

O prenome *Idalino* foi considerado como possível neologismo por ser uma forma masculina cunhada sobre a feminina, *Idalina*, cujo étimo é apontado como latino, significando ‘pessoa original da cidade de Idália’. Como dito anteriormente, também, *esse será sempre um recurso produtivo na onomástica brasileira, possibilitando a transposição de gênero dos nomes próprios*.

Bastante produtivo no PB ainda hoje segundo demonstrou a busca no *Site Jusbrasil*, pode-se encontrar *Idalino* em todas as posições da frase antroponímica: *Idalino Gato, Idalino Teza, Idalino Luz, Manoel Idalino Alves, Giovanni Idalino Casagrande, Maria da Luz Idalino, Maria Betânia Idalino Freitas*.

x) *Tintino* Silva Araújo dos Santos (1890)

No caso desse prenome, especificamente, trazendo para a Fonologia, pode ter havido uma *alteração fônica*, provavelmente por Assimilação, *novamente um exemplo de semelhança articulatória* (Oclusivas). Veja-se um possível paralelo com *Quintino*, como em *Tintiliano* com *Quintiliano*. Do mesmo modo que a grande maioria dos nomes neológicos analisados nessa seção, também *Tintino* se mantém presente no cenário onomástico brasileiro, foram identificadas ocorrências como prenome, sobrenome e na situação de difícil classificação entre sobrenome e segundo nome em um

nome duplo: *Tintino da Silva, Antonio Tintino da Silva, Valdevino Tintino Freitas, Irene Tintino Leme, Tenoca Gomes Tintino, Ednaldo Assis Tintino.*

Destarte, considerando todos os dados coletados no *corpus* e os antropônimos neológicos encontrados, criou-se a seguinte tabela relacionada com os dados:

Antropônimos neológicos dos requerentes da SPD.

Antropônimos	Número de ocorrências	Porcentagem (%)
<i>Antr. Tradicionais</i>	627	97%
<i>Antr. Neológicos</i>	22	3%
Total	649	100%

Fonte: elaboração do autor.

Pela tabela, nota-se que os neológicos correspondem a 3% (três por cento) do total, uma quantidade pequena, diga-se de passagem, pois representa um montante muito encurtado em relação ao total de prenomes analisados. Mesmo assim, o principal propósito da pesquisa foi alcançado, pois, a hipótese de haver a presença de nomes neológicos no *corpus*, fugindo um pouco da tradição lusa, foi confirmada com os dados.

Acerca dos processos linguísticos que deram origem aos supostos nomes neológicos aqui analisados, destacaram-se:

- a) Metaplasmos incidentes sobre nomes neológicos tradicionais – *Furtuoso, Martiliano, Miquilino, Noberto, Timote, Simião, Sinfônio, Eulotério, Guardino, Ludugero, Tintiliano, Tintino;*
- b) Cruzamento Vocabular – *Astêncio;*
- c) Sufixação sobre um nome tradicional (comum ou próprio) – *Miguelino, Sisniano, Braziliano, Crecentino;*
- d) Conversão de Gênero através do uso do formativo - *o* como indicação de nome do gênero masculino – *Berenito, Bibiano, Idalino;*
- e) Hipercorreção – *Damário;*
- f) Transformação de nome comum para próprio – *Colnel.*

Além desses, em alguns casos, não foi possível estabelecer ao certo uma hipótese confiável para o surgimento do prenome, como

foi o caso de *Vinisimo*. Pelos dados organizados de acordo com o seu processo de formação vocabular, confeccionou-se a seguinte tabela:

Antropônimos neológicos dos requerentes da SPD.

Processos Linguísticos	Nº de ocorrências	Porcentagem (%)
<i>Transformação metaplasmática</i>	12	55%
<i>Cruzamento Vocabular</i>	1	4%
<i>Derivação por Sufixação</i>	4	18%
<i>Converção de Gênero</i>	3	14%
<i>Hípercorreção</i>	1	4%
<i>Transf. De nome comum para próprio</i>	1	4%
Total	22	100%

Fonte: elaboração do autor.

Em suma, considerando o conjunto dos dados, pode-se dizer que refletem o esperado segundo os fatos históricos.

As novidades antroponímicas estavam apenas chegando naquele momento, aos poucos, contudo, comparando-se o tempo passado e o presente, se pode afirmar, sem medo de errar, que a língua, em seu processo dinâmico, acabou por legitimar muitos dos caminhos trilhados pela onomástica no período estudado, pois é surpreendente que, excetuando-se os casos de *Vinisimo* e *Sisniano*, todos os demais nomes considerados neológicos se encontram ainda produtivos na antroponímia brasileira.

O Brasil foi um país de colonização portuguesa, herdando, por isso, os valores culturais da nação lusa, e, como parte desse conjunto de heranças, herdou também a prática tradicional de nomear o seu povo. Mas, como na vida tudo é mutável, especialmente a língua, tem-se, aos poucos, uma nova realidade linguística surgida para a realidade do país.

Nota-se, pelos resultados, que a tradição, dentro de qualquer cultura, é algo rochoso, duro, quase que intransponível.

7.2 O QUE OS DADOS REVELAM ACERCA DA ESTRUTURA DA FRASE ANTROPONÍMICA

Similarmente ao que ainda ocorre hoje no Brasil, as frases antroponímicas reveladas pelos nomes dos requerentes a sócios da SPD apresentam estruturas muito variadas e, diferentemente, do que acontece nos dias atuais, não se verifica a observância à recomendação para que os sobrenomes dos genitores constem no nome completo do indivíduo – fato que só aparece instituído nas leis brasileiras em 1975, na lei 6.216, art. 56.

Diferentemente do *Código de Registro Civil* português que, em seu artigo 103^o, estabelece de forma clara a estrutura máxima da frase antroponímica “O nome completo deve compor-se, no máximo, de seis vocábulos gramaticais simples, dos quais só dois podem corresponder ao nome próprio e quatro a apelidos [...]”, no Brasil, a *Lei de registros públicos* (Lei no. 6.015) estabelece apenas que:

Art. 55. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Assim, a realidade em termos de variação acerca da atual configuração da estrutura das frases antroponímicas no Brasil parece ser bastante semelhante ao que pode ser verificado nos dados aqui analisados, em que pese, contudo, o fato acima destacado de que embora se observem a presença de sobrenomes (ou apelidos de família, como denominados pela *Lei 6.015 nos nomes de africanos e afrodescendentes requerentes a sócios da SPD*, é muito pouco provável que esses tenham relação direta com as relações de filiação e paternidade, sendo mais comum sobrenomes relacionados à tradição católica ou ainda sobrenomes relacionados aos antigos senhores de escravizados.

Embora o cenário seja de bastante variação, parece válido, contudo, fazer um mapeamento das possíveis configurações das

frases antroponímicas no século XIX, segundo os dados levantados nos livros de Requerimento da SPD.

Veja-se no quadro abaixo as estruturas encontradas no *corpus*:

Estrutura da frase antroponímica

NN	Prenome + Prenome
NS	Prenome + (de) + sobrenome
NNS	Prenomes + prenome + (de) + sobrenome
NNSS	Prenomes + prenome + (de) + sobrenome + (de) + sobrenome
NNN	Prenomes + prenome + prenome
NNNS	Prenomes + prenome + prenome + (de) + sobrenome
NSS	Prenome + (de) sobrenome + de + sobrenome
NSSS	Prenome + (de) sobrenome + (de) + sobrenome + (de) sobrenome
NNSSS	Prenome + prenome + (de) sobrenome + (de) + sobrenome + sobrenome
NNNN	Prenome + prenome + prenome + prenome

Fonte: elaboração do autor.

A presença da preposição *de* (e suas flexões) é bastante recorrente no *corpus*, sendo que, na grande maioria dos casos, ela ocorre uma única vez na frase antroponímica, podendo, contudo, em raros casos, ocorrer duas vezes, como em *Balbino de Araújo de Sá Barreto*. Observa-se ainda que o *de* muito frequentemente aparece precedendo um nome de santo ou termo relacionado à liturgia católica que se apresentará integrando o sobrenome do requerente, como em *Francisco Anselmo da Ressurreição, Gabriel Francisco da Cruz, João Anastácio do Espírito Santo, João Teodoro da Soledade, José Antônio da Boa Morte, José Joaquim de Santana, José Pedro do Sacramento, Lucas Geraldo das Mercês, Maurício Inocêncio das Chagas*. Ressalte-se, ainda, sobre a preposição *de* o fato de que ela só se apresenta em estruturas em que sobrenomes estão presentes, ou seja, nas estruturas NN, NNN e NNNN esse elemento de ligação não foi verificado.

A análise dos dados encontrados no *corpus* aqui investigado, revelou, como dito antes, uma grande diversidade de estruturas.

Ocorrências das estruturas antroponímicas distribuídas por décadas.

Estr./Déc.	1850	1860	1870	1880	1890	1900	TOTAL
NN	2	3	1	2	5	0	14

NS	11	1	7	14	12	1	51
NNS	28	11	28	88	108	5	278
NNSS	5	1	3	8	12	0	29
NNN	0	2	2	6	6	0	18
NNNS	1	0	2	1	2	0	6
NSS	16	12	24	74	57	5	201
NSSS	5	1	3	4	5	0	19
NNSSS	0	1	1	0	0	0	3
NNNN	0	0	1	0	0	0	1
620							

Fonte: elaboração do autor.

A frase antroponímica mais simples verificada é constituída de dois prenomes, sem se verificar a presença de sobrenomes, por exemplo, tem-se: *Manoel Anastácio* (1850) e *Manoel Cláudio* (1850). Com esse formato foram encontrados 14 nomes, correspondendo a 2,25% dos dados.

Outro tipo de frase antroponímica encontrada é aquele em que se verifica apenas a presença de um prenome e um sobrenome, podendo a ligação entre os dois ser intermediada pela preposição *de* que, por sua vez, pode se apresentar flexionada. São exemplos desse tipo de frase: *Damião Lisboa* (1850), *Cosme das Virgens* (1850), *José de Santana* (1850). Foram encontrados 51 nomes com essa configuração o que corresponde a 8,22% do total dos dados.

Verifica-se ainda a frase do tipo dois prenomes mais um sobrenome, podendo a ligação entre o segundo prenome e o sobrenome ser intermediada pela preposição *de* que, por sua vez, pode se apresentar flexionada. São exemplos desse tipo *Antônio José Bracete* (1850); *Firmino Manoel da Silva* (1850); *Augusto Francisco de Assis* (1850). Foram encontrados 278 nomes com essa configuração o que corresponde a 44,8% do total dos dados, sendo essa a estrutura mais recorrente em praticamente todas as décadas, perdendo apenas para a estrutura NSS, na década de 1860.

Verifica-se ainda a frase do tipo dois prenomes e dois sobrenomes, podendo a ligação entre o segundo prenome e o primeiro sobrenome, assim como o primeiro sobrenome e o segundo

sobrenome serem intermediados pela preposição *de* que, por sua vez, pode se apresentar flexionada. São exemplos desse tipo *Faustino José Santana Gomes* (1850); *Manoel Laurindo de Vaz Mutum* (1870); *José Antônio Ferreira da Silva*. Foram encontrados 29 nomes com essa configuração o que corresponde a 4,6% do total dos dados.

Junto a essas estruturas, verifica-se também a frase do tipo três prenomes seguidos sem a intermediação de preposição. São exemplos desse tipo *Ricardo José Inácio* (1860) e *João Gualberto Avelino* (1860). Foram encontrados 18 nomes com essa configuração o que corresponde a 2,9% do total dos dados.

Verificou-se também no *corpus* a frase do tipo três prenomes seguidos e um sobrenome, sendo que entre o último prenome e o sobrenome pode ocorrer a intermediação da preposição *de* que, por sua vez, pode se apresentar flexionada. São exemplos desse tipo *Manoel Salustiano Severino Gomes* (1850); *Félix Manoel Vitorino de Vasconcelos* (1870) e *Manoel Prisciliano Camilo da Costa* (1890). Foram encontrados 06 nomes com essa configuração o que corresponde a 0,9% do total dos dados.

Além desses, verifica-se também a frase do tipo um prenome mais dois sobrenomes, sendo que entre o prenome e o primeiro sobrenome, assim como entre o primeiro e o segundo sobrenomes, pode ocorrer a intermediação da preposição *de* que, por sua vez, pode se apresentar flexionada. São exemplos desse tipo *Benedito dos Santos Corrêa* (1850) e *Damião Cardoso da Costa* (1850). Foram encontrados 201 nomes com essa configuração o que corresponde a 32,4% do total dos dados, sendo o segundo tipo de frase antroponímica mais recorrente.

Junto a esses, verifica-se também a frase do tipo um prenome mais três sobrenomes, sendo que entre o prenome e o primeiro sobrenome, o primeiro e o segundo sobrenomes, e, por fim, o segundo e o terceiro sobrenomes, pode ocorrer a intermediação da preposição *de* que, por sua vez, pode se apresentar flexionada. São exemplos desse tipo *Antônio Lisboa Miranda Cerqueira* (1850); *Joaquim de Sant'Anna Gomes Ferrão* (1850); *Miquilino Rodrigues de Assunção Bahia* (1850) e *João Batista Ferreira dos Santos* (1890). Foram

encontrados 19 nomes com essa configuração o que corresponde a 3% do total dos dados.

Foi verificada, também, a frase do tipo dois prenomes mais três sobrenomes, sendo que entre o segundo prenome e o primeiro sobrenome, o primeiro e o segundo sobrenomes, e, por fim, o segundo e o terceiro sobrenomes, pode ocorrer a intermediação da preposição *de* que, por sua vez, pode se apresentar flexionada. São exemplos desse tipo *Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão* (1860) e *Faustino Joaquim da Sta. Anna Trindade Cirne* (1870). Foram encontrados 3 nomes com essa configuração o que corresponde a 0,4% do total dos dados.

Por fim, com apenas uma ocorrência, a frase do tipo quatro prenomes seguidos, sem a intermediação de preposição. O exemplodesse tipo é *Manoel Luiz Gonzaga Martim* (1870) em que se verifica a frase antroponímica composta de quatro prenomes, correspondendo a 0,1% do total dos dados.

Diante dos resultados foi possível confeccionar a seguinte tabela:

Estrutura dos antropônimos e suas porcentagens

Estrutura	Número de ocorrências	Porcentagem (%)
NN	14	2,25%
NS	51	8,22%
NNS	278	44,8%
NNSS	29	4,6%
NNN	18	2,9%
NNNS	6	0,9%
NSS	201	32,4%
NSSS	19	3%
NNSSS	3	0,4%
NNNN	1	0,1%
TOTAL	620	100%

Fonte: Elaboração do autor.

O resultado fornece um indício bastante forte de que a frase antroponímica prototípica nessa comunidade era constituída de três elementos, correspondendo a 77,2% das ocorrências, seja

composta de um prenome duplo e um sobrenome (NNS), configurando-se 44,8% dos dados, seja composta de um prenome de dois sobrenomes (NSS), que constitui 32,4% dos exemplos encontrados.

Por sua vez, as estruturas mais atípicas correspondem àquela composta de apenas quatro prenomes, sem nenhum sobrenome (NNNN), com apenas uma ocorrência, e a estrutura com cinco elementos, sendo dois prenomes (ou um nome duplo) e três sobrenomes (NNSSS), que se apresentou em apenas três ocorrências. As frases antroponímicas com dois elementos representam apenas 10,47% e as com quatro elementos 8,6%, o que reforça o caráter prototípico das estruturas que se apresentem com três elementos.

8. Palavras Finais

Tentamos neste Livro falar um pouco sobre a bela Salvador, cidade em que morei por 20 (vinte) anos e também mostrar os valiosos arquivos históricos da *Sociedade Protetora dos Desvalidos* (SPD), fonte de onde “bebi a água” do conhecimento, através dos textos presentes nos requerimentos escritos no século XIX.

Sou suspeito para aconselhar a leitura do presente Trabalho, já que sou o autor, no entanto, o texto traz uma pequena parte da extensa história de São Salvador, já contada por outros autores, com outros olhares sobre a cidade fortaleza que já nasceu cidade e que, atualmente, é visitada por milhares de pessoas, todos os anos, para desfrutarem de suas belas praias, do Centro Histórico, dos Museus, além de saborearem as comidas típicas (o *acarajé*, o *abará*, a *passarinhae* os diversos pratos feitos com os frutos do mar) e sentir também o calor acolhedor dos baianos.

Naturalmente, também, abordou-se um pouco sobre suas dificuldades, características comuns em todas as grandes metrópoles, com relação ao transporte público de qualidade, o acesso à saúde, à educação, e, principalmente, a difícil luta diária da maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores para conquistarem opção de cada dia.

Grandes cidades, a exemplo da própria *Salvador* (BA), *Recife* (PE), *Belo Horizonte* (MG), *Rio de Janeiro* (RJ), *Porto Alegre* (RS), *Belém* (PA), *Cuiabá* (MT) e a gigantesca *São Paulo* (SP), a maior da América Latina, além de outras tantas desse imenso país, trazem em si suas complexidades, em todos os sentidos da palavra, e é nessa complexidade que brota também a beleza, pois, favorece a pesquisa por diversos ângulos de análise, a exemplo do construto teórico trazido neste texto voltado para a linguística, ao tentar compreender melhor o processo de formação do português brasileiro com base em textos escritos.

Seguindo essa linha de raciocínio, o objetivo foi mostrar um pouco sobre as histórias desses candidatos a sócios, com a meta de *ouvir o inaudível*, como um dia falou Mattos e Silva (2008), minha eterna orientadora, na Graduação, Mestrado e começo do Doutorado pela *Universidade Federal da Bahia* (UFBA). Com o triste falecimento de Rosa Virgínia, em 2012, a Professora Doutora *Juliana Soledade Barbosa Coelho* passou a ser minha orientadora, uma atitude honrada e que deixou cravado em meu coração um carinho profundo por ela.

A SPD traz, em seus arquivos, documentos fundamentais para desvendar os caminhos da história da língua portuguesa na voz daqueles que, durante séculos, foram silenciados pela história e que, diferentemente, do que se pode imaginar, legaram registros importantes de sua identidade e de sua inserção na cultura letrada no Brasil.

Sendo assim e falando diretamente sobre a pesquisa realizada na SPD, após a análise dos requerimentos, foi possível revelar questões sobre a antroponímia do Brasil, em especial, a dos africanos e afrodescendentes residentes na cidade de Salvador, desvendando um pouco do conhecimento a respeito de múltiplos fatores característicos de um povo e de sua história.

O contato com esses documentos acabaram por suscitar alguns questionamentos: quem eram essas pessoas que transitavam na Salvador de outrora? Quais os seus nomes? Como viviam? O que faziam? Como falavam e escreviam?

Isto posto, para começo de conversa, o primeiro e importante aspecto a ser destacado com a pesquisa foi a revelação histórica da negação do nome próprio de procedência africana aos escravizados trazidos para cá, e o fato de, por conta dessa triste herança, não terem sido encontrados antropônimos de origem africana no *corpus*. Esse episódio revela a hipótese de que boa parte dos escravizados baianos passaram pelo processo de perda do nome, como bem pontuou Hébrard (2000, p. 101), ao afirmar que a substituição do nome de origem africana pelo nome cristão denunciará,

definitivamente, “para aqueles que os sabem ler, os traços da escravidão”.

Escravidão promovida em prol de dois interesses fundamentais: a expansão do Império e da Fé. Para esse fim, Estado e Igreja manipularam e controlaram a população, coadunando com o pensamento de Foucault (2006, p. 21) sobre os discursos daqueles que possuem o poder:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros [...], os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro.

A “verdade” do *Projeto de Colonização do Território*, impondo os valores culturais portugueses e aniquilando, de forma impositiva e extremamente cruel aos povos originários aqui encontrados, e, da mesma forma, os povos e culturas africanos, transplantados para cá com a escravidão. Nesse triste conjunto de perdas, como bem definiu Franchetto e Leite (2006), foram aniquilados também os hábitos seculares desses povos de nomearem seus descendentes.

Parte-se, aqui, do primeiro estranhamento a ser externado, qual seja, a ausência histórica de nomes de origem africana no léxico antroponímico brasileiro, nomes de um segmento tão importante para a difusão, pelos quatro cantos do país, do nosso português popular. Pelos dados, constatou-se um predomínio de nomes herdados de Portugal, revelando o caráter tradicional nos nomes dos candidatos a sócios da SPD ao longo do século XIX.

Os dados mostraram que, dos prenomes registrados em todas as décadas analisadas, quase quarenta por cento é de origem latina. Uma constatação bastante esperada, já que a nossa língua portuguesa tem origem no latim. Vindo um pouco atrás do latim em número de ocorrências, tem-se o grego ocupando um lugar de destaque dentre os antropônimos dos requerentes da SPD, atestando aquilo que Câmara Jr. (1975) já havia professado, ao descrever que os nomes próprios de

pessoas da língua portuguesa têm como base, principalmente, os étimos adivindos da língua latina e da língua grega.

Ocupando o terceiro e quarto lugares estão o hebraico e o germânico, com os prenomes de origem hebraica sendo superiores em número. Isso se justifica, segundo os autores citados no corpo do texto, devido ao avanço da cristandade, principalmente, a partir do século XII, com a entrada cada vez maior de nomes cristãos na sociedade europeia. Portugal, dentro desse contexto, recepcionou essas práticas, e as trouxe para cá com o advento histórico da invasão colonizadora.

Como extensão dessa influência religiosa nas frases antroponímicas aqui analisadas, é necessário fazer uma referência rápida aos nomes das santas católicas usadas como sobrenomes dos requerentes. O exemplo trazido no corpo do texto e que serviu para demonstrar essa presença é a frase antroponímica do requerente *Emigdio Maria de Sant'Anna*, situado na década de 1880. Aparecem aí *Maria* e *Anna*, como referências religiosas, já que são nomes de santas, e também como prenomes femininos, aparecendo no *corpus*, mesmo que de forma indireta, já que não eram aceitas mulheres como sócias da irmandade naquela época. Além desses dois prenomes, aparecem também *Cecília*, *Isabel*, *Luiza* e *Tereza*, antropônimos bastante comuns na sociedade brasileira, inclusive, atuando como segundo elemento na formação de nomes duplos (o nome duplo são dois nomes antes do sobrenome).

Aproveitando esse gancho e ampliando um pouco mais a análise do *corpus*, têm-se os resultados para os nomes duplos. Pelos dados, foi possível constatar a presença de nomes simples, nomes duplos, nomes triplos e até nomes quádruplos. Dentro desse montante, os nomes duplos são a maioria, representando mais da metade das ocorrências, com 56 % do total.

Os resultados, agora analisando também os nomes duplos, reforçam o já comprovado com os nomes simples, qual seja, a tradição na prática de nomear herdada de Portugal e perpetrada aqui no Brasil com o passar das gerações.

Junto a isso, os dados confirmam aquilo que Hébrard (2000) traz no seu texto, ao mostrar que os africanos e seus descendentes, com o

passar das gerações, passaram a usar nomes próprios apresentados pelo Cristianismo.

De posse das frases antropnômicas, foi possível perceber a presença de uma grande diversidade de formações estruturais, isto é, a ocorrência de frases simples, formadas por apenas dois elementos, simbolicamente representadas no trabalho como, por exemplo, NN (significando dois prenomes) ou NS (significando um prenome seguido de um sobrenome). *Hirão Fernandes*, a título de exemplo hipotético, pois não faz parte do *corpus*, *Hirão* é o prenome e *Fernandes* é o Sobrenome. *Julia Maria Fernandes*, minha querida filha, são dois prenomes, *Julia Maria* (um exemplo de nome duplo) e o sobrenome *Fernandes*.

Do total de frases analisadas, foi possível verificar que a frase antropnômica prototípica dos nomes dos requerentes a sócios da SPD era constituída de três elementos, nas formações NNS (dois prenomes e um sobrenome, correspondendo a 44,8% do total das estruturas, e NSS (um prenome e dois sobrenomes), correspondendo a 32,4% do montante analisado. Estruturas fincadas na tradição lusa, como demonstrado em todo o trabalho, já que a SPD, com seu arquivo de requerentes mostra essa constituição histórica.

A expressão *em sua maioria* foi utilizada aqui intencionalmente, pois, alguns desses prenomes, uma pequena parte, é bom frisar, não seguiu esse perfil tradicional. Pela análise foi possível verificar que, seja por variação de natureza gráfico-fônica, seja por variação de natureza morfológica, ou ainda, seja por incorporação de nomes do léxico comum, 22 prenomes destoaram do acervo tradicional, considerados, no presente trabalho, como possíveis antropônimos neológicos.

Para a identificação desses prenomes como neológicos, foram usados os seguintes critérios: em primeiro lugar, o fato de não seguirem a tradição, como era de se esperar para a época, e, em segundo lugar, por não estarem catalogados em obras dicionarísticas consideradas de relevo, como a de Antenor Nascentes, de 1952, e a de José Pedro Machado, de 2003.

Os processos linguísticos formativos de nomes neológicos identificados no *corpus* foram:

1) Metaplasmos incidentes sobre nomes neológicos tradicionais, como nos casos identificados em *Furtuoso, Martiliano, Miquilino, Noberto, Timote, Simião, Sinfônio, Eulotério, Guardino, Ludugero, Tintiliano* e *Tintino*;

2) Cruzamento vocabular, como ocorreu em *Astêncio*;

3) Sufixação sobre um nome tradicional (comum ou próprio), como ocorreu em *Miguelino, Sisniano, Brasileiro* e *Crecentino*;

4) Conversão de gênero através do uso do formativo -o, como indicação de nome do gênero masculino, como nos casos identificados em *Berenito, Bibiano* e *Idalino*;

5) Hipercorreção, como ocorreu em *Damário*; E, por fim,

6) Transformação de nome comum para próprio, como ocorreu em *Colnel*.

Em alguns casos, devido à estrutura apresentada pelo prenome, não foi possível estabelecer, com uma margem razoável de certeza, uma hipótese confiável para o surgimento do prenome, como foi o caso de *Vinisimo*.

Todos esses prenomes são destoantes da tradição e esse fato pode mostrar novos caminhos para a antroponímia brasileira. É possível que um estudo com os prenomes de outras épocas permitirá o confronto de resultados e a verificação das hipóteses aqui levantadas. Nesse momento, percebe-se a fundamental importância dos arquivos públicos e suas histórias (explícitas e implícitas).

Como bem pontuou o Professor Doutor *Klebson Oliveira* (2006), em especial, as histórias vindas daqueles que foram oprimidos, nunca contadas em documentos oficiais, mas externadas pelo tempo, no recontar dos fatos históricos em busca da verdade.

9. Referências

- ALBUQUERQUE, W. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p. 87.
- ANDRADE, O. **Obras completas**, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ARNAULD; L. **Gramática de Port-Royal**. Trad. Bruno Fregni Basseo e Henrique Graciano Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ALMEIDA, C. M. de. **Ordenações Filipinas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em: 19 jan. 2015.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 27 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ARRUDA, J. J. de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996. 408 p.
- AVE-LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**: 1859. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.
- BALDINGER, K. **La formación de los dominios lingüísticos em laPenínsula Ibérica**. 2. ed. Madrid:Gredos, 1973. 414 p.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. xxxiv, 476 p.
- BARBOSA, A. G. Tratamento dos corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil. In: LOPES, C. R. dos S. (Org). **A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2005, p. 25-43.
- BARRETO, M. R. N. A saúde dos escravos na Bahia oitocentista através do Hospital da Misericórdia. **Territórios & Fronteiras**.

Cuiabá, vol. 6, n. 2, p. 75-90, jul.-dez., 2013. Disponível em:
<<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/234/163>> Acesso em: 21 nov. 2014.

BEIRU, Salvador: Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro, 2007. 68p.: il. (Edição Educativa, nº1).

BIDERMAN, M. T. C. . As ciências do léxico. In: ISQUERDO, A. N. ; OLIVEIRA, Ana M^a P. P. de. (Org.). **As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. 1. ed. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2001.

BOSCHI, C. C. **Os leigos e o poder: Irmandades e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BOURIN, M. La escritura del nombre próprio y la aparición de uma antroponimización de muchos elementos en Europa Occidental (siglos XI e XII). In: CHRISTIN, A.-M. (Org.). **El nombreproprío: su escritura y significado através de la historia en diferentes culturas**. Barcelona: Gedisa, 2001. p. 193-212.

Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. **Plano Nacional de Cultura**.

BRASIL. Lei nº 1.829, de 9 de Setembro de 1870. Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa geral, que Houve por bem Sanccionar, sobre o recenseamento da população do Imperio...**Registro Civil**.

Disponível em:<<http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1870/pdf10.pdf#page=6>>. Acesso em: 23 set., 2013.

BRASIL. Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871. **Lei do Ventre Livre**. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1871/pdf17.pdf#page=6>>. Acesso em: 23 de set., 2013.

BRASIL. **Decreto N. 9.886**, de 7 de março de 1888. Manda observar novo regulamento para a execução do artigo 2 da Lei 1.829 de 9 de setembro de 1.870 na parte que estabelece o Registro Civil dos Nascimentos, casamentos e óbitos, de acordo com a autorização do art. 2 do Decreto 3.316 de 11 de junho de 1887.

Disponível em:<www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br

:federal:decreto:1888-03-07>. Acesso em: 23 de set. 2013.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. 12. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/inclusao-social-e-equidade/ acessibilidade/legislacao-pdf/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 23 de set. de 2013.

BRASIL., de 18 de agosto de 1769. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 23 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Infoleg, Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 1 jan. 1916. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em Acesso em: 23 de set. 2013.

BRASIL. Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Lei de Registros Públicos. **Infoleg, Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: em 23 de set. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.708, de 18 de Novembro de 1998. Altera o art. 58 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre **Registros Públicos para possibilitar a substituição do prenome por apelidos públicos e notórios**. Disponível em:<www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 23 de set. 2013.

BRASIL. **Resolução n.º 07**, de 11 de fevereiro 2011. Disponível em:<www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: em 23 de setembro de 2013.

CADOGAN, L. **Ayvu Rapyta**: textos míticos de losmbya-guarani del Guaíra. Assunção: Biblioteca Paraguaya de Antropología, vol. 16, 1992.

CALLOU, D. Um perfil da fala carioca. In: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org). **Dos sons às palavras**: nas trilhas da língua portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 131-152.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. Morfologia Pronominal. In: **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1968.

CÂMARA JR. J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**.
 Riode Janeiro: Padrão, 1975.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Dicionário de Linguística e gramática:**
 referente à língua portuguesa. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins
 Fontes, 2005. CAMPOS, A. P. **Escravidão e liberdade nas barras dos
 tribunais**. Disponível em: <[http://72.14.205.104/search?q=cache:Jk8
 CixqeXtcJ:www.historica](http://72.14.205.104/search?q=cache:Jk8CixqeXtcJ:www.historica)>. Acesso em: 10 março 2017.

CARVALHINHOS, P de J. As origens dos nomes de pessoas.
Domínios de linguagem: Revista Eletrônica de Linguística, [S.l.] v.1, n.
 1, set. 2007. Disponível em:<[www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdeli
 guagem/article/view/11401/6686](http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401/6686)>. Acesso em: nov. 2015.

CASIMIRO, A. P. B.S. **Mentalidade e estética na Bahia colonial:** a
 venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia.
 Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996.

CASTRO, Y. P. de. A matriz africana no português do Brasil. In:
 CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V.(Org).
Quinhentos anos de história linguística do Brasil. Salvador:
 Secretaria da Cultura e Turismo (Ba), 2006, p. 81-116.

CASTRO, I. et. al. **Curso de história da língua portuguesa**.
 Lisboa: Universidade Aberta, 1991. v. 1.

CASTRO, I. O nome dos portugueses. In. 25 ANOS DO CENTRO
 DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO. 2001.

Colóquio eletrônico. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001.
 Disponível em:<www.clul.ulisboa.pt>. Acesso em: ago. 2014.

CASTRO, I. O linguista e a fixação da norma. In. ENCONTRO
 NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
 LINGUÍSTICA, 18. 2002, Lisboa. **Actas...**Porto: APL, 2002, p. 11-24.

CASTRO, I. A atribuição do nome próprio no espaço luso-
 brasileiro: dados paulistas. In: **Estudos filológicos oferecidos ao
 Prof. Dr. Dieter Kremer**. ed. A. Boullón, Coruña, Fund. Barrié,
 2004, p. 245-256.

CASTRO, I. **Introdução à história do português**. 2 ed. Lisboa:
 Colibri, 2006.

CENEVIVA, W. **Lei dos Registros Públicos Comentada**. 18.ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002. (Col. Memória e Sociedade).

CHARTIER, R. O mundo como representação. In: **Revista das revistas**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, apr. 1991. ISSN 1806 - 9592. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso em: 27 jun. 2016.

COIMBRA. Diocese. **Constituições synodales do Bispado de Coimbra feitas & ordenadas em synodo pello... sōr Dom Affonsode Castel Brãco bispo de Coimbra, cōde de Arganil... e por seu mandado impressas**. Coimbra: per Antonio de Mariz, 1591. [12], 220 [i.é 221], [2] f. Disponível em: <<http://purl.pt/21747>> Acesso em: 12 jan. 2015.

CONCÍLIO ECUMÊNICO DE TRENTO (1545 a 1563), Trento. **Concílio... Trento**: Associação Cultural MONFORT. Disponível em: <www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=concilios&artigo>. Acesso em: 23 de set. 2013.

COSTA, A. de L. R.da. **Ekabó!:** trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. 1989.231 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

CUNHA, A. G.da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Léxicon Editora Digital, 2007.

DEBRET, J. B. **Voyage Pittoresque et Historique au Brésil**. Vol. 3. Paris:Firmin Didot Frères, 1839.

DE PINHO, L. **A mulher no direito romano: noções históricas acerca de seu papel na constituição da entidade familiar**. **Revista Jurídica Cesuma**, v.2, n. 1, 2002. Disponível: <www.periodicos.unicesumar.edu.br>. Acesso em: jan. 2014.

DIAS, J. J. A. Ordenações Manuelinas: Livros I a V : Reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-

- 1513). Lisboa: Centro de Estudos Históricos; Universidade Nova de Lisboa, 2002; 5 volumes.
- DIAS, L. Aspectos da antroponímia do português arcaico. In: OLIVEIRA, Klebson, CUNHA E SOUZA, Hirão Fernandes; GOMES, Luís. **Novos Tons de Rosa ... para Rosa Virgínia Mattos e Silva**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2009, v.1. p.196.
- DÍAZ, A. P.; FUENTES, M. L. M. **Nombrar las cosas**. El Mar y la Montana: Guantánamo, 2006.
- DICK, M. V. P. A. Aspectos funcionais da antroponímia. In: **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.
- DORNAS FILHO, J. **Padroado e a Igreja brasileira**. São Paulo: Nacional, 1938.
- DUBOIS, J. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978, c1973. 653 p.
- DUBY, G. (dir.) (1989[1986]). **A civilização latina**: dos tempos antigos ao mundomoderno. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de rua de Salvador**: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI 2006. 230f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.
- FARACO, C. A. **Linguística Histórica**. São Paulo: Ática, 1991.
- FERNANDES, Iana Machado. **CARTAS PESSOAIS DE CORAÇÃO DE MARIA (BA): UMA DESCRIÇÃO MORFOSSINTÁTICA**. Conclusão de curso (graduação) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2021.
- FERNANDES, R. B. **Periferização sócio-espacial em Salvador**: análise do Cacula, uma área representativa. 1992. 319 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade deArquitetura, 1993.

FERNANDES, Rosali B. Las políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRAGOSO, H. A era Missionária (1686-1759). In: HORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petropolis: CEHILA. Petrópolis: Vozes, 1992.

FRANCHETTO, B. LEITE, Yonne. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org). **Quinhentos anos de história linguística no Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo (Ba), 2006, p. 17-61.

GÂNDAVO, P. de M. **Tratado da Terra do Brasil**: História da Província Santa Cruz, Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

GASPAR, C. **Algumas notas sobre onomástica romana nos gramáticos latinos**. Sylloge Epigraphica Barcinonensis: SEBarc, 2010, n.8, p. 153-178. Disponível em: <http://www.rac.cat/index.php/SEBarc/article/view/254612>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GAUGER, H. **Introducción a la lingüística românica**. Trad. Elisabeth Schaibley José García Álvarez. Madrid: Gredos, 1989.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, 115 p.

GONÇALVES, I. Onomástica pessoal da Lisboa de quinhentos. In: **Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa**, 1971, n. 79 - 80.

GONÇALVES, I. **O uso do patronímico na baixa Idade Média portuguesa**. 1999. Disponível em: <[HTTP://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3190.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3190.pdf)>. Acesso em 09 de jul. 2016.

GONÇALVES, C. A. **Atuais tendências em formação de palavras**. São Paulo: Contexto, 2016.

HASENBALG, Carlos *apud* LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do

Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 46.

HÉBRARD, J. **Escravidão e dominação**: imposição e apropriação de um nome entre os escravos da Bahia no século XIX. Trad. Tânia Conceição Freire Lobo e Sônia Borba Costa (não publicada). Salvador, 2000, 64 p.

LUCCHESI, D. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil, 2000. 364 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

INFOESCOLA: Navegando e aprendendo. **Código Napoleônico, 21 de março de 1804**. Disponível em: < <http://www.infoescola.com>>. Acesso em: 23 de set. de 2013.

INSCOE, J. C. Generation and Gender as reflected in Carolina slavenaming practices: a Challenge to the Gutman. **The South Carolina Historical Magazine**, v.94, n. 4, out, 1993, p. 252-263.

JESPERSEN, O. **The philosophy of grammar**. New York: WW Norton, 1965.

KRIEGER, M. da G. A obra e o fazer dicionarísticos. In: MACIEL, Anna Maria Becker. **Cadernos do IL**. Porto Alegre: UFRGS, 1993. 186 p.

LANGER, J. **A nova história cultural**. *Medievalis* 1, 2012.

LARA, S. H. (Org.). **Ordenações Filipinas**: Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LLEAL, C. **La formación de las lenguas romances peninsulares**. Barcelona: Barcanova, 1990.

LEITE, R. C. N. **E a Bahia civiliza-se...**: ideais de civilização e cenas de anti- civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916. 1996. p. 149.

f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

LOBO, T. C. F. **Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil**: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX. 2001. 4.v. Tese

(Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LOBO, T. C. F.; OLIVEIRA, K. Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, A. T. de. et al. (Org). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. São Paulo:FAPESP, Campinas: Pontes Editores, 2007, p.437-460.

LOBO, T. C. F.; OLIVEIRA, K. (Orgs.). **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 6-49.

LÓPEZ, M. J. **El español de América y Canarias desde una perspectiva histórica**. Madrid: Arcos Libros, 1995.

LOPES, E. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. 14. ed. São Paulo:Cultrix, 1995.

MAC CORD, M. **O Rosário de D. Antônio: irmandades leigas, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872**. Recife, Fapesp; Editora Universitária UFPE, 2005.

MAC CORD, M. Artes mecânicas, cor, educação, trabalho e cidadania: uma associação de artífices no Recife oitocentista. In: **Seminário de estudos e pesquisas história, sociedade e educação no Brasil**. 9, 2012, João Pessoa (PB). **Anais Eletrônicos...** João Pessoa (PB): UFPB, 2012. p.1-

7.Disponível em:<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.05.pdf>. Acesso em 20 dez. 2014.

MACHADO, J. P. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Horizonte/Confluência, 2003 [1981]. 3. v.

MARANHÃO, S. de M. **Léxico Português de Origem Árabe: subsídio para estudos de Filologia**. [s.l.]: Almadema, 2007.

MARANHÃO, S. de M.; SILVA, B. de P. Arabismos do português brasileiro: a herança da imigração. **Desenredos**, Teresina, n. 4, a, 14,p. 1-13, jul.-set. 2012.

MARIANO, V. C. A antroponímia dos matriculados na sociedade protetora dos desvalidos durante a segunda década do século XX. **Entre palavras**, [s.l.], v. 3, n.1, p. 199-217, maio 2013. ISSN 22376321.Disponível em:<<http://www.entrepalavras.ufc.br/revisita/index.php/Revista/article/view/161>>Acesso em: 23 jan. 2017.

MARIZ, A. de. **Constituições synodaes do Bispado de Coimbra feitas & ordenadas em synodo pello [...] sôr Dom Affonso de Castel Brãco bispo de Coimbra, cõde de Arganil [...] e por seu mandado impressas.**

Coimbra: pelo autor, 1591. [12], 220 [i.é 221], [2] f.

MARQUES, R. dos S. Práticas de nomeação e população escrava em Rio Grande de São Pedro, século XVIII. In: **encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional**, 7, 2016, Curitiba.

Anais eletrônicos... Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>. Acessado em 12 de maio de 2016.

MARQUILHAS, R. **A faculdade das letras: Leitura e escrita em Portugal no século XVII.** Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2000.

MARTINET, A. **Elementos de Linguística Geral.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1971.

MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. (orgs.). **O português quinhentista: estudos linguísticos.** Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil.**

Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo (Ba), 2006, p. 219-24.

MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da linguística histórica: "ouvir o inaudível".** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOSO, K. de Q. **Ser escravo no Brasil** São Paulo: Brasiliense, 2001[1982].

MATTOSO, K. de Q. **Bahia, século XIX: uma província no Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEDINA LÓPEZ, J. **El español de América y Canarias desde una perspectiva histórica.** Madrid: Arcos Libros, 1995.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale.* Paris: Champion, 1938[1921].

MEXIAS-SIMON, M. L. Os nomes próprios: seus mitos e ritos. In: **Congresso nacional de linguística e filologia**, 7, 2001, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: [s.n.], 2001. Disponível em:<<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno06-17.html>>. Acesso em: 30 de ago. 2016.

MIRANDA, P. de, atualizada por ALVES, Vilson Rodrigues.

Tratado de Direito Privado: parte especial, Rio de Janeiro; Campinas, (SP): Bookseller, 2000. t. 7.

MOTA, M^a A. **Formas de referência a pessoas**: uma abordagem variacionista. 2013. 173f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MOURA NEVES, M^a H. A realidade da incorporação de anglicismos no português do Brasil vista no contexto das atuais contendas sobre o tema. **Ilha do Desterro**.

Florianópolis, v.47, p. 19-48, jul./dez. 2004. Disponível em:

<http://periodicos.ufcs.br/index.php/desterro/article/viewFile/7368/6775>>. Acesso em: 25 set. 2016.

MUSSA, A. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**: Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

MERCER, J.; NADALIN, S. **Um patrimônio étnico**: os prenomes debatismo. Topoi. v. 9, n. 17, jul.-dez. 2008, p. 12-21. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n17/2237-101X-topoi-9-17-00012.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2016.

NADALIN, S.; MERCER, J. **Um patrimônio étnico**: os prenomes debatismo. In: Topoi. v. 9, n. 17, jul.-dez. 2008, p. 12-21. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n17/2237-101X-topoi-9-17-00012.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2016.

NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da língua Portuguesa**: nomes próprios. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952. t.2.

NASCIMENTO, A. A. V. **Dez freguesias da Cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2007.

NASCIMENTO, A. A. V. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: FCEBa; EGEBa, 1986.

- OLIVEIRA, K.; SILVA, R. V. M.; LOBO, T. **Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico**. 2006. 2 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2006
- OLIVEIRA, K. Tem Afrânio Barbosa Razão?: a posse das letras por dois negros doséculo XIX. In. AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **Para a história do português brasileiro: vozes, veredas, voragens**. Londrina: EDUEL, 2009, v. 7. P. 285-343.
- OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão. F; SOLEDADE, Juliana. **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009, v.1. p. 329.
- OLIVEIRA, K.;CUNHA E SOUZA, Hirão F.; GOMES, L. **Novos Tons de Rosa ... para Rosa Virgínia Mattos e Silva**. Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1. p. 196.
- OLIVEIRA, R. T. **Nomes próprios: formando palavras e ideias**. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGOIA, 16, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012, p. 2324-2332.
- PEREIRA, C. M. da S. **Instituições de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- PERES, F. R. **Memória da Sé**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado, 1999.
- PERREAU, E. H. **Le droit au nomen matière civile: patronymique, titre, prénom, pseudonyme, surnom, armoiries**. Paris: [s.n.], 1910. 506p.
- PESSOA DE CASTRO, Y. A matriz africana no português do Brasil.In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo (Ba), 2006, p. 81 - 116.
- PETTER, M. M. T. Línguas especiais, línguas secretas: na África e no Brasil. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, USP, v. 4: p. 185- 202, 1998.
- PIEL, J. M. **Estudos de linguística histórica galego-portuguesa**. Lisboa: Imprensanacional (Casa da Moeda), 1989.
- PINA CABRAL, J. de. **Anuário da Guiné Bissau Portuguesa**, 1946.

PINA CABRAL, J. de. **O Homem na Família**: cinco ensaios de Antropologia. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

PORTUGAL. Decreto n. 92 de 21 de abril de 1911. Governo Provisório da República Portuguesa. **Lei da Separação do Estado das Igrejas**. Dia 20 de abril de 1911. Diário do Governo, n. 92, 21 abr. 1911. Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/separacao_das_igrejas.html. Acesso em: 9 fev. 2010.

RAMOS, A. R. Auaris revisitado. **Boletim Urihi**, n. 15. Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY, São Paulo, 1991.

REIS, J. J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, J. J. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos Malês em 1835. ed. rev. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROCHA, Osvaldo de Alencar; MACHADO, Edmário Oliveira. **Canabrava do Gonçalo**: uma vila do baixo-médio São Francisco. 2ed. Bureau, Gráfica e Editora, Salvador, 1988.

RODRIGUES, L. **Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil**. Conclusão de curso (graduação) – Faculdade de Letras, Universidade federal da Bahia, Salvador, 2016.

ROSA, J. M. **Galicismos no português do Brasil**: uma abordagem lexicográfica. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

ROWLAND, R. **Práticas de nomeação em Portugal durante a época Moderna: ensaio de uma aproximação**. Lisboa, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e Filantropos**: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

SALVADOR, V. (Frei). **História do Brasil, 1500-1627**. 7. ed. rev. por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e frei Venâncio Willeke. Belo Horizonte ; São Paulo: Itatiaia, 1982.

SALWAY, B. What's in a Name? A Survey of Roman onomastic practice from c. 700BC to AD 700. The **Journal from Roman**

Studies, v. 84, p. 124-145, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/300873?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SAMPAIO, C.N.. **50 Anos de Urbanização**: Salvador da Bahia no Século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SAMPAIO, T. **O Tupi na Geographia Nacional**: memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901.

SANTORO-PASSARELLI, F. **Teoria Geral do Direito Civil**.

1.ed. Trad. de Manuel de Alacão. Coimbra: Biblioteca Juridica Atlântida, 1967.

SANTOS, Milton. **Localização industrial em Salvador**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 20, n. 3, p. 334, 454-276, jul./set. 1958.

SANTOS, Milton. As exclusões da globalização: pobres e negros. *Thoth*, Brasília, n. 4, p. 147-160, 1998. Disponível: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/obras-de-abdias/revista-thoth>.

SANTOS, B, de S. **Democracia y transformación social**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

SANTOS, M^a L. F. de O. S. A onomástica, o indivíduo e o grupo, Açores. **Arquipélago-História**, Açores, v. 7, 2^a s, 2003. ISSN 0871-7664. P.229-242. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/10400.3/389>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SANTOS, M^a L. F. de O. S. **As ordens religiosas na diocese de Évora - 1165-1540**. *Eborensia*, n. 39, 2007, pp. 185-201.

SARAMAGO, J. **Pequenas memórias**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

SERPA LOPES, M. M^a de. **Tratado dos Registros Públicos**. 6. ed. rev. atu. Brasília: Brasília Jurídica, 1997.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, I. S. de S. **Antroponímia do português arcaico**: um estudo linguístico e sócio-histórico de sobrenomes. Discertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SILVA, J. P. **Reflexões em torno do nome próprio**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.18.N.2_2005_ARTIGOSWEB/JosePereiraSilva_RESE_NHA_REFLEXOES-EM-TORNO-DOS-NOMES- PRO_PRIOS_Vol18-N2_Art14.pdf](http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.18.N.2_2005_ARTIGOSWEB/JosePereiraSilva_RESE_NHA_REFLEXOES-EM-TORNO-DOS-NOMES-PRO_PRIOS_Vol18-N2_Art14.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2016.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português**: roteiro de estudo e guia de exercícios. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SIQUEIRA, G. **O Estado Civil. Nascimentos, Casamentos e Óbitos**: teoria e prática. 1. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Livraria Magalhães, 1911.

SOARES, C. E. L.; GOMES, F. **Com o pé sobre um vulcão**: africanos, minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830 – 1840). Estudos Afro-asiáticos, Rio de Janeiro, 2001. v. 23, n. 2, p. 1 – 44).

SOLEDADE, J. A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes personativos. In: LOBO, T. [et al.], (Orgs). **ROSAE**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012.

STERANS, P. N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

STUART MILL, J. **A system of logic, ratiocinative and inductive**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1846.

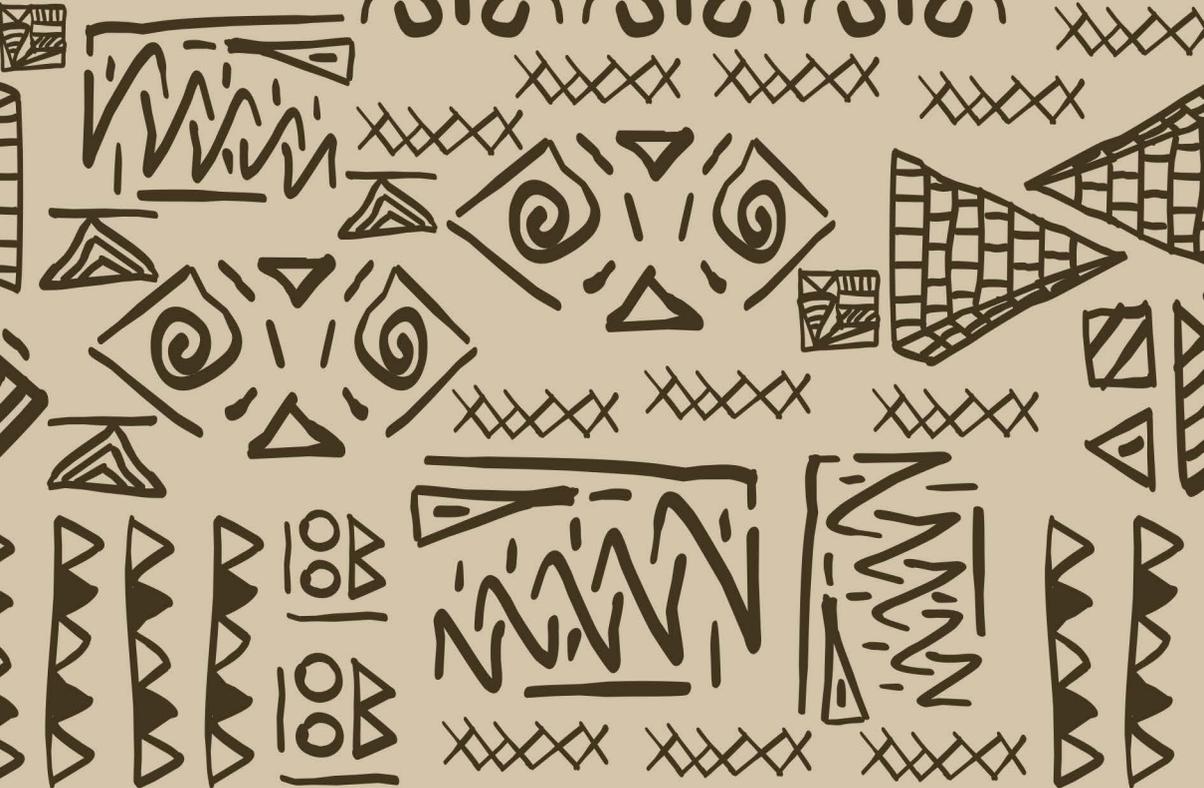
TAVARES, O. **Bahia**: imagens da terra e do povo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Trad. de Celso Cunha. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004, 142 p.

TESCH, R. **A criação de nomes próprios no Brasil**: o neologismo na antroponímia. 1. ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009.

ULLMANN, S. O significado. In: **Semântica – uma introdução à ciência do significado**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

- ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Trad. Mateus, J. A. Osorio. 2.ed. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1967.
- VAMPRE, S. **Do nome civil**: sua origem e significação sociológica, teorias que o explicam, suas alterações, direitos e deveres correlativos. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1935.
- VAN DER LINDEN, M. (org.). **Social security mutualism**: the comparative history of mutual benefit societies. Bern: Peter Lang, 1996.
- VASCONCELOS, J. L. de. **Antroponímia portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.
- VASVONCELOS, C. M. de. **Cancioneiro da Ajuda**. Lisboa: IN – CN, 1990[1945]. VASVONCELOS, C. M. de. **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa: IN – CN, 1997[1959].
- VENOSA, S. de S. **Direito Civil**: parte geral. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- VENOSA, S. de S. **Direito Civil**: parte geral. 4.ed., São Paulo: Atlas, 2004.
- VIDE, Dom S. M. da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**: Impressas em Lisboa no ano de 1719 e em Coimbra em 1720. São Paulo: Typographia, 2 de Dezembro, 1853.
- WILLIAMS, E. B. **Do latim ao português**: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. Trad. de Atônio Houaiss. 6. ed. Riode Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.



Ler é fundamental. Ler com qualidade, de forma intertextual e contextualizada com o momento histórico é mais importante ainda para que se tenha uma ideia própria e crítica sobre o mundo. No caso específico do Racismo Estrutural, a boa leitura tem a magia de abrir os nossos olhos para um problema que persegue a sociedade brasileira há séculos. Através da leitura, conhecendo as lutas do passado, entendendo e participando das lutas do presente e preparando boas estratégias para as lutas futuras, estaremos fazendo a nossa parte no constante desejo de transformar o Brasil em um país mais justo e menos segregador.